



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**SABERES DO TRABALHO NA CARPINTARIA NAVAL ARTESANAL
NO DISTRITO DE CARAPAJÓ – MUNICÍPIO DE CAMETÁ-PA**

**BELÉM
2015**

PEDRO LADINILSON DO ROSÁRIO PANTOJA

**SABERES DO TRABALHO NA CARPINTARIA NAVAL ARTESANAL
NO DISTRITO DE CARAPAJÓ – MUNICÍPIO DE CAMETÁ-PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), na linha de pesquisa Políticas Públicas Educacionais, do Instituto de Ciências da Educação (ICED), da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva

Coorientador: Prof. Dr. Doriedson do Socorro Rodrigues

**BELÉM
2015**

PEDRO LADINILSON DO ROSÁRIO PANTOJA

**SABERES DO TRABALHO NA CARPINTARIA NAVAL ARTESANAL
NO DISTRITO DE CARAPAJÓ – MUNICÍPIO DE CAMETÁ-PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), na linha de pesquisa Políticas Públicas Educacionais, do Instituto de Ciências da Educação (ICED), da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Belém, 25 de junho de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Professor e orientador Gilmar Pereira da Silva, Dr. (Presidente)
Universidade Federal do Pará

Professor e coorientador Doriedson do Socorro Rodrigues, Dr. (Membro interno)
Universidade Federal do Pará

Prof. José Bittencourt da Silva, Dr. (Membro interno)
Universidade Federal do Pará

Profa. Maria das Graças da Silva, Dra. (Membro externo)
Universidade do Estado do Pará

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Pantoja, Pedro Ladinilson do Rosário, 1973-
Saberes do trabalho na carpintaria naval artesanal
no distrito de Carapajó - município de Cametá - PA /
Pedro Ladinilson do Rosário Pantoja. - 2015.

Orientador: Gilmar Pereira da Silva;
Coorientador: Doriedson do Socorro Rodrigues.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do
Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação, Belém, 2015.

1. Educação para o trabalho - Cametá (PA). 2.
Trabalhadores - Atividades políticas. 3. Educação e
Estado - Cametá (PA). 4. Trabalhadores da construção
naval -Cametá (PA). 5. Carpintaria - Trabalhadores -
Cametá (PA). I. Título.

CDD 22. ed. 306.43098115

Aos meus pais, sr. Luzinan Pantoja Nery e sra. Celina do Rosário Pantoja Nery, pela dedicação, pelo apoio e pelo incentivo que sempre me disponibilizaram como motivação ao estudo, à vida e à dignidade humana.

À minha esposa, Norma Léa Medeiros de Farias, e aos meus filhos, Gezilânia Silva Pantoja, Eduardo de Farias Pantoja e Carla Lauani de Farias Pantoja, pelo amor, pela proteção e pelo companheirismo que sempre dedicaram à nossa família e aos nossos ideais.

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de saber e iluminação que me concede força e proteção para existir, pela oportunidade de cursar o mestrado e por conduzir minha vida e meus estudos.

A todos os meus professores do Programa de Pós-graduação em Educação, do Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Pará, pela oportunidade de aprofundamento no conhecimento acadêmico e profissional.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva, por suas orientações e por ensinamentos, que foram fundamentais para a concretização deste trabalho; seu exemplo como educador e como ser humano sempre me inspirou segurança e fraternidade.

Ao meu coorientador, Prof. Dr. Doriedson do Socorro Rodrigues, a quem considero um ser humano, um educador e um profissional exemplar; com seus exemplos, tive a oportunidade de reconhecer, de acreditar e de motivar meus ideais e os de outras pessoas.

À Profa. Dra. Maria Clara Bueno Fischer, por aceitar o convite para fazer parte, na qualidade de examinadora, da banca de qualificação desta dissertação; sem dúvida, suas orientações contribuíram significativamente para a conclusão deste estudo.

À Profa. Dra. Maria das Graças da Silva, por aceitar o convite para fazer parte da banca examinadora desta dissertação; suas orientações ajudaram a aprofundar reflexões acerca deste trabalho.

Ao Prof. Dr. José Bittencourt da Silva, por aceitar o convite para participar da banca examinadora deste trabalho; suas observações contribuíram significativamente para o enriquecimento deste estudo.

Ao Prof. Dr. Ronaldo Marcos de Lima Araújo, por aceitar o convite para participar, na qualidade de examinador, da banca de qualificação desta dissertação; com ele aprendi a ter disciplina e rigor nos estudos.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho e Educação (GEPTE), pela forma como conduz suas ações de trabalho, oportunizando-me um processo de ampliação na formação, pois sua ambiência proporciona a todos os seus membros ampla formação profissional e acadêmica.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de pesquisa, sem a qual não seria possível concluir os estudos no Curso de Mestrado em Educação, no Campus de Belém.

À Escola do Trabalho e a todos os seus membros, pela dedicação nas atividades de trabalho, pela convivência e por todo conhecimento que, conjuntamente, construímos, contribuindo de maneira significativa para a minha formação e para a minha experiência profissional, assim como a de todos que ali convivem.

Aos colegas do curso de Mestrado, pelo compartilhamento dos estudos e pela construção das aprendizagens que muito contribuíram para a minha formação e para a conclusão deste trabalho.

À Profa. Dra. Benedita Celeste de Moraes Pinto, que sempre acompanhou meus estudos, orientando a minha formação acadêmica e profissional; com ela aprendi a ter disciplina e rigor nos estudos.

Agradeço ao colega José Maria de Freitas Júnior, pela trajetória de estudos que tivemos a oportunidade de construir; é ele quem eu tomo como exemplo de dedicação, de superação e de conquista dos ideais de vida.

Aos trabalhadores da carpintaria naval artesanal do distrito de Carapajó, Cametá-PA, pelo acolhimento e amizade que me confiaram, fornecendo informações sobre seus saberes e seu modo de vida; com suas experiências entendi que a convivência humana é movimento constante de ressignificação dos aspectos sociais, culturais e históricos, tomados como ideais para a construção da vida.

Por fim, agradeço às pessoas que, de forma direta ou indireta, contribuíram com a minha formação acadêmica e profissional; a todos deixo minha eterna gratidão e alegria de ter realizado este trabalho.

RESUMO

O presente trabalho investiga os saberes do trabalho na atividade produtiva da carpintaria naval artesanal no distrito de Carapajó, município de Cametá-PA, a partir de um estudo das dimensões ética, política, técnica, pedagógica e organizacional, em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí-PA. Partindo da hipótese de que a dinâmica de organização dos saberes no trabalho caracteriza-se como um processo permanente de construção e reconstrução dos saberes sociais articulados às experiências profissionais adquiridas por intermédio do trabalho, esta investigação, em sua abordagem teórica, faz uso do materialismo histórico-dialético, e toma a contradição, a negação da negação e a alienação como categorias de análise nas relações sociais e históricas que produzem a existência dos artesãos da carpintaria naval. Por meio deste estudo, constatou-se a existência de saberes técnicos, de ordem tipológica em termos de embarcação, baseados nas necessidades econômicas e sociais da região, e também de saberes políticos, de caráter constativo, referentes à existência de um processo de redução do trabalho e de uma consciência de classe em si, que reconhece o sofrimento no trabalho. No entanto, não há nenhuma ação organizativa dos trabalhadores no sentido contra-hegemônico, devido à falta de consciência de classe entre esses trabalhadores. No mesmo sentido, compreendeu-se ainda que existe entre os artesãos um saber de identidade em transformação, impulsionado bem mais pelo capitalismo do que pela organização política desses trabalhadores. Logo, os saberes pedagógicos resultantes do processo de produção-formação, enquanto princípio educativo, são, também, saberes construídos sobre a organização do trabalho, que mostram uma formação integral do sujeito para o exercício profissional.

Palavras-chave: Trabalho e Educação. Saberes do Trabalho. Dimensões dos Saberes. Carpintaria Naval Artesanal.

ABSTRACT

This paper investigates the issue of working knowledge within the productive activity of small-scale shipbuilding in the town of Carapajó, Cametá, Pará State, based on a study of the ethical, political, technical, pedagogical and organizational, related to the construction of the Plant hydroelectric Tucuruí, Pará. The main hypothesis of this work is that the dynamics of organization of knowledge work is characterized as an ongoing process of construction and reconstruction of social knowledge, which are articulated in turn, with the professional experiences gained through work. In its theoretical basis, this research makes use of historical and dialectical materialism and takes the contradiction, denial of denial and alienation as categories of analysis in social relations as well as historical, which produce the existence of the craftsmen of shipbuilding. Through this study, it was found the existence of technical knowledge, typological order in terms of vessel, based on the economic and social needs of the region, and also identified a set of political knowledge, of constative character, concerning the existence of a job reduction process and a class consciousness itself, which recognizes the suffering at work. However, there is no action on organizing workers in terms of counter-hegemony, due to lack of class consciousness among these workers. To that end, it was understood that there is still a knowledge of identity transformation among craftsmen, and it is driven much more by capitalism than by the political organization of these workers. Soon, the pedagogical knowledge that result from production-training process, as an educational principle, are also built knowledge about the organization of work, which shows an integral formation of the subject for professional practice.

Keywords: Work and Education. Working Knowledge. Dimensions of Knowledge. Carpentry Naval Craft.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da microrregião do Baixo Tocantins no Estado do Pará.....	16
Figura 2 – UHE de Tucuruí, no Estado do Pará (1976-1984).....	19
Figura 3 – Mapa e Localização do município de Cametá-PA.....	35
Figura 4 – Localização do distrito de Carapajó no Município de Cametá-PA.....	36
Figura 5 – Embarcação típica indígena.	74
Figura 6 – Lancha amazônica, produção artesanal do município de Cametá-PA.	83
Figura 7 – Modelo de embarcação de médio porte construída por carpinteiros artesanais no interior da microrregião do Baixo Tocantins.	89
Figura 8 – Rabeta amazônica, embarcação apropriada para realizar viagens velozes.	91
Figura 9 – Lancha construída em alumínio para transporte de passageiros.	107
Figura 10 – Marabaense, embarcação típica do estilo regional ribeirinho, bastante utilizada no transporte de cargas e passageiros na região do Baixo Tocantins, durante a segunda metade do século XX.....	113
Figura 11 – Iate amazônico, embarcação típica da região amazônica.....	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Referente às categorias analíticas e empíricas.....	47
Quadro 2 – Quadro referente ao número de estaleiros que existiam com estimativa aproximada de trabalhadores no distrito de Carapajó, Cametá-PA (1970-2000).	88

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Albrás	Alumínio Brasileiro S/A
Alunorte	Alumina do Norte do Brasil S/A
COOTRACONAI	Cooperativa de Trabalhadores da Construção Naval Artesanal de Igarapé-Miri
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
EFT	Estrada de Ferro Tocantins
Eletronorte	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A
GEPTE	Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho e Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICED	Instituto de Ciências da Educação
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
PA	Pará
PIN	Plano de Integração Nacional
PPGED	Programa de Pós-Graduação em Educação
UFPA	Universidade Federal do Pará
UHE	Usina Hidrelétrica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
PROBLEMA	21
HIPÓTESES	23
QUESTÕES NORTEADORAS	24
OBJETO DE ESTUDO	24
OBJETIVOS	24
Geral	24
Específicos	24
APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS.....	25
CAPÍTULO 1 – PERCURSO METODOLÓGICO	27
1.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	27
1.2 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE GERAÇÃO E COLETA DE DADOS	31
1.2.1 A revisão da literatura	31
1.2.2 O local da pesquisa de campo.....	34
1.2.3 A entrevista semiestruturada	38
1.2.4 O tratamento dos dados: procedimento da análise do conteúdo	43
1.2.5 Os procedimentos de análise dos dados.....	44
CAPÍTULO 2 – SABERES DO TRABALHO E TRABALHO ARTESANAL.....	49
2.1 OS SABERES SOCIAIS	50
2.2 A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	52
2.3 A DIVISÃO SOCIAL E TÉCNICA DO TRABALHO	56
2.4 O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO.....	60
2.5 OS SABERES TÁCTOS E OS PROCESSOS FORMATIVOS.....	63
2.6 A RELAÇÃO DOS SABERES COM O TRABALHO ARTESANAL	66
2.7 O CONHECIMENTO COMO DIMENSÃO NA RELAÇÃO SOCIAL	69
CAPÍTULO 3 – SABERES DO TRABALHO EM SUAS DIMENSÕES TÉCNICA, POLÍTICA, ÉTICA, PEDAGÓGICA E ORGANIZACIONAL.....	73
3.1 ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DO TRABALHO NA CARPINTARIA.....	73
3.1.1 A ressignificação dos saberes na carpintaria artesanal	77
3.1.2 O trabalho artesanal na carpintaria naval.....	81
3.2 DIMENSÃO TÉCNICA.....	84
3.2.1 A divisão técnica do trabalho na carpintaria naval artesanal.....	85

3.2.2 O processo de qualificação/desqualificação profissional no trabalho artesanal	93
3.3 DIMENSÃO POLÍTICA	98
3.3.1 A formação da identidade profissional.....	99
3.3.2 A formação da consciência de classe.....	103
3.3.3 A convivência ribeirinha	108
3.4 DIMENSÃO ÉTICA	118
3.4.1 A construção dos valores, hábitos e atitudes.....	118
3.4.2 A juventude e a negação dos valores.....	121
3.5 DIMENSÃO PEDAGÓGICA	123
3.5.1 A configuração do princípio educativo na carpintaria	123
3.6 DIMENSÃO ORGANIZACIONAL	130
3.6.1 As formas de organização dos saberes do trabalho.....	130
3.6.2 A organização das práticas de trabalho	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
REFERÊNCIAS	140
APÊNDICE	145

INTRODUÇÃO

Esta dissertação, ao investigar as dimensões ética, política, técnica, pedagógica e organizacional no trabalho da carpintaria naval artesanal na Vila de Carapajó, município de Cametá, no Estado do Pará, busca analisar a (res)significação¹ dos saberes na formação profissional que se dá no cotidiano do trabalho da carpintaria naval e no modo de vida dos carpinteiros artesanais ribeirinhos,² em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí, localizada no município de Tucuruí, no Estado do Pará.

A realização de um estudo dos saberes no trabalho artesanal pressupõe, antes de tudo, a compreensão do processo de formação profissional e de organização dos trabalhadores de maneira profunda, contextualizada e relacionada a fatores políticos e sociais, interligados tanto à economia local quanto à economia universal; também demanda profundo reconhecimento da importância da organização do trabalho para melhor entender as mudanças decorrentes na construção dos saberes sociais, que configuram o modo de vida dos trabalhadores no contexto ribeirinho. É necessário esclarecer, neste momento, que o sentido de saber social adotado neste trabalho baseia-se na definição proposta por Grzybowski (1986, p. 50), para quem saber social é:

[...] um conjunto de conhecimentos e habilidades, valores e atitudes que são produzidos pelas classes em uma situação histórica dada de relações, para dar conta de seus interesses [...]. Afinal todo saber corresponde a determinados interesses e, por isso, contém nele mesmo uma questão de poder e dominação. É sempre um saber socialmente determinado.

Ao definir saber social como um conjunto de habilidades, atitudes e valores construídos a partir da perspectiva histórico-social, definida pelas classes para dar conta dos seus interesses, Grzybowski (1986) apresenta um processo de reflexão dinâmico para compreensão da totalidade do saber social que se constrói no contexto político-cultural dos sujeitos, o que é essencial para o estudo das dimensões técnica, política, ética, pedagógica e organizacional dos saberes na carpintaria artesanal, tanto de ordem capitalista, quanto na perspectiva do fortalecimento dos trabalhadores.

¹ Tomou-se, neste trabalho, o conceito de ressignificação adotado por Rodrigues (2012), em “Saberes sociais e luta de classe: um estudo a partir da colônia de pescadores artesanais Z-16 – Cametá Pará”, onde ele afirma que a ressignificação consiste na elaboração dos saberes produzidos nas relações interpessoais para o atendimento dos interesses pessoais ou assumidos por grupos sociais.

² O termo ribeirinho é usado na Amazônia, segundo Hiraoka (1993), para designar os camponeses que vivem na margem das águas e vivem de extração e manejo de recursos florestais e aquáticos, além da agricultura em pequena escala (cf. COSTA, 2006, p. 150).

No caso da microrregião do Baixo Tocantins³, segundo Costa (2006), uma situação que desarticulou o modo de vida e a tradição cultural da população ribeirinha, implicando um intenso processo de modificação dos saberes presentes em sua vivência, está relacionada à implantação dos grandes projetos na Amazônia, durante o governo militar brasileiro, dentre os quais está a construção da UHE de Tucuruí, que surge com o objetivo de garantir o fornecimento de energia às empresas multinacionais instaladas na região.

A partir desse contexto histórico-social, é que se intensifica um processo de desarticulação política, econômica e cultural no modo de vida e na forma de produção da existência da população ribeirinha da microrregião do Baixo Tocantins, provocando mudanças bruscas na significação dos saberes dessa população. Outrossim, à medida que o processo de reestruturação e ampliação do capitalismo se intensifica no contexto regional, impondo novos valores, cultura e costumes, os sujeitos reagem, resistem e se adequam à “trama de relações” que constroem em função da própria existência. Nesse sentido, Costa (2006, p. 157) afirma que:

[...] o pólo da indústria minero-metalúrgica da Vila de Conde, a ALBRÁS e ALUNORTE em Barcarena (PA) pertencente à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), assim como das demais empresas periféricas a estas, que juntas constituem-se um enclave na região. O complexo industrial do alumínio exigiu pesados investimentos infra-estruturais, e o mais notável foi o da Hidrelétrica de Tucuruí. Com a instalação desses projetos a região passa a ser incorporada à moderna dinâmica mundial do capital. Uma vez que o problema mineral e energético na Amazônia como um todo [...] está relacionado à colonização recente, a partir da década de 1970, quando os militares integraram o Brasil e a Amazônia à nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT), em consequência da reorganização do capitalismo do pós-guerra, onde era necessária a inclusão das economias periféricas a uma industrialização retardatária cujo objetivo era manter a agilidade da acumulação sem quebrar a subordinação dos países subdesenvolvidos ao imperialismo.

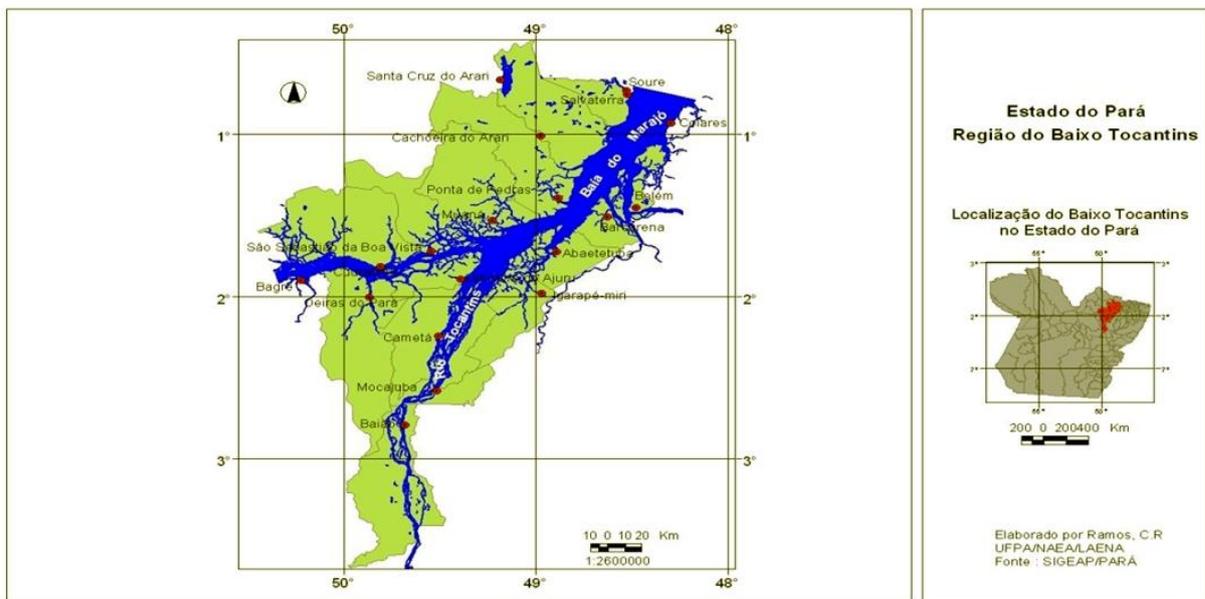
A nova estratégia de reorganização do capital, planejada para intensificar a exploração dos recursos naturais na região amazônica, durante o contexto pós-guerra, provocou diversas alterações na configuração dos saberes e no modo de vida da população. Desse modo, “a Região Tocantina, como uma partícula da Amazônia, entra no circuito

³ O território Baixo Tocantins-PA abrange uma área de 36.024,20 Km² e é composto por onze municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia. A população total do território é de 739.881 habitantes, dos quais 390.579 vivem na área rural, o que corresponde a 52,79% do total. Possui 32.365 agricultores familiares, 24.701 famílias assentadas, dez comunidades quilombolas e duas terras indígenas. Seu IDH médio é 0,68. Fonte das informações: *Sistema de Informações Territoriais* (Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br>>. Acesso em: 30 ago. 2014).

mundial da nova fase de expansão, exploração e reorganização do sistema, que reincorporou a dinâmica do capitalismo global.” (COSTA, 2006, p. 157).

A figura a seguir apresenta o mapa da microrregião do Baixo Tocantins, ao mesmo tempo em que demonstra sua localização no mapa do Estado do Pará.

Figura 1 – Mapa da microrregião do Baixo Tocantins no Estado do Pará.



Fonte: Mapa elaborado por Ramos (2014).

Grandes são as evidências, no município de Cametá, das consequências negativas que a realidade pós-barragem ocasionou, tanto nos aspectos ambientais quanto nos aspectos humanos e culturais. Na questão ambiental, de acordo com Costa (2006, p. 177-178), ocorreram mudanças como “desaparecimento de algumas espécies de peixes, assoreamento de rios e igarapés, entre outros, dos quais originaram diferentes realidades e sentidos do modo de vida ribeirinho”.

Por isso, os artesãos da carpintaria naval regional, conforme Costa (2006), que têm uma relação direta com as atividades relacionadas à agricultura, à pesca, ao extrativismo e ao transporte de pessoas, serviços e produtos regionais, também foram diretamente impactados com as mudanças decorrentes no contexto ribeirinho, o que ocasionou, dentre outros fatores, a redução na demanda da carpintaria artesanal e a modificação no processo de produção de saberes e na formação profissional dos sujeitos.

Esse trabalho da carpintaria naval regional, que se concretiza a partir da ação conjunta dos profissionais com habilidades artesanais específicas, possibilita, de forma

integrada, a realização diversificada de operações de trabalho aos sujeitos que praticam a produção artesanal. Esses sujeitos constituem, portanto, diferentes formas de relação de poder e de construção de valores sociais nos espaços onde convivem, revelando, assim, formas distintas de manifestação cultural, que se refletem no processo de reelaboração dos saberes possibilitados pelo uso articulado das experiências construídas pelos próprios carpinteiros artesanais em sua relação com o trabalho.

Tal relação de criação e (res)significação do saber, resultante da ação dos sujeitos com as atividades profissionais que desenvolvem, contribuem para a transformação da própria realidade e, por conseguinte, constituem o conjunto de saberes e habilidades que esses trabalhadores adquirem; e é esse desenvolvimento de práticas profissionais e sociais, mediadas pela relação com o trabalho, “o que educa o sujeito, característica da ação do trabalho, e dinâmica social de seu contexto político e histórico” (BRANDÃO, 2007, p. 47-48).

São esses sujeitos – carpinteiros, calafates, pintores, pescadores, viajantes, condutores das embarcações, agricultores, dentre outros – que, de alguma forma, ao exercerem distintas atividades profissionais relacionadas à atividade artesanal da carpintaria naval, buscam, por meio de seu trabalho, garantir a produção dos saberes necessários para dar conta da realidade que a eles se impõe.

Por outro lado, no plano social, ações capitalistas, desenvolvidas junto ao projeto energético de Tucuruí-PA, como as estratégias de aprimoramento da produção industrial, energética e comercial das empresas multinacionais instaladas no contexto em estudo, constituem concentração do poder econômico, político e ideológico, e intensificam a desigualdade social, contribuindo, dessa maneira, para o fortalecimento da política de dominação do sistema sobre os demais grupos da sociedade.

Inseridas nessa dinâmica do sistema capitalista, tais mudanças na relação de trabalho/produção, segundo Costa (2006), produzem uma reconfiguração nos espaços políticos, históricos e geográficos, fazendo com que os valores e a representação social ganhem outra dimensão no campo da cultura, da economia e do pensamento. Por isso, à medida que o homem pensa no desenvolvimento,⁴ de acordo com Costa (2006), ele precisa refletir sobre seu comportamento no espaço em que está inserido.

⁴ O desenvolvimento das relações do homem com a natureza poderia, segundo Costa (2006, p. 109), melhor conformar a produção de alimentos, a conservação ambiental e a reprodução social, a partir de uma perspectiva de sustentabilidade de longo prazo.

Deste modo, ao analisar o processo de ressignificação na dimensão dos saberes do trabalho, construído como uma das categorias integrantes dos saberes sociais no interior das relações sociometabólicas do capital, compreendemos que a formação resultante das relações que os homens estabelecem com o seu trabalho atribui novos significados à sua realidade; e é nessa dinâmica de transformação dos saberes que os sujeitos buscam se integrar e construir um movimento de resistência às contradições impostas pelo capital.

Logo, esse estudo que considera saberes do trabalho na carpintaria naval artesanal no distrito de Carapajó, município de Cametá, e que compreende os saberes políticos, sociais e culturais relacionados aos processos formativos resultantes da ação dos sujeitos com o seu trabalho, além de pressupor questionamentos sobre o movimento contraditório presente na organização do trabalho e na política capitalista relacionada ao projeto energético⁵ construído no rio Tocantins⁶, no município de Tucuruí⁷, busca, enfim, compreender como se dá a organização do trabalho artesanal, a partir do estudo de um conjunto de relações éticas, políticas, técnicas, pedagógicas e organizacionais, presentes nos saberes do trabalho da carpintaria naval artesanal do distrito de Carapajó, decorrentes da construção da UHE de Tucuruí, visto que esses trabalhadores e suas respectivas comunidades “não ficaram inertes, pelo contrário vêm lutando intensamente para sobreviver” (COSTA, 2006, p. 159).

A imagem a seguir apresenta foto da instalação da UHE de Tucuruí, construída no rio Tocantins na microrregião do Baixo Tocantins, Estado do Pará.

⁵ A Usina Hidrelétrica de Tucuruí, maior UHE 100% brasileira, localizada a 300 km de Belém, no Estado do Pará, município de Tucuruí, foi construída para a geração de energia elétrica e para tornar navegável um trecho do rio Tocantins cheio de corredeiras, ultrapassadas por meio de uma eclusa (cf. VERDADE SUFOCADA, 2014). O município de Cametá está geograficamente bem no centro dos dois grandes projetos instalados no Baixo Tocantins (Tucuruí e Barcarena) e vem sofrendo, desde sua implantação, graves consequências sociais, econômicas, culturais e ambientais (COSTA, 2006, p. 157).

⁶ O rio Tocantins é bastante utilizado pelos moradores como via de transporte e apresenta seu curso bastante longo e navegável. O transporte fluvial é prioritário em decorrência das peculiaridades próprias da região, e constitui-se em fator de sobrevivência e integração socioeconômica ao possibilitar escoamento de produtos extrativos e agrícolas, assim como a intercomunicação com os municípios localizados no Baixo Tocantins e com a Capital do Estado (COSTA, 2006, p. 148).

⁷ Elevado à categoria de distrito-sede pela lei nº 62, de 31 de dezembro de 1947, o município de Tucuruí-PA, (Código municipal: 1508100), gentílico tucuruicense, é fruto de várias ações públicas do Estado, cujo intuito maior foi o de aproveitamento do imenso potencial hídrico do rio Tocantins. A realidade de Tucuruí depende de dois momentos históricos: o primeiro foi o da implantação de Estrada de Ferro do Tocantins, que visava superar as corredeiras e cachoeiras do rio, e a segunda foi o da construção da maior escultura do capital internacional da Amazônia, a Hidrelétrica de Tucuruí. Desses projetos decorrem inúmeros condicionamentos que influenciam até os hábitos dos moradores de Tucuruí (texto adaptado de BRASIL, 2014).

Figura 2 – UHE de Tucuruí, no Estado do Pará (1976-1984).



Fonte: Museu Virtual de Tucuruí. Disponível em: <<http://www.museuvirtualdetucuruí.com.br>>. Acesso em: ago. 2014.

Para melhor conhecer a UHE de Tucuruí, são apresentadas, a seguir, informações sobre sua história, além de algumas especificações técnicas:

A Usina Hidrelétrica de Tucuruí é uma central hidroelétrica no Rio Tocantins, no município de Tucuruí (a cerca de 300 km ao sul de Belém), no Estado do Pará, com uma capacidade geradora instalada de 8.370 MW. Em potência instalada, Tucuruí é a maior usina hidroelétrica 100% Brasileira. (A usina de Itaipu tem potência instalada maior, 14.000 MW, mas é dividida entre o Brasil e o Paraguai.) Seu vertedouro, com capacidade para 110.000 m³/s, é o segundo maior do mundo.

De acordo com os relatórios da Comissão Mundial de Barragem (2000), os primeiros estudos de engenheiros brasileiros para aproveitamento hidrelétrico do Rio Tocantins começaram por volta de 1957. A construção foi iniciada em 24 de novembro de 1974. A usina foi inaugurada em 22 de novembro de 1984 pelo presidente João Figueiredo, com capacidade de 4000 MW, ampliados em meados de 2010 para 8.370 MW.

A barragem de Tucuruí possui 11 km de comprimento e 78 m de altura. O desnível da água varia com a estação entre 58 e 72 m. O reservatório tem 200 km de comprimento e atinge aproximadamente 2.850 km² de área quando cheio, ou seja, 0,341 km² por MW instalado. Quando o nível é mínimo (62 m), a área alagada diminui em cerca de 560 km². A vazão média do rio ao longo do ano nesse ponto é aproximadamente 11.000 m³/s; a máxima observada (março de 1980) foi 68.400 m³/s. O reservatório tem volume total de 45,5 km³ (para cota de 72 m) e volume útil de 32,0 km³.

A UHE Tucuruí é a principal usina integrante do Subsistema Norte do Sistema Interligado Nacional (SIN), sendo responsável pelo abastecimento de grande parte das redes: da Celpa (no Pará), da Cemar (no Maranhão) e da Celtins (no Tocantins). Em períodos de cheia no rio Tocantins, a Usina de Tucuruí, também complementa a demanda do restante do país através do SIN, sendo ligada à rede nacional pela linha de transmissão entre Presidente Dutra (Maranhão) e a Usina Hidrelétrica de Sobradinho, via Boa Esperança (Piauí). Também possui uma eclusa e um canal de 5,5 km que possibilitam a navegação fluvial entre Belém e Santa Isabel. (USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ, 2015)

Essa dinâmica de reestruturação e ampliação do capital, que se fortalece a partir do desenvolvimento de políticas de integração das economias regionais, articuladas ao circuito econômico mundial, nos contextos político, econômico e social da microrregião do Baixo Tocantins, tem contribuído para intensificar um processo de desarticulação econômico e cultural, o que impacta diretamente o modo de vida das populações locais, pois,

[...] sabe-se que o sistema do capital atua em todas as esferas, desde a cultural até a econômica, invadindo e tentando quebrar todas as barreiras, abarcando todos os espaços sociais e geográficos possíveis, penetrando-os invariavelmente sendo aceito ou não. Assim, um exemplo dessa assertiva, está presente no Baixo Tocantins através da construção da UHE, a quarta planta do poder hidrelétrico no mundo e a maior genuinamente nacional (COSTA, 2006, p. 158).

Assim, a implantação da UHE de Tucuruí, no rio Tocantins, na microrregião do Baixo Tocantins, buscando atender às múltiplas finalidades do capital, estruturado em cadeia de investimento entre empresas multinacionais, representa um forte impacto nas relações sociais da população ribeirinha, gerando desarticulação política, econômica e cultural desses ribeirinhos, uma vez que o “modo tradicional de vida e reprodução social das populações vem sendo profundamente modificados” (COSTA, 2006, p. 159).

A partir dessas observações, sobretudo ao que diz respeito à organização do capital na região, por meio da implantação da UHE de Tucuruí, propusemo-nos a investigar os saberes do trabalho na carpintaria naval, considerando os impactos dessa implantação na vida dos trabalhadores e como isso configurou a organização do trabalho dos mesmos e de seu processo formativo em termos de saberes.

Trata-se, dessa forma, de um estudo caso que fez uso de entrevistas e análise do conteúdo, conforme será detalhado no capítulo dois, e que contou com uma pesquisa de campo realizada no distrito de Carapajó, localizado na margem do rio Tocantins e interligado aos demais municípios por meio de estradas e rodovias, porém o seu acesso à sede do

município cametaense se faz por via fluvial. Já o município de Cametá configura-se como cidade ribeirinha, localizada também na margem do rio Tocantins, possuindo um arquipélago vasto formado pela geografia dos rios, onde convivem diversas comunidades, cujo deslocamento se torna possível somente com o uso das embarcações.

PROBLEMA

Ao analisar a relação da produção dos saberes com o processo de formação profissional, mediado pelas ações dos sujeitos com o trabalho, busca-se compreender as experiências profissionais como saberes resultantes e inerentes às práticas de trabalho. Estes saberes, que constituem parte de um saber maior – o saber social –, ao serem integrados pelos homens, podem pressupor a base para a formação política do sujeito, a partir da relação que este estabelece com o trabalho e com outros indivíduos.

Nessa perspectiva, contextualizar os saberes que se originam das relações sociais, econômicas e políticas significa entender que, de um lado, existe a organização da produção e do trabalho na lógica do mercado e do capital, e, do outro, a possibilidade de compreender que estas relações do capital também podem resultar em um movimento dialético de (res)significação de saberes, valores e atitudes para a vida do trabalhador, em prol de seus interesses de classe.

A ressignificação dos saberes adquiridos como resultado das experiências profissionais desenvolvidas por meio do trabalho, quando incorporada pelos trabalhadores, pode permitir a formação política necessária para que os sujeitos possam resistir e fazer contraponto às condições impostas pelas ações sociometabólicas do capital.

Portanto, se esses saberes correlacionam experiências humanas, construídas historicamente nos espaços onde estes trabalhadores convivem, tendo o trabalho artesanal⁸ como parte integrante do seu processo de formação, luta e de resistência cultural, é plausível a realização da presente pesquisa, que busca analisar os aspectos políticos, sociais e culturais constituintes das dimensões ética, política, técnica, pedagógica e organizacional dos saberes que se constroem por meio do trabalho artesanal dos carpinteiros navais no distrito de Carapajó.

O interesse pelo estudo dos saberes do trabalho na carpintaria naval artesanal no distrito de Carapajó se justifica por diferentes razões. Primeiro, devido à experiência

⁸ O trabalho artesanal é caracterizado por Marx (2013, p. 411) como os ofícios autônomos, por cujas mãos têm de passar um produto até seu acabamento final.

profissional que desenvolvi, na qualidade de professor do Ensino Básico, em escolas ribeirinhas no município de Cametá, foi possível aproximar-me e envolver-me com as relações sociais construídas por trabalhadores artesãos na região das ilhas, no interior cametaense.

Esse contato me fez perceber que a carpintaria naval artesanal desenvolvida nas comunidades é uma atividade muito importante na relação social e cultural da população ribeirinha, pois não só contribui para a construção de um conjunto de saberes e práticas sociais específicas na organização do trabalho artesanal, configurando a realidade dos sujeitos no seu contexto político-social, mas também contribui para o fortalecimento de uma identidade que se contrapõe ao capital. Ao mesmo tempo, essa atividade permite a esses sujeitos se constituírem em unidade de resistência, cujos interesses são desprestigiados pelo capital, representado pela construção da UHE, o que os levou a se organizarem em associações, colônias, mesmo que sejam atividades distintas à própria carpintaria naval.

Um segundo fator foi a minha participação no curso de Especialização em Educação e Desenvolvimento Regional, ofertado pelo Campus Universitário do Tocantins/Cametá da Universidade Federal do Pará (UFPA), no ano de 2011, pois ele contribuiu de modo significativo para o meu interesse em estudar e pesquisar as dimensões ética, política, técnica, pedagógica e organizacional no trabalho dos carpinteiros artesanais ribeirinhos, que buscavam ressignificar seus saberes por meio da convivência social e das experiências profissionais, a fim de aprimorar a organização do contexto político-social de onde vivem.

Outros dois elementos determinantes para o estabelecimento do tema de minha pesquisa foram o meu ingresso no curso de Mestrado em Educação, em 2013, e a minha inserção no Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho e Educação (GEPTE), onde tive a oportunidade de ampliar os meus conhecimentos sobre trabalho e educação. Nessas áreas desenvolvi estudos relacionados à organização do trabalho e aos processos de formação profissional, no que concerne aos interesses dos trabalhadores e à sistematização da produção, ou seja, ao modo pelo qual essa formação é estabelecida, seja na perspectiva do capital seja na dos trabalhadores, no contexto regional amazônico.

Por fim, a realização da pesquisa de campo, junto a carpinteiros, durante o curso de Especialização, no final de 2012, permitiu-me desenvolver questionamentos significativos relacionados aos impactos da ação capitalista na microrregião do Baixo Tocantins, como aquele causado pela instalação da UHE de Tucuruí, no rio Tocantins.

Para os sujeitos impactados pela construção da UHE, ela “provocou, dentre outras mudanças, desarticulação cultural, econômica e profissional” no modo de vida da população ribeirinha. Isso, segundo Costa (2006), pressupõe compreender que as mudanças provocadas pelo sistema capitalista vigente impõem para a sociedade e, principalmente, para os trabalhadores uma nova postura de conduta, baseada em novos conhecimentos e na valorização de diversas práticas sociais que envolvem trabalho, cultura e economia.

Assim, com a interrupção do curso natural do rio Tocantins, houve a diminuição do percurso das embarcações que transportavam produtos regionais para cidades localizadas no sul do Estado do Pará, o que pode ter contribuído para a diminuição na demanda da carpintaria naval artesanal, em algumas localidades da região amazônica no Baixo Tocantins. Ou seja, segundo Costa (2006, p. 6), “[...] a Hidrelétrica de Tucuruí-PA desestruturou a vida da população ribeirinha”, fazendo com que estas se “adaptassem às condições impostas pela realidade pós-barragem” e alterando, por sua vez, o modo de vida daqueles que precisam das condições naturais do rio para garantir a subsistência.

Dentre essa população estão os sujeitos que constroem embarcações em madeira de forma artesanal, como os do distrito de Carapajó, local onde realizei um estudo junto aos trabalhadores na orla portuária, referente às dimensões dos saberes no trabalho. E, nessa mesma localidade, muitos sujeitos continuam a exercer a carpintaria naval regional, na qual estabelecem relação entre produção de trabalho, saberes e formação política e profissional mediados por esse trabalho.

A questão acima esboçada tem gerado discussões referentes à (res)significação de saberes e das práticas de trabalho presentes no cotidiano dos trabalhadores que vivem nas margens dos rios na microrregião do Baixo Tocantins, sobretudo entre os carpinteiros do distrito de Carapajó, porque tiveram seu modo de vida impactados diretamente pelas contradições geradas pela implantação do projeto energético da UHE de Tucuruí. Isso conduz à formulação do seguinte problema: *Como se constituem as dimensões técnica, política, ética, pedagógica e organizacional nos saberes do trabalho da carpintaria naval artesanal no distrito de Carapajó, município de Cametá-PA?*

HIPÓTESES

Em termos de hipótese, busco responder à indagação motivadora deste trabalho, apresentada na seção anterior, acreditando haver uma fragmentação no processo de produção dos saberes do trabalho de carpintaria naval artesanal, devido a três fatores:

- a) Aos impactos da UHE de Tucuruí;
- b) Às ações do capital com o sistema de transporte na região; e
- c) Ao avanço tecnológico empregado na construção das embarcações.

QUESTÕES NORTEADORAS

Como desdobramentos do problema discutido acima, apresento as seguintes questões norteadoras para melhor compreensão do objeto em estudo:

- a) Como se constituem os saberes do trabalho nas dimensões técnica, política, ética pedagógica e organizacional dos carpinteiros navais artesanais no distrito de Carapajó, município de Cametá-PA?
- b) Como se articulam os saberes do trabalho no processo de organização da esfera produtiva da carpintaria naval dos artesãos no distrito de Carapajó?
- c) Como se dá o movimento dialético na organização dos saberes do trabalho da carpintaria naval artesanal no interior das relações sociometabólicas do capital e também a partir dos interesses dos trabalhadores?

OBJETO DE ESTUDO

O principal objeto do estudo desenvolvido neste trabalho são os saberes do trabalho da carpintaria naval artesanal no distrito de Carapajó, município de Cametá-PA, decorrentes da construção da UHE de Tucuruí, em suas dimensões técnica, política, ética, pedagógica e organizacional.

OBJETIVOS

Geral

Destaco como objetivo geral desta pesquisa a análise dos saberes do trabalho, presentes na atividade produtiva da carpintaria naval artesanal no distrito de Carapajó, município de Cametá-PA, em suas dimensões técnica, política, ética, pedagógica e organizacional.

Específicos

Já os objetivos específicos deste trabalho são:

- 1) Depreender os saberes do trabalho nas dimensões técnica, política, ética, pedagógica e organizacional;

- 2) Compreender a articulação dos saberes do trabalho no processo de organização da esfera produtiva da carpintaria naval dos artesãos no distrito de Carapajó, município de Cametá-PA; e
- 3) Analisar o movimento dialético presente na organização dos saberes do trabalho da carpintaria naval artesanal no interior das relações sociometabólicas do capital e também a partir dos interesses dos trabalhadores.

APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS

O presente estudo está organizado em três capítulos, que apresentam reflexões sobre os saberes do trabalho de carpintaria artesanal no distrito de Carapajó, município de Cametá-PA. Trata-se de um estudo de caso que investiga as dimensões técnica, política, ética, pedagógica e organizacional no trabalho da carpintaria naval artesanal e que analisa a (res)significação dos saberes no trabalho, na formação profissional e no modo de vida dos carpinteiros artesanais ribeirinhos em decorrência da construção da UHE de Tucuruí.

O capítulo inicial expõe o percurso metodológico da pesquisa, apresentando não somente os elementos que problematizam a referida temática, mas também os aspectos políticos e sociais que motivaram a escolha do objeto de estudo. Esse mesmo capítulo também apresenta os objetivos e o referencial teórico-metodológico empregado na pesquisa.

Já o segundo capítulo apresenta concepções sobre os saberes do trabalho e o trabalho artesanal, referindo-se à formação profissional do trabalhador, mediada pela sua relação com o trabalho, tanto no contexto da organização da produção, segundo a lógica do capital, quanto na perspectiva do fortalecimento do trabalhador na organização do trabalho da carpintaria naval.

No último capítulo, intitulado “Saberes do trabalho em suas dimensões técnica, política, ética, pedagógica e organizacional”, é apresentada a historiografia da carpintaria naval na região amazônica, analisando os seus aspectos naturais, bem como os fatores culturais que contribuiriam para o desenvolvimento do trabalho artesanal no espaço regional. Com isso, busco compreender como se constroem os saberes e as práticas do trabalho na produção artesanal ligada à esfera profissional da carpintaria naval no contexto político-cultural em estudo. Há ainda uma reflexão sobre a construção dos saberes e das práticas profissionais mediada por processos educativos vinculados ao trabalho, e este interligado ao conjunto das relações histórico-sociais que constituem a realidade social dos trabalhadores na carpintaria artesanal.

Além disso, são apresentados elementos teóricos para compreender a (res)significação dos saberes dos sujeitos da carpintaria naval regional, procurando demonstrar aspectos históricos e geográficos da organização social, que constituem as identidades culturais da população ribeirinha, referente ao seu modo de vida e às suas práticas de trabalho, para aprofundar o debate sobre articulação dos saberes e práticas dos trabalhadores artesanais da carpintaria naval.

Por fim, no âmbito deste estudo das dimensões políticas e sociais dos saberes do trabalho na carpintaria naval, busco compreender como a manifestação dos saberes sociais, construídos historicamente pelos sujeitos, contribui para o aprimoramento dos valores culturais e sociais que os trabalhadores tomam como ideal para realização de seus projetos de vida. Essa relação, que é construída de forma individual e coletiva e está mediada por processos educativos vinculados ao trabalho, está ligada a um conjunto de relações sociais locais e universais.

CAPÍTULO 1 – PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo são apresentados os procedimentos adotados para geração e análise dos dados levantados durante a pesquisa de campo com os trabalhadores artesanais da esfera profissional ligada à carpintaria naval artesanal.

1.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa está relacionada ao estudo de um conjunto de saberes e práticas sociais que constituem as dimensões técnica, política, ética, pedagógica e organizacional do trabalho artesanal, ou seja, busca compreender o movimento dialético presente na construção dos saberes, dos conhecimentos e da formação profissional resultante da relação dos sujeitos com o trabalho da carpintaria naval artesanal no distrito de Carapajó, no município de Cametá-PA.

Trata-se uma pesquisa do tipo estudo de caso, que investiga um conjunto de saberes e práticas sociais resultantes das vivências e experiências humanas que configuram o modo de vida e a organização dos sujeitos no contexto político comunitário ribeirinho. Esses sujeitos são carpinteiros que praticam o trabalho da carpintaria naval regional, entendida como uma atividade profissional que demanda um processo constante de (res)significação dos saberes que nascem das ações desses mesmos sujeitos com o seu trabalho, envolvendo, também, divergências de interesses, tanto na perspectiva do capital, quanto na perspectiva do fortalecimento profissional do trabalhador.

Ao propor o estudo das dimensões técnica, política, ética, pedagógica e organizacional do trabalho da carpintaria naval, sobretudo no que concerne à produção de saberes e à formação profissional, influenciadas pela construção da UHE de Tucuruí, tornou-se imprescindível a realização de um trabalho de campo, no local escolhido para a realização da pesquisa, ou seja, no distrito de Carapajó, considerado bastante representativo, por ter se destacado durante a segunda metade do século XX na atividade artesanal em estudo, como será demonstrado mais detalhadamente no terceiro capítulo.

Esse período, que transcende o momento em que se deu a construção da UHE de Tucuruí, pode revelar realidades sociais e formas de organização do trabalho em contextos diferenciados, característicos de um estudo de caso que, segundo Teixeira (2001, p. 27), “permite ao pesquisador, passar do contexto da observação para o interpretativo, pois considera como um todo na pesquisa realizada”, neste sentido acrescenta que:

O estudo de caso visa à descoberta, [...] os estudos de caso enfatizam a “interpretação do contexto” um princípio básico deste tipo de estudo é que para a apreensão mais completa do objeto, é preciso levar em conta todo o contexto em que ele se situa. [...] Situar a pesquisa no seu devido contexto considerando “retratar a realidade de maneira profunda” permitindo ao pesquisador “revelar as multiplicidades de dimensões presentes numa determinada situação ou problema” (TEIXEIRA, 2001, p. 28).

A utilização do estudo de caso, conforme enfatiza Teixeira (2001), é uma metodologia capaz de desvendar diferentes ou conflitantes pontos de vista sobre uma mesma situação. Assim, o estudo da organização do trabalho dos artesãos da carpintaria naval pressupõe que as relações profissionais desenvolvidas no ambiente de trabalho, como dinâmica de (res)significação das diversas dimensões dos saberes, podem manifestar as contradições existentes na vida dos sujeitos e, com isso, permitir melhor compreensão da totalidade dos aspectos culturais que constituem a vivência de cada trabalhador no seu contexto político social.

Nessa mesma perspectiva, Yin (2001), em “Estudo de Caso: planejamento e método”, afirma que o estudo de caso pode revelar realidades sociais e formas de organização do trabalho em contextos diferenciados, visto que,

Permite uma investigação para se preservar as características [...] significativas dos eventos da vida real [...] tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação em alguns setores (YIN, 2001, p. 21).

Essa compreensão destaca a importância do estudo dos aspectos essenciais da vida real e do conjunto dos eventos externos que contribuem para um melhor entendimento da realidade social na qual o objeto de pesquisa está inserido.

Portanto, o estudo das dimensões dos saberes que configuram o modo de vida dos artesãos da carpintaria naval na vila de Carapajó integram os elementos políticos, sociais e organizativos que constituem a totalidade do seu contexto comunitário; a isso também se relacionam os eventos externos, para aprofundar a compreensão sobre formação profissional,⁹ resultante da relação do trabalho no contexto regional.

⁹ A formação profissional do trabalhador estimulou, segundo Oliveira (2011), a aquisição de comportamentos profissionais específicos, que deveriam ser postos em prática no exercício profissional; como tem, simultaneamente, caráter permanente e temporário, estes comportamentos modificam-se ao longo das experiências profissionais posteriores, constituindo parte da realidade do mundo de trabalho.

Fundamentando-se no materialismo histórico dialético,¹⁰ este estudo toma os princípios da contradição, da práxis e da negação da negação como categorias para a análise nas relações histórico-sociais que produzem a existência dos artesãos da carpintaria naval. Assim, conforme Frigotto (1994, p. 75), o estudo da dialética “situa-se, [...] no plano da realidade, no plano histórico, sob a forma da trama de relações contraditórias, conflitantes de leis de construção, desenvolvimento e transformação dos fatos”.

Essa construção consiste num processo de organização da cultura humana ligada ao meio natural, por meio de uma dinâmica intensa de produção dos saberes do trabalho e de transformação da realidade social e histórica dos sujeitos, visto que, na perspectiva do materialismo histórico-dialético, o que importa é “o conhecimento crítico para uma prática que altere e transforme a realidade anterior no plano do conhecimento e no plano histórico e social” (FRIGOTTO, 1994, p. 75-81).

Já no plano do conhecimento crítico,¹¹ a transformação da realidade social pode ser compreendida como uma construção resultante do aprimoramento de saberes e de conhecimentos desenvolvidos pelos sujeitos no interior das suas relações sociais. Também no plano histórico,¹² o movimento dialético constitui-se como condição necessária para a (res)significação das relações sociais que se (re)constroem, transformando a realidade dos sujeitos.

Nessa perspectiva, o estudo aqui realizado apresenta relevância à medida que levanta reflexões que consistem na busca do conhecer da (res)significação da totalidade dos saberes e práticas sociais estabelecidas nas relações do trabalho, pois, segundo a “dialética marxista”, “[...] o conhecimento é totalizante e a atividade humana, em geral, é um processo de totalização, que nunca alcança uma etapa definitiva e acabada” (KONDER, 2000, p. 10). Essa mesma ideia é reforçada por Kosik (1976, p. 23):

¹⁰ “O materialismo histórico, pensamento desenvolvido por Karl Marx, fundamenta-se, inicialmente, na observação da realidade a partir da análise das estruturas e superestruturas que circundam um determinado modo de produção. Isto significa dizer que a história está, e sempre esteve, ligada ao mundo dos homens enquanto produtores de suas condições concretas de vida e, portanto, tem sua base fincada nas raízes do mundo material, organizado por todos aqueles que compõem a sociedade. Os modos de produção são históricos e devem ser interpretados como uma maneira que os homens encontraram, em suas relações, para se desenvolver e dar continuidade à espécie.” (MATERIALISMO HISTÓRICO, 2014).

¹¹ O conhecimento crítico, no sentido marxiano, significa sempre, segundo Tonet (2013, p. 11), a busca dos fundamentos históricos e sociais que deram origem a determinado fenômeno social, permitindo, com isso, compreender a sua natureza mais profunda e não simplesmente de lacunas ou imperfeições.

¹² “Atitude primordial [...] do homem em face da realidade [...] de um ser que age objetiva e praticamente, de um indivíduo histórico que exerce sua atividade prática no trato com a natureza e com os outros homens, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais” (KOSIK, 1976, p. 9).

[...] cada grau do conhecimento humano sensível ou racional, cada modo de apropriação da realidade, é uma atividade baseada na práxis objetiva da humanidade e, *portanto*, ligada a todos os outros vários modos, em medida maior ou menor.

Assim, o estudo buscou identificar como os trabalhadores se apropriam dos saberes que constroem no plano da realidade histórico-social, na qual se inserem e desenvolvem atividades profissionais ligadas ao trabalho da construção de embarcação no estilo regional, posto que “o homem só conhece a realidade na medida em que ele cria realidade humana e se comporta antes de tudo como ser prático” (KOSIK, 1976, p. 22).

Essa dinâmica de reconfiguração dos saberes no trabalho da carpintaria naval artesanal, em estudo, constitui-se num movimento dialético de (re)organização de saberes e práticas profissionais, sociais e históricas, porque, “[...] Para que o mundo possa ser explicado “criticamente”, cumpre que a explicação mesma se coloque no terreno da “práxis” revolucionária” (KOSIK, 1995, p. 20-22).

Ora, a dinâmica de construção do conhecimento pautado no materialismo histórico-dialético visa, conforme Frigotto (1994), à transformação social, contribuindo para romper com o modo de pensar dominante ou com a ideologia dominante, que gera alienação no trabalho e na vida dos sujeitos. Além disso, essa dinâmica de transformação também contribui no processo de mediação da formação humana, enquanto postura política e atitudes ética e social.

Considera-se, desse modo, que o saber e o conhecimento humano efetivados nas relações sociais devem ser compreendidos como construções histórico-sociais, que se consolidam com o trabalho em relações de poder. Por isso, dependendo da perspectiva que se adota como finalidade de trabalho na relação de poder, o conhecimento histórico pode ser motivado ou negado em função do que se prioriza como novo interesse. Neste sentido, existe a possibilidade de negação de determinados saberes e práticas profissionais no interior da relação de poder que se estabelece entre o capital e o trabalho, especificamente, aqui, o da carpintaria artesanal.

Tanto a contestação quanto a confirmação da natureza empírica ou científica do objeto de estudo levantado por esta pesquisa perpassam por processos de reflexões sobre as experiências resultantes da convivência humana, no contexto político-social-comunitário-regional; e isso requer procedimentos de estudo, de investigação e de análise embasados no materialismo histórico-dialético, visto que o trabalho artesanal é uma atividade constituída de um conjunto de valores, atitudes e formas próprias de linguagem, que caracterizam o universo

cultural e humano dos carpinteiros artesanais, demandando amplo processo de reflexão sobre a totalidade dos saberes e conhecimentos que produzem o movimento dialético nas suas relações e na sua realidade social.

1.2 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE GERAÇÃO E COLETA DE DADOS

Em termos procedimentais, este trabalho pautou-se em três momentos: o da revisão da literatura; o da pesquisa de campo e o da análise dos dados.

Na revisão da literatura, a fim de fundamentar o estudo das dimensões técnica, política, ética, pedagógica e organizacional nos saberes do trabalho artesanal na carpintaria naval, destacam-se, em termos de referência, os trabalhos que trazem concepções acerca de saberes sociais, de saberes do trabalho, do trabalho artesanal e da organização. Já a pesquisa de campo e o procedimento de análise consubstanciaram, cada um a seu turno, a materialização dos conhecimentos relativos à construção dos saberes e práticas profissionais e sociais usados nesta pesquisa. Quanto à análise de dados, ela se materializou apoiada em elementos da revisão da literatura, na pesquisa de campo e nas questões de tratamento de dados.

1.2.1 A revisão da literatura

Fazer a revisão da literatura em torno de uma questão é, “[...] para o pesquisador, revisar [...] os trabalhos disponíveis, objetivando selecionar tudo o que possa servir em sua pesquisa” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 112). Neste sentido, a pesquisa científica deve ser construída em consonância com as circunstâncias sociais que a envolvem, precisa projetar uma perspectiva de investigação sobre um objeto de estudo percebido pelo levantamento das informações que demonstrem o que já foi produzido sobre o tema escolhido.

Além disso, a revisão da literatura é um tipo de estudo que levanta e faz comparação entre os trabalhos escritos que tratam da mesma temática, para descobrir de que forma ela tem sido abordada e também para que o pesquisador, a partir daí, possa desenvolver estudo de modo mais específico. Em síntese:

Nela tenta encontrar essencialmente saberes e as pesquisas relacionadas com sua questão; deles se serve para alimentar seus conhecimentos, afinar suas perspectivas teóricas, precisar e objetivar o seu aparelho conceitual. Aproveita para tornar ainda mais conscientes e articuladas suas intenções e, desse modo vendo como os outros procederam em suas pesquisas, vislumbrar sua própria maneira de fazê-lo (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 111-112).

Logo, “[...] é preciso ter uma ideia muito clara do problema a ser resolvido” (SEVERINO, 2006, p. 130). Da mesma forma, o procedimento de estudo adotado pelo pesquisador deve ser desenvolvido pelo “seu modo de ver as coisas, pelas teorias que dispõe, pelas ideologias as quais se filia” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 105).

A revisão da literatura, enfim, contribui para melhor definição do problema, assim como possibilita maior precisão na construção do objeto e dos objetivos pretendidos com a pesquisa. Neste caso, é interessante destacar a importância da afinidade do pesquisador com o universo que envolve a demanda de conhecimentos necessários para auxiliar a construção da pesquisa que se propõe a fazer, pois,

Ressalta-se que o caráter pessoal do trabalho do pesquisador tem uma dimensão social, o que confere o seu sentido político, o [...] pesquisador já deve ter pensado no mundo, indagando-se criticamente a respeito de sua situação, bem como da situação de seu projeto e de seu trabalho. [...] “Trata-se de saber bem, o mais explicitamente possível, o que se quer o que se pretende no mundo dos homens” (SEVERINO, 2007, p. 214, 215).

Considerando que o pesquisador é um sujeito integrado no contexto de relações históricas e que seu dever é contribuir para o avanço do conhecimento necessário para a vida, ele precisa assumir uma postura política comprometida com as questões sociais, pois “A ciência e os pesquisadores têm que estar atentos para os benefícios e riscos de uma pesquisa, tem que se voltar também para os grandes problemas que afligem nossa sociedade hoje” (TEIXEIRA, 2001, p. 157); ele também deve contribuir, se possível, para a construção de uma sociedade igualitária, que respeite as diferenças e a diversidade.

A partir da análise da relação dos sujeitos com o trabalho, busca-se compreender, então, como essa relação contribui ou não para o fortalecimento do trabalhador, num contexto de mudanças e de alterações nos saberes e no modo de vida desses sujeitos, e que é ocasionado pelas contradições impostas pelo sistema capitalista, representado, na região, pelo projeto hidrelétrico instalado no município de Tucuruí-PA.

Deste modo, a reflexão sobre os saberes e a organização do trabalho toma como referência as concepções de Grzybowski (1986), Marx (2013), Schwartz (2003) e Harvey (2011), entre outros autores que estudam as contribuições das formas de produção do trabalho como dimensão ontológica e como produção de conhecimentos necessários para promover interação social entre os sujeitos, analisando ainda as contradições relacionadas às formas de organização da produção tanto na lógica do sistema capitalista quanto na perspectiva dos trabalhadores.

Por outro lado, a relação entre capital e trabalho, compreendida pelos trabalhadores como instrumento de emancipação política e social dos que buscam se fortalecer enquanto sujeitos que tomam o trabalho como “[...] atividade orientada a um fim” (MARX, 2013, p. 256), contribuiu, de forma significativa, para a materialização do objetivo da pesquisa, ao fornecer concepções e elementos teóricos para o aprofundamento do estudo sobre as particularidades presentes na organização do trabalho artesanal da carpintaria naval no contexto regional.

Para refletir sobre saberes profissionais, utilizo, dentre outros, Braverman (1987), Kuenzer (2011), Machado (1996) e Fartes (2001), que também estudam as formas de trabalho na sociedade capitalista e analisam, de modo específico, a degradação do trabalho na relação de propriedade capitalista, a subdivisão do trabalho, os processos de qualificação e desqualificação e a formação fragmentada do trabalhador. Sem dúvida, o estudo da organização do trabalho artesanal auxiliou na compreensão das relações sociais constituídas pelo modelo de produção capitalista e ajudou a entender a formação dos sujeitos a partir de suas condições materiais e objetivas de trabalho.

Já o estudo sobre a educação e os procedimentos formativos que se dão por meio do trabalho foi realizado com base em Brandão (2007), Frigotto (1994, 1999), Frigotto e Franco; (2005), Gramsci (1991) e Arroyo (1991), entre outros, que discutem a relação do trabalho e da educação na perspectiva da formação humana e profissional dos sujeitos para agirem de modo organizado e cientes de sua função histórica e social no contexto onde (com)vivem. Assim, pude compreender, de modo mais específico, a dinâmica educacional estabelecida na relação dos sujeitos com o trabalho e na organização social que conjuntamente desenvolvem no contexto regional.

Para a discussão sobre as dimensões dos saberes, experiências e conhecimentos presentes no trabalho artesanal, são usados, entre outros, os seguintes autores: Araújo (2012), Costa (2006), Fischer (2003), Iasi (2003), Rodrigues (2012) e Santos (2000). Esses autores discutem, de modo distinto, formas de produção de saberes e conhecimentos resultantes da experiência profissional, analisando processos de formação do trabalho na perspectiva do fortalecimento da classe trabalhadora que luta e se contrapõe às contradições da política capitalista no contexto regional.

1.2.2 O local da pesquisa de campo

O local escolhido para realização da pesquisa foi a vila de Carapajó, distrito do município de Cametá, localizado na região nordeste do Estado do Pará, situado a 156 km de Belém, capital do Estado. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL, 2010), Cametá foi elevada à condição de cidade e sede do município por meio da Lei Provincial do Pará n.º 145, de 24 de outubro de 1848.

Com relação ao município de Cametá, ele pertence à mesorregião do nordeste paraense, limitando-se a norte com o município de Limoeiro de Ajuru, a sul, com o município de Mocajuba, a leste, com o município de Igarapé-Miri, e a oeste, com o município de Oeiras do Pará. Possui uma população de 120.896 habitantes, sendo 52.838 distribuídos na zona urbana e 68.058 na zona rural, representando uma distribuição demográfica de 58% da população vivendo na zona rural e de 42%, residindo na zona urbana (BRASIL, 2010).

Essa forma de distribuição demográfica também revela uma característica bem particular na configuração do espaço amazônico brasileiro, que subdivide a zona rural em duas porções distintas de terras: a primeira constitui a *região das ilhas*, onde convivem populações ribeirinhas que desenvolvem valores culturais específicos e mantêm forte relação com as atividades ligadas aos rios e ao extrativismo; e a segunda, a *região de terra firme*,¹³ onde predominam atividades como o extrativismo vegetal, mineral, a agricultura de subsistência e pequenos comércios. A imagem a seguir demonstra a localização do município de Cametá na microrregião do Baixo Tocantins.

O município de Cametá, que tem sua sede situada na margem esquerda do rio Tocantins, foi fundado em 24 de dezembro de 1635 e é considerado um dos mais antigos municípios da região nordeste do Pará. Possui um significativo acervo cultural presente na vivência, na tradição, nos valores sociais e na história da sua população, sendo protagonista de fatos e acontecimentos historiográficos importantes que o tornaram Patrimônio Histórico Nacional.¹⁴

¹³ Informações adicionais: O município de Cametá-PA possui uma área estimada de 3.108,02 Km². Sua sede municipal apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 02° 14' 32" de latitude sul e 49° 29' 52" de longitude a oeste de Greenwich. Limites municipais atuais: ao norte, Limoeiro do Ajuru; ao sul, Mocajuba; a leste, Igarapé-Miri; a oeste, Oeiras do Pará. Distância da Capital: Cametá dista a 156 km em linha reta, 174 km por via fluvial, 146 km por via aérea de Belém. Maiores informações em: <http://www.campuscameta.ufpa.br>.

¹⁴ Cametá passou à categoria de Patrimônio Histórico Nacional, pela Lei Federal n.º 7.537, de 16 de setembro de 1986, pela sua notável tradição histórica. A palavra Cametá é de origem Tupí e deriva de "Cáa" (mato, floresta) e "Mutá" ou "Mutã", uma espécie de degrau instalado em galhos de árvores feitos pelos índios para esperar a caça ou para morar. Segundo o historiador Carlos Roque, o significado literal de Cametá é "degrau no mato". (IBGE, 2010). Mais informações disponíveis no site do município: <http://www.cameta.pa.gov.br/>. Acesso em: 29 abr. 2012.

Figura 3 – Mapa e Localização do município de Cametá-PA.



Fonte: Brasil (2010).

O perfil socioeconômico desse município se constitui, predominantemente, de dois modos de vida distintos. O primeiro modo de vida corresponde à atividade agrícola, ligada aos extrativismos vegetal e mineral, tendo como base econômica a agricultura familiar de subsistência. Essa realidade característica do contexto social cametaense reflete, de forma determinante, o modo de vida da população existente no distrito de Carapajó, onde estão os sujeitos que praticam atividades como as de carpintaria artesanal, de extrativismo, de agricultura, de pesca artesanal, dentre outras (BRASIL, 2010).

Outro modo de vida predominante corresponde à vivência da população na zona urbana, a qual, em boa parte, apresenta economia fortalecida, concentrando a maioria das atividades comerciais, como fator de desenvolvimento econômico local. Paralelo a essa política de desenvolvimento econômico capitalista, encontram-se, também, na zona urbana, servidores públicos aposentados, bem como um grande número de pessoas desempregadas, grupo este constituído, em sua maioria, por jovens (BRASIL, 2010).

Com relação ao distrito de Carapajó, que é sede da quinta circunscrição do município de Cametá, situado também na margem direita do rio Tocantins, recebeu o título de vila no dia 25 de dezembro de 1916. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, Carapajó aparece como um dos distritos no município de Cametá, até então constituído de 10 distritos, a saber: Cametá, Carapajó, Conceição, Curuçambaba, Joroca, Juaba, Limoeiro, Providência, São Benedito (Moiraba) e São Raimundo dos Furtados. A composição distrital atual, com base na Lei Municipal nº 086, de 19 de junho de 2007, que instituiu o Plano

Diretor do Município de Cametá, é: Cametá (sede), Areião, Carapajó, Curuçambaba, Juaba, Joana Coeli, Porto Grande, São Benedito de Moiraba, Torres de Cupijó, Vila do Carmo do Tocantins.

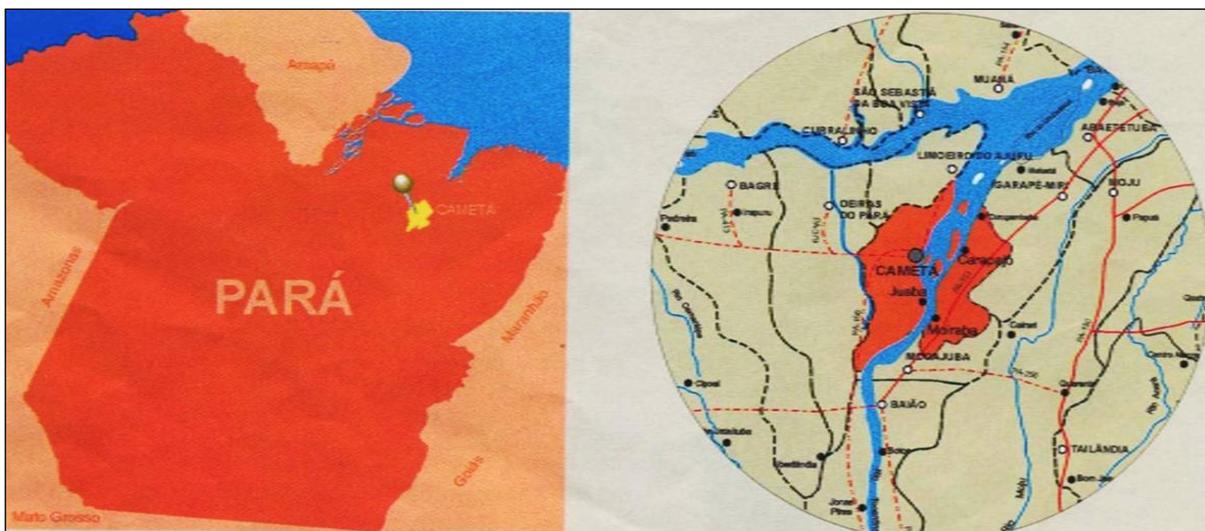
Em termos de identificação, o distrito de Carapajó está registrado sob o código n.º 10, pertencendo ao município de Cametá, que tem como código o n.º 1502103, que está localizado, por sua vez, na microrregião do Baixo Tocantins, de código n.º 15011, parte integrante da mesorregião do nordeste paraense, de código n.º 1504, no Estado do Pará, de código n.º 15 (BRASIL, 2010).

Atualmente fazem parte do distrito de Carapajó os seguintes povoados: Porto Grande,¹⁵ Bom Jardim, Poeirão e Colônia São Vicente de Paula; e as seguintes ilhas: Itabatinga I, Itabatinga II, Guajará, Pacacanga, Mapeuá, Capitêua e Cação.

A população da zona urbana do distrito de Carapajó corresponde a 1.985 habitantes, e a da zona rural, a 8.187 habitantes, somando um total de 10.172 habitantes.¹⁶ Atualmente, no distrito se desenvolvem atividades relacionadas ao extrativismo, à produção agrícola, à produção artesanal, ao comércio e a serviços públicos e particulares (BRASIL, 2010).

A imagem a seguir demonstra localização do Município de Cametá no Estado do Pará, também apresenta localização do distrito de Carapajó no Município de Cametá.

Figura 4 – Localização do distrito de Carapajó no Município de Cametá-PA.



Fonte: Cametá (2005).

¹⁵ O povoado de Porto Grande vem passando por um processo de reconhecimento referente a sua elevação à condição de distrito, mas, até o período correspondente à realização deste estudo, os dados oficiais o apresentam como pertencente ao distrito de Carapajó.

¹⁶ O IBGE apresenta informações referentes ao número da população distrital baseado nos dados censitários que entraram na última contagem técnica legalmente reconhecida. As informações referentes aos dados do distrito de Carapajó correspondem à contagem técnica ocorrida no ano de 2008 (IBGE, 2010).

O processo de ocupação da extensão territorial que constitui o distrito de Carapajó¹⁷ tem sua origem no período colonial brasileiro e é resultante de uma política de distribuição de terras denominada *sesmarias*,¹⁸ realizada por colonos representantes do governo português na região amazônica. Essa política tinha por finalidade promover a distribuição de terras a pequenos colonizadores para aumentar a população e, com isso, expandir a agricultura e a produção alimentar como formas de garantir o trabalho nas colônias.

A extensão territorial correspondente ao distrito de Carapajó, conforme Ramos (2015), foi oficialmente documentada e concedida ao Dr. Justiniano Moraes Bittencourt, em 1891. Esta concessão fora realizada pelo seu próprio filho, o Dr. Gentil Augusto de Moraes Bittencourt, que, à época, exercia o cargo de governador da província paraense.

Naquele mesmo período, o trabalho nas colônias ainda se caracterizava em regime de escravidão; assim, tornava-se necessário intensificar a exploração da mão-de-obra escrava, dessa forma, a “introdução das famílias de escravos possibilitou a primeira aglomeração de moradores, que com o passar dos tempos foram aumentando, dando origem ao povoado no distrito de Carapajó” (RAMOS, 2015, p. 12).

Com a “libertação” dos escravos, em 1888, estes passaram a se dedicar a trabalhos diferenciados, como música, carpintaria, pescaria, construção de embarcações, vendas ambulantes, etc. (cf. RAMOS, 2015), configurando aspectos políticos, culturais e históricos, que se manifestaram em diferentes formas de expressão artística, como na produção musical, nas danças, nos eventos folclóricos e na história da sua população.

Após a morte do Dr. Justiniano Moraes Bittencourt, seus herdeiros diretos passaram a doar as terras recebidas entre pessoas conhecidas que as procuravam com interesse em fixar residência e trabalhar nas atividades que se desenvolviam tanto na agricultura de subsistência quanto na plantação, na criação de animais e no extrativismo, assim como as que já aconteciam na vila, como as vendas ambulantes, construção de casas e canoas, que inspiraram

¹⁷ Informações extraídas de arquivos públicos do Museu Histórico do município de Cametá-PA.

¹⁸ “A Sesmaria era a concessão de terras no Brasil pelo governo português com o intuito de desenvolver a agricultura, a criação de gado e, mais tarde, o extrativismo vegetal, tendo se expandido à cultura do café e do cacau. Ao mesmo tempo, servia para povoar o território e para recompensar nobres, navegadores ou militares por serviços prestados à coroa portuguesa. A doação de sesmarias é um hábito político antigo de Portugal, tendo sido inicialmente empregado no século XIV. Nessa época, os constantes problemas gerados pela falta de alimentos motivaram o governo português a realizar a distribuição de sesmarias como um meio de incrementar a produção agrícola do país. No entanto, repassado para o contexto da colônia brasileira, o sistema sesmarial teria outras características e objetivos. Intimamente ligadas à lógica mercantilista, as sesmarias brasileiras deveriam ser utilizadas para a formação de atividades agrícolas que atendiam às demandas do mercado europeu.” (SOUZA, 2015).

a construção das embarcações maiores para a pesca artesanal na localidade, entre outras produções.

No que se refere às embarcações, elas eram construídas, segundo Silva (2009), no estilo artesanal e serviam para frete, para transporte de passageiros, de mercadorias, de madeira, de gado, etc., oferecendo condições para circulação de pessoas e produtos regionais, o que proporcionava intensa integração política e econômica aos grupos envolvidos com a cultura social ribeirinha.

A carpintaria naval, por sua vez, compreende, para Silva (2009), todas as atividades ligadas à produção dos diferentes modelos e portes de embarcações, construídas de acordo com as perspectivas políticas, econômicas e culturais de grupos sociais ribeirinhos que (re)significam seus saberes, visando ao atendimento das necessidades e expectativas sociais e culturais dos sujeitos. Nessa perspectiva da produção artesanal, estão os trabalhadores da carpintaria naval regional do distrito de Carapajó, município de Cametá-PA, que buscam aprimorar seus saberes e práticas por meio da organização do trabalho vinculado a processos educativos.

1.2.3 A entrevista semiestruturada

Para realização da coleta dos dados durante a investigação dos saberes do trabalho na carpintaria naval artesanal, foram realizadas entrevistas semiestruturadas¹⁹ e observações dos aspectos políticos e sociais que constituem a vivência dos trabalhadores construtores de embarcação, pois, trata-se de um estudo que investiga a abrangência de um conjunto de aspectos técnicos, políticos, éticos, pedagógicos e organizacionais, que configuram a vivência dos sujeitos em interação com o trabalho.

As entrevistas, de acordo com Alves-Mazzotti e Gewandszajder (2000, p. 168), assemelham-se “muito a uma conversa [...] o investigador está interessado em compreender o significado atribuído pelos sujeitos a eventos, situações, processos ou personagens que fazem parte de sua vida cotidiana”. Desse modo, o uso da entrevista foi considerado o mais adequado porque se procedeu em forma de diálogo entre mim, no papel de pesquisador, e os sujeitos entrevistados, o que me permitiu maior entrosamento no momento das conversas, pois isso fez com que os trabalhadores ficassem bem mais à vontade para relatar um conjunto

¹⁹ Esse tipo de entrevista é denominado por Michelat (1985 apud RODRIGUES, 2012, p. 115) de *não diretiva*. Já Minayo (2004, p. 121) usa a denominação *entrevista semiestruturada*, em oposição à entrevista não estruturada, salientando que a diferença entre ambas é apenas questão de grau, uma vez que “[...] nenhuma interação, para finalidade de pesquisa, se coloca de forma totalmente aberta. Ela parte da elaboração de um roteiro”.

de experiências que possuem, bem como falar sobre os saberes que produzem para dar conta do trabalho artesanal e de sua própria existência.

Nesse sentido, a entrevista, enquanto “principal técnica de coleta e análise de dados” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1998, p. 167) durante a pesquisa de campo, contribuiu para coletar informações específicas sobre as dimensões dos saberes que constituem o trabalho artesanal da carpintaria naval, “permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 134).

A entrevista semiestruturada ajudou a gerar e a extrair relatos dos carpinteiros referentes à complexidade dos procedimentos técnicos, éticos, políticos, pedagógicos e organizacionais que se desenvolvem nas atividades artesanais, pois são relações sociais manifestadas não apenas de forma local, mas também de forma universal. Nesse sentido, consideramos que essas atividades são “[...] os vários aspectos ou modos da apropriação do mundo pelos homens” (KOSIK, 1976, p. 23).

Para obter os dados da pesquisa foi adotado, então, o seguinte procedimento: primeiro realizamos uma pesquisa exploratória na microrregião do Baixo Tocantins, com o objetivo de conhecer possíveis mudanças no trabalho da carpintaria artesanal e no modo de vida ribeirinho, decorrentes da instalação da UHE de Tucuruí (cf. COSTA, 2006).

Durante a pesquisa, pude conversar com três carpinteiros na microrregião do Baixo Tocantins, a fim de conhecer como o trabalho da carpintaria tem se configurado no contexto atual. Esses carpinteiros afirmaram, dentre outros aspectos, a existência de um processo de descaracterização na atividade profissional, devido às contradições ocasionadas pela imposição do capital, conforme será demonstrado mais especificamente no capítulo três deste trabalho. Depois do diagnóstico panorâmico sobre os saberes e as práticas profissionais, foi possível situar a investigação nos saberes do trabalho na carpintaria naval artesanal no distrito de Carapajó.

Após a conversa, também foi possível agendar entrevistas, que normalmente ocorreram nos horários de folga e nos finais de semana, pois, conforme as observações de Alves-Mazzotti; Gewandsznajder (1998), são muitos os cuidados que o pesquisador precisa manter durante o período em que estiver realizando a tarefa de coleta de dados no campo de pesquisa, restando esclarecimentos dos objetivos da pesquisa, bem como os procedimentos da coleta de informações de maneira que o envolvimento do pesquisador com a comunidade

deve ser feito de modo preciso, demonstrando a importância do estudo para a localidade e para o conhecimento científico.

Com relação ao registro das informações geradas durante as entrevistas, que se assemelharam mais a conversas do “[...] que a uma sessão formal de perguntas e respostas entre um investigador e um sujeito” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 68-69), houve a preocupação em solicitar autorização aos entrevistados para realizar as gravações em áudio.

Nesse sentido, as entrevistas contribuíram para o levantamento de informações, que possibilitaram melhor compreensão da relação que se estabelecia entre a produção de um conjunto de saberes construídos por meio do trabalho da carpintaria naval, bem como serviu para entender a “realidade humano-social” (KOSIK, 1976, p. 18) dos sujeitos que praticam atividades relacionadas ao trabalho artesanal. Ao mesmo tempo em que este trabalho artesanal é constituído de saberes resultantes da relação dos sujeitos com sua atividade, também constitui uma diversidade de aspectos políticos, sociais e culturais, que contribuem para se refletir “com maior clareza e profundidade sobre a condição humana” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 70) que o artesão vivencia na carpintaria naval regional.

Importante ainda é destacar que a observação do contexto durante a pesquisa de campo permitiu o meu envolvimento, enquanto pesquisador, com os sujeitos e com a comunidade em estudo. Esse “entrosamento” do pesquisador com os sujeitos da pesquisa contribui para construir uma relação de confiança e também para deixar os participantes mais à vontade para relatar suas necessidades, seus anseios, bem como para expressar espontaneamente aspectos particulares de sua realidade social e histórica, pois, conforme observam Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1998), na observação “[...] o pesquisador se torna parte da situação, buscando partilhar o seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação”, ou seja:

[...] A importância atribuída à observação – está relacionada à valorização do instrumental humano, – o observador – deve aprender a usar sua própria pessoa como o principal e mais confiável instrumento de observação, seleção, coordenação e interpretação [...] o nível de observação do pesquisador é bastante variável, bem como o nível de exposição do seu papel como pesquisador aos outros membros do grupo pesquisado (SANDAY 1984 apud MAZZOTTI, 1998, p. 167).

Para que a observação do pesquisador adquira o êxito necessário para viabilização do caráter científico de sua pesquisa, é importante, segundo Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1998, p. 167), que ele esteja provido de uma boa dosagem de habilidades que o relacionamento social humano exige, para que haja um processo de compreensão dos papéis

desempenhados no ato da pesquisa, uma vez que essas habilidades possibilitam melhor compreensão e maior confiança entre todos os sujeitos envolvidos no processo investigativo.

É fácil concluir que as habilidades exigidas do observador [...] são muitas. Entre estas, podemos destacar: a) ser capaz de estabelecer uma relação de confiança com os sujeitos; b) ter sensibilidade com as pessoas; c) ser um bom ouvinte; d) formular boas perguntas; e) ter familiaridade com as questões investigadas; f) ter flexibilidade para se adaptar a situações inesperadas; g) não ter pressa de identificar padrões ou atribuir significados aos fenômenos observados (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1998, p. 167).

Com isso, observei os saberes do trabalho na carpintaria artesanal, dinamizado no conjunto das práticas socioprofissionais que constituem a totalidade das relações sociais dos trabalhadores artesanais, sem desconsiderar, no entanto, que esses sujeitos integram um movimento dinâmico e permanente de transformação dos saberes e dos conhecimentos universais e históricos, que configuram “a realidade humano-social” (KOSIK, 1976, p. 18).

Com relação ao critério para seleção dos informantes na pesquisa de campo, adotei o seguinte procedimento: nos primeiros meses do ano de 2014, realizei uma pesquisa exploratória sobre carpintaria naval artesanal, na microrregião do Baixo Tocantins, que abrange diversas cidades no nordeste do Estado do Pará.

Essa pesquisa inicial teve como objetivo levantar dados que revelassem possíveis mudanças na produção dos saberes na formação profissional dos artesãos da carpintaria naval artesanal e no modo de vida da população ribeirinha, decorrentes das contradições do capitalismo, geradas pelo projeto energético instalado no rio Tocantins, próximo à sede do município de Tucuruí.

Busquei, então, entrevistar os artesãos da carpintaria naval que se destacaram como profissionais construtores de embarcações nos estaleiros do distrito de Carapajó, mas que também se deslocassem para trabalhar em outras localidades pertencentes à microrregião do Baixo Tocantins e mesmo para outras cidades da Amazônia, onde também se praticava a carpintaria naval artesanal.

Desse modo, como demonstro na seção referente à convivência ribeirinha no capítulo três, entrevistei três carpinteiros artesanais, que possuíam experiência profissional reconhecida na região e que vivenciaram o período em que se deu o auge da carpintaria regional no distrito de Carapajó. Além disso, esses carpinteiros tiveram a oportunidade de presenciar transformações importantes nos saberes do trabalho da carpintaria naval artesanal e no modo de vida da população ribeirinha, decorrentes da implantação da UHE de Tucuruí, no

rio Tocantins, na Microrregião do Baixo Tocantins, também identificada como Amazônia Tocantina.²⁰

Dessa forma, foi possível fazer um diagnóstico no trabalho dos artesãos da carpintaria naval no que diz respeito aos seus processos de produção de saberes e de formação profissional. Esse diagnóstico preliminar contribuiu para que pudéssemos redefinir o objeto de pesquisa que foi direcionado para estudar as dimensões técnica, política, ética, pedagógica e organizacional nos saberes desse trabalho da carpintaria naval artesanal no distrito de Carapajó e sua relação com a construção da UHE de Tucuruí, pois essas dimensões, dentre outras, configuram a base da produção da existência dos artesãos da carpintaria naval no contexto político social onde (com)vivem.

Em seguida, considerando o objetivo proposto na pesquisa, busquei entender, na história da carpintaria, as formas de organização e o modo de vida dos artesãos para chegar a uma melhor compreensão sobre as dimensões dos saberes que constituem o trabalho artesanal naquele contexto.

Para isso, selecionei os carpinteiros mais idosos, pois eles tinham reconhecida experiência profissional, além de serem conhecedores da origem e do desenvolvimento da carpintaria naval local. Selecionei também carpinteiros mestres de ofício, que lidam com trabalhadores de todas as idades para conhecermos as opiniões dos mais jovens sobre a perspectiva atual e futura referente ao interesse pelo trabalho na carpintaria.

Ainda foram selecionados mais dois trabalhadores, também idosos, que possuíam reconhecida experiência profissional pelos demais carpinteiros da localidade, e que relataram acontecimentos importantes relacionados ao trabalho artesanal. Esses dois outros trabalhadores falaram sobre o desenvolvimento histórico da carpintaria naval no contexto local, bem como sobre as formas de organização dos trabalhadores que tiveram seus modos de vida alterados pelas ações capitalistas no contexto regional e das mudanças mais recentes ocorridas no trabalho artesanal.

Já os dois profissionais mestres de ofício²¹ foram selecionados por possuírem bastante tempo como administradores de equipes de trabalho na carpintaria naval, e seus

²⁰ Para Pinto (2010), foi a partir da década de 70 e 80, quando a “população da Microrregião do Baixo Tocantins, no viés de suas agruras, resistências e lutas em oposição às ações do sistema, forjou-lhe um nome feminino, Região Tocantina. Por ser localizada na Região Amazônica, geralmente aparecia na fala de integrantes das classes trabalhadoras organizadas nas Comunidades Eclesiais de Base, como mais uma derivação: Amazônia Tocantina”.

²¹ A expressão *mestre de ofício*, conforme Rugiu (1998), refere-se ao trabalhador artesão que transmite formação profissional e prepara o aprendiz para a vida com ensinamentos éticos comportamentais.

relatos de experiência foram importantes por tratarem do processo de mobilização para o trabalho em momentos diferentes da história da carpintaria naval artesanal.

Estes sujeitos também relataram a forma como os artesãos têm se organizado em função dos interesses que consideram importante para o convívio comunitário, bem como sobre as perspectivas que os jovens possuem sobre o trabalho da carpintaria. Desse modo, pude fazer uma análise mais precisa no estudo das dimensões: ética, política, técnica, pedagógica e organizacional no trabalho da carpintaria.

1.2.4 O tratamento dos dados: procedimento da análise do conteúdo

Como procedimento de análise, busquei compreender as relações profissionais e sociais nos saberes do trabalho na carpintaria naval, construídas no contexto local e articuladas aos saberes e conhecimentos elaborados pelos sujeitos de forma universal. Para isso, considerei importante compreender o movimento contraditório presente nas relações do poder entre as classes com ênfase no estudo dos saberes do trabalho dos carpinteiros construtores de embarcação, como forma de “expressão da existência humana que, em diferentes momentos históricos, elabora e desenvolve representações sociais no dinamismo interacional que se estabelece entre linguagem, pensamento e ação” (FRANCO, 2007, p. 13).

Por conseguinte, adotei a análise do conteúdo como procedimento investigativo aplicado às entrevistas e às observações feitas para melhor compreender a essência da relação profissional e social que produz os saberes no trabalho da carpintaria naval artesanal, haja vista que “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas” (CHIZZOTTI, 2006, p. 98).

Em se tratando da análise de conteúdo, conforme Franco (2007), há de se investigar o que têm a dizer as palavras que os homens produzem em suas relações histórico-sociais, sendo imprescindível observá-las em suas recorrências nas entrevistas e/ou nos documentos escritos; deve-se, inclusive, quantificá-las, sistematizá-las quanto a repetições temáticas; também é possível sistematizá-las como um conjunto de “elementos constitutivos [...] com os critérios previamente definidos” (BARDIN, 2006, p. 117).

Logo, por ser uma pesquisa que, entre outros aspectos, conta com o tratamento e análise de entrevistas e relatos orais dos trabalhadores artesanais, manifestados em formas distintas de expressões resultantes da interação desses sujeitos com o trabalho e com suas relações políticas e sociais universais, o procedimento adotado na análise dos dados deve

levar em consideração o movimento dialético que constitui a realidade social e histórica de cada trabalhador no interior das relações socioprofissionais que, conjuntamente, desenvolvem. Nesse contexto, dialética deve ser tomada como:

[...] o pensamento crítico que se propõe a compreender a “coisa em si”, e sistematicamente se pergunta como é possível se chegar à compreensão da realidade [...]. O pensamento que não se contenta que quer conhecer adequadamente a realidade, que não se contenta com o pensamento abstrato da própria realidade, nem com suas simples e abstratas representações [...]. Busca relativizar a essência da realidade a partir da crítica (KOSIK, 1995, p. 20-22).

Nesse sentido, refletir criticamente sobre a articulação dos saberes construídos pelos artesãos por meio da prática do trabalho pressupõe compreensão da totalidade das dimensões sociais que produzem sua realidade. Isso demanda, por sua vez, um processo de análise que considere a crítica à sua realidade social e histórica. Assim, para que o mundo possa ser explicado “criticamente”, cumpre que a explicação mesma se coloque no terreno da “práxis” revolucionária, isto é, com um “pensamento que destrói a pseudoconcreticidade para atingir a concentricidade [...] ao mesmo tempo [em que instaura] um processo no curso do qual sob o mundo da aparência se desvenda o mundo real” (KOSIK, 1995, p. 20, 22).

Nesse procedimento de análise dos saberes no trabalho artesanal, vinculado à carpintaria naval regional, considero o movimento contraditório dinamizado nas relações profissionais e sociais dos trabalhadores, o que é fundamental para desvendar pontos conflitantes e divergências na configuração da realidade dos trabalhadores que convivem no mesmo espaço, praticando ideais, princípios e valores divergentes.

1.2.5 Os procedimentos de análise dos dados

Ainda com relação ao procedimento de análise dos dados deste estudo sobre as dimensões técnica, política, ética, pedagógica e organizacional, presentes nos saberes do trabalho da carpintaria naval artesanal regional, considero que o objeto pesquisado requer um processo de investigação crítica que possa desvendar a configuração dos saberes no trabalho que produz a realidade histórico-social dos carpinteiros no contexto ribeirinho.

Uma vez definido que os saberes e os conhecimentos são constituídos como processo e produto de relações históricas e sociais, atreladas ao trabalho e a processos educativos, destaco a importância de se levar em consideração outros aspectos, como o político, o econômico, o cultural e o organizacional, que se articulam, contraditoriamente, em torno das relações de poder, configurando a “práxis” em cada realidade (cf. KOSIK, 1995, p. 23).

Portanto, a análise dos saberes do trabalho na carpintaria naval artesanal, de forma particularizada, categorizando-os por dimensões que integram as atividades socioprofissionais dos carpinteiros artesanais, sem desconsiderar o conjunto das relações sociais universais que produzem a realidade dos seres humanos, permite consubstanciar o que Bardin (2006) propôs para a análise do conteúdo, ou seja, que o estudo possa ser tomado por recorte, agregação e enumeração para atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão. Por isso, o estudo das dimensões dos saberes foi conduzido do seguinte modo: para o estudo da dimensão técnica, foram extraídas como categorias empíricas:

- a) a divisão técnica no trabalho²² da carpintaria naval artesanal; e
- b) o processo de qualificação/desqualificação profissional²³ no trabalho artesanal.

Por conseguinte, foi possível investigar o procedimento adotado para a divisão das operações profissionais, de forma individual e coletiva, e também o processo de qualificação no trabalho referente à inovação das habilidades²⁴ exigidas com a introdução dos equipamentos elétricos na carpintaria artesanal.

Já para o estudo da dimensão política, foram extraídas como categorias empíricas:

- a) a formação de identidade profissional;²⁵
- b) a formação da consciência de classe;²⁶ e
- c) a convivência ribeirinha.²⁷

²² “Essa divisão técnica do trabalho torna-se generalizada apenas com o capitalismo [...] embora todas as sociedades conhecidas tenham dividido seu trabalho em especialidades produtivas, nenhuma antes do capitalismo subdividiu sistematicamente o trabalho de cada especialidade produtiva em operações limitadas.” (BRAVERMAN, 1987, p. 70).

²³ “A qualificação profissional não é um objeto preciso em si, nem uma totalidade, mas uma articulação uma relação social [...] enquanto possibilidade de construção histórica.” (MACHADO, 1996, p. 36).

²⁴ “Habilidades, saberes como sociais são competências desenvolvidas pelos trabalhadores no interior de suas lutas.” (RODRIGUES, 2012, p. 81).

²⁵ Para Oliveira (2011), “[...] a formação da identidade profissional, resultante do processo de formação profissional, pode ser confirmada ou modificada ao longo do exercício profissional sob a influência e pressão do contexto social e econômico, ou seja, do contexto atual do trabalho.”

²⁶ “Os indivíduos que formam a classe dominante possuem, entre outras coisas, também uma consciência e, por conseguinte, pensam; uma vez que dominam como classe e determinam todo o âmbito de um tempo histórico, é evidente que o façam em toda a sua amplitude” (MARX; ENGELS, 2007, p. 78). “A classe trabalhadora, consciente do estado de opressão a que está submetida, produz, por meio do seu trabalho, saberes sociais, porque fruto da materialidade histórica por ela vivida, como instrumentos políticos de construção hegemônica, de luta de classe.” (RODRIGUES, 2012, p. 102-103).

²⁷ “A base da formação social da população do Baixo Tocantins, especialmente em Cametá, não se diferencia muito da que constitui o povo nativo da Amazônia, ou seja, fortes traços indígenas com elementos brancos e negros, com predominância do ‘caboclo amazônico’ [...]. Hoje, entre os habitantes da ilha é possível perceber uma formação social, bem menos distinta internamente em relação ao passado [...]. Neste cenário estão presentes atores com sua identidade insular fortemente marcada pelas relações construídas historicamente com saberes, encontros e conexões com a natureza local, orquestrada pela cultura ribeirinha e amazônica.” (COSTA, 2006, p. 153).

Em síntese, para compreender como a identidade profissional contribui para o fortalecimento político e para a formação da consciência de classe dos trabalhadores da carpintaria naval artesanal, foram realizadas entrevistas e observações do contexto em estudo.

A outra dimensão estudada foi a ética, da qual foram extraídas as seguintes categorias empíricas:

- a) a construção dos valores²⁸, hábitos²⁹ e atitudes, presentes no trabalho artesanal; e
- b) a juventude e negação do trabalho.

No sentido de compreender como essas categorias contribuem com a construção das relações éticas e morais presentes nos saberes do trabalho artesanal, foram consideradas as entrevistas e a observação das relações efetivadas no trabalho, que permitiram estabelecer como são construídos os valores humanos que os trabalhadores tomam como prática profissional e social.

Para o estudo da dimensão pedagógica, foi selecionada como categoria empírica a configuração do princípio educativo na carpintaria, visando a descobrir como se dá a transmissão dos saberes no trabalho da carpintaria naval artesanal.

Nesta perspectiva, as entrevistas forneceram informações para analisar a dinâmica de transferência do aprendizado entre grupos, a partir das relações de parentesco, assim como entre grupos distintos.

A última dimensão observada foi a organizacional, da qual foram extraídas como categorias empíricas:

- a) as formas de organização dos saberes do trabalho; e
- b) a organização das práticas³⁰ de trabalho na carpintaria naval.

²⁸ “Saberes Sociais como Valores 1. Significância dada pelos trabalhadores para questões como trabalho, educação e sua própria luta de classe. 2. Percepção valorativa sobre ações por eles desenvolvidas em oposição às do capital. 3. Elaborados por um grupo social particular em função de suas atividades e das relações que desenvolvem no plano econômico, social, político e cultural.” (RODRIGUES, 2012, p. 81).

²⁹ Conforme Bourdieu (1989, p. 59-73), o conceito de *habitus* consiste em um conjunto de condicionantes comuns em relação à atuação no cotidiano, produzindo experiências comuns internalizadas que não cessam de agir sobre os indivíduos, mesmo após o término da ação que os levou a agir de determinada forma. Esse *habitus*, ainda segundo Bourdieu, forma-se não apenas nos locais de trabalho, mas na vida cotidiana em geral.

²⁹ “Saberes Sociais como atitudes comportamento dos trabalhadores diante de situações por eles vividas, determinando procedimentos de intervenção na realidade.” (RODRIGUES, 2012, p. 81).

³⁰ A organização do trabalho é, conforme Dubar (1997), “o campo das relações profissionais”, tomado nesta pesquisa como uma categoria: a da organização das práticas de trabalho.

Finalmente, busquei estudar a história da organização da carpintaria naval e suas finalidades sociais ocorridas em momentos diferentes, a fim de entender a sua configuração tanto no momento atual quanto em uma perspectiva futura do trabalho da carpintaria.

O quadro, a seguir, apresenta as categorias analíticas e as subcategorias analisadas no presente trabalho, referente ao estudo dos saberes no trabalho artesanal na carpintaria naval.

Quadro 1 – Referente às categorias analíticas e empíricas.

CATEGORIAS ANALÍTICAS	CATEGORIAS EMPÍRICAS		
Dimensão técnica	A divisão técnica do trabalho na carpintaria naval artesanal	O processo de qualificação/desqualificação profissional no trabalho artesanal	
Dimensão política	A formação da identidade profissional	A formação da consciência de classe	A convivência ribeirinha
Dimensão ética	A construção dos valores, hábitos e atitudes	A juventude e a negação do trabalho	
Dimensão pedagógica	A configuração do princípio educativo na carpintaria		
Dimensão organizacional	As formas de organização dos saberes do trabalho	A organização das práticas de trabalho	

Fonte: Autoria própria (2014).

A análise das entrevistas, por sua vez, partiu de um processo de releitura do material coletado, notas de entrevistas e observações, com o objetivo de identificar especificidades contidas no seu conteúdo para, a partir daí, poder formar subdivisões das informações e precisar melhor a própria análise, pois “[...] essas leituras sucessivas possibilitaram a divisão do material em seus elementos componentes, sem, contudo, perder de vista a relação desses elementos com todos os outros componentes” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 48).

Esse processo de estudo e de exploração da totalidade das informações presentes nos dados, associados a outras percepções sobre saberes sociais, além do momento das entrevistas, permitiram, durante a análise, melhor compreensão dos aspectos políticos e sociais que constituem os saberes dos sujeitos que trabalham com a produção artesanal de embarcações, visto que este procedimento de análise, conforme Laville e Dionne (1999, p. 87-88), também “[...] supõe que informações suplementares podem ser obtidas a fim de cercá-lo, compreendê-lo, resolvê-lo, ou eventualmente contribuir para a sua resolução”.

O aprofundamento da análise dos dados sobre saberes e práticas dos trabalhadores, associados às demais relações construídas para além das atividades profissionais, possibilitaram maior precisão e acréscimo de informação para elaboração de formas de conclusões, assim como serviram para apontar perspectivas de investigação, pois o “[...] acréscimo pode significar desde [...] uma nova perspectiva teórica até o simples levantamento de novas questões e questionamentos que precisarão ser mais sistematicamente explorados em estudos futuros” (LUDKE; MENGA, 1986, p. 49).

Dessa forma, o processo de análise do conteúdo, que tomou como referência a fala dos entrevistados (transcritas) e as notas de observação articuladas com o referencial teórico, orientou a construção de um conhecimento sobre o fenômeno estudado, revelando as contradições presentes nas relações sociais e históricas, que produzem as realidades dos sujeitos no trabalho da carpintaria naval.

Por fim, percebemos uma dinâmica de produção e de organização de um conjunto de saberes e práticas sociais locais, interligadas ao contexto universal, que configuram, de modo singular, o trabalho, a vida e a realidade dos trabalhadores da carpintaria naval, contribuindo, assim, para a reprodução do sistema vigente, mas também produzindo oposição a esse mesmo sistema.

CAPÍTULO 2 – SABERES DO TRABALHO E TRABALHO ARTESANAL

Este capítulo trata dos saberes do trabalho e do trabalho artesanal, refletidos nas formas de produção e de organização dos saberes vinculados ao trabalho. Para isso, são apresentadas concepções que abordam os saberes do trabalho, a partir de percepções políticas e sociais distintas. Há, também, uma reflexão sobre a apropriação dos saberes desenvolvida pelos trabalhadores nas operações profissionais, tomadas pela organização do trabalho na perspectiva do capital e dos trabalhadores. Além disso, são apresentadas as perspectivas históricas do trabalho artesanal e da carpintaria naval, analisando o percurso formativo presente nas relações profissionais e sociais dos trabalhadores da carpintaria naval artesanal.

Dividido em sete seções, esse capítulo apresenta, inicialmente, uma exposição sobre os saberes sociais como *um conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes que são produzidos pelas classes, em uma situação histórica dada de relações*; em seguida, apresenta reflexões sobre a organização do trabalho e as contradições geradas no interior da lógica capitalista, vinculada ao conjunto de relações políticas, culturais e históricas.

Em um terceiro momento, trata da divisão social e técnica do trabalho, enquanto instrumento de aprimoramento da produção, segundo a perspectiva capitalista, e analisa os seus reflexos na (res)significação dos saberes e na organização dos trabalhadores.

Na quarta parte, apresenta concepções sobre o trabalho, como princípio educativo, refletindo sobre as possibilidades de transformação da realidade social dos trabalhadores.

Na quinta seção, reflete sobre a produção dos saberes tácitos e os processos formativos direcionados aos trabalhadores, considerando o movimento dialético dinamizado na relação dos sujeitos com o trabalho. É considerada também a sistematização dos saberes, como possibilidade de fortalecimento profissional do trabalhador.

Na seção seguinte, intitulada “A relação dos saberes com o trabalho artesanal”, busca-se compreender o processo de sistematização dos saberes, como possibilidade de fortalecimento profissional do trabalhador.

A sétima e última seção trata do conhecimento como dimensão da relação social, ou seja, ele é considerado uma das dimensões que constituem o sujeito como ser social no conjunto das relações em sociedade. Também são expostos concepções e elementos de integração social humana, que permitem compreender a articulação dos trabalhadores no processo de luta e de resistência contra-hegemônico.

O capítulo é finalizado com observações acerca da carpintaria naval, enquanto atividade dinâmica que demanda aprimoramento profissional e educativo permanente e na qual os sujeitos se educam e ressignificam seus saberes.

2.1 OS SABERES SOCIAIS

Ao tratar de estudos relacionados a problemáticas educativas camponesas, Grzybowski (1986) define a categoria *saber social* como um instrumento que possibilita conhecer o movimento das relações que se constroem em função dos interesses dos trabalhadores do campo. Assim, considerando “o conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes que são produzidos pelas classes, em uma situação histórica dada de relações” (GRZYBOWSKI, 1986, p. 50), não somente se explica a configuração da realidade dos sujeitos, como também se criam condições para que estes possam (res)significar seus saberes, de modo particular, para configurar os interesses que julgam necessários para adequação da sua existência.

Já Rodrigues (2012), ao estudar saberes sociais e luta de classes, a partir de um movimento de trabalhadores da Colônia dos Pescadores Artesanais no município de Cametá-PA, apoiado em Grzybowski (1986), considera *saberes sociais* como forma de inserção do homem numa estrutura de relações sociais de produção, conhecimentos e embates políticos também capazes de propiciar aos homens condições para refletir sobre suas ações no contexto em que se inserem. Nesse sentido, Rodrigues (2012), a partir de um ponto de vista descritivo-analítico, toma os saberes sociais como:

[...] conhecimentos que expressam a visão de mundo e de relações sociais, e o tipo de sociedade e de desenvolvimento para ela concebido, reivindicações, formas de organização, participação e comunicação elaborados pela classe trabalhadora enquanto respostas alternativas às contradições opostas pelo capital, das quais, elas próprias, enquanto classe busca a superação, pressupondo tanto os saberes por ela mesma elaborados no decorrer de suas relações interpessoais quanto os oriundos de outros sujeitos, desde que ressignificados para o atendimento de seus interesses, tornando-se, assim, sociais porque passam a ser assumidos por grupos sociais. (RODRIGUES, 2012, p. 44).

A categoria saberes sociais englobaria, nesse sentido, outras categorias interligadas à construção de saberes e de conhecimentos, como os saberes do trabalho, tomados pelos sujeitos como forma de aprimoramento da vida no seu contexto político, social e histórico. Portanto, a construção do saber, estaria ligada ao “[...] indivíduo, embora resultado de relações, quer com a natureza quer com outros homens, servindo-lhe para resolver problemas

do cotidiano e, portanto, em constante transformação, haja vista as diferentes necessidades vividas” (RODRIGUES, 2012, p. 38).

Uma vez que Rodrigues (2012) inclui o conhecimento na categoria saber, considerando-o parte integrante da categoria saber social, esse conhecimento englobaria, por exemplo, informações sobre formas de organização política, bem como saberes relacionais, comportamentais, entre outros.

Os saberes que se depreendem do trabalho artesanal na carpintaria naval consubstanciam, desse modo, um conjunto de relações históricas, que estão para além das habilidades e das experiências direcionadas ao trabalho, haja vista que são dinamizadas de modo individual e coletivo, para responder às expectativas distintas na vida dos trabalhadores. Essa relação configura o saber social produzido por grupos de sujeitos que se identificam e desenvolvem suas atividades profissionais interligadas a outras relações sociais, uma vez que:

Os saberes sociais, oriundos da materialidade histórica dos trabalhadores, consubstanciar-se-iam em informações, em saberes relacionais, em comportamentais, em competências, em percepção de significâncias para o que realizam e em saberes procedimentais, dentre outras possibilidades de esses elementos que constituem a categoria *saberes sociais* se atualizarem (RODRIGUES, 2012, p. 42).

São esses os saberes sociais resultantes da produção e reprodução de práticas e experiências profissionais, mediadas pela capacidade de inovação dos sujeitos na relação com o trabalho, resultando, ainda, da materialidade histórica que constituem a significação dos saberes no contexto político-social e que se originam e dão forma às relações sociais construídas pelos trabalhadores “como capacidade de participação e intervenção no cenário social e político” (GRZYBOWSKI, 1986, p. 57) para dar conta da vida mediante a ação do capital.

Em outras palavras, ao mesmo tempo em que os sujeitos reproduzem saberes e práticas sociais de acordo com os interesses que julgam necessários para garantir a vida na organização político-social onde convivem, também são produtores dos instrumentos que atribuem novos significados à sua vida, visto que estes sujeitos “têm necessidade de elaborar e difundir concepções do mundo, conhecimentos e habilidades, padrões de conduta moral e projetos sociais, adequados aos seus interesses” e de modo permanente. (GRZYBOWSKI, 1986, p. 51). Assim, considera-se que o saber social se refere a:

[...] um conhecimento parcial, uma vez que está em contínuo processo de construção, até porque em processo se encontra a própria formação dos homens e também a sua materialidade histórica, [...] isso implica considerá-lo como decorrente de atividades produtivas em que se encontram os homens, enquanto vão construindo sua materialidade histórica, de modo que, ao produzirem a existência, também gerariam saberes, os quais, porque oriundos de determinado trabalho, acabariam por vincular os homens entre si em virtude do que e como fazem (RODRIGUES, 2012, p. 43).

Os carpinteiros artesanais também compartilham interesses e perspectivas profissionais, políticas e sociais que são de interesse comum a todos os trabalhadores, como as mudanças nas relações de trabalho, nas formas de organização profissional e no modo de vida que produzem, entre outros aspectos que se (re)constroem, correspondendo a perspectivas e finalidades voltadas para o aprimoramento de vida dos grupos sociais vinculados ao trabalho, como será demonstrado na seção seguinte.

Trata-se, portanto, da construção de um conjunto de saberes e habilidades profissionais que originam e aprimoram as ações dos sujeitos no trabalho da carpintaria em interação com o universo político-cultural onde (com)vivem, consubstanciando saberes sociais como prática social e profissional no trabalho artesanal. Assim, “[...] de um ponto de vista ontológico, nasce da materialidade histórica dos trabalhadores para nela continuarem agindo [...] sendo essa materialidade histórica que lhes fornece a característica social.” (RODRIGUES, 2012, p. 45).

Nesse contexto localista da existência humana, de um ponto de vista ontológico, percebe-se que o universal também se realiza na relação dos saberes sociais, enquanto construções específicas de modo de vida, como os desenvolvidos na carpintaria naval, que possibilitam um convívio socioprofissional, no qual os sujeitos se educam e (res)significam seus saberes.

2.2 A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Refletir sobre organização do trabalho significa também garantir espaço privilegiado para discussão e compreensão das suas diferentes formas de manifestação no contexto político-cultural, conforme destaca Braverman, (1987, p. 50): “[...] o trabalho humano é consciente e proposital, ao passo que o trabalho dos outros animais é instintivo”.³¹ Dessa forma, a

³¹ As atividades instintivas são inatas antes que aprendidas, e representam um padrão relativamente fixo para liberação de energia ao receber estímulos específicos (BRAVERMAN, 1987, p. 50).

“atividade humana [é] orientada a um fim”, e, enquanto ação consciente, transforma e adequa a natureza em função das suas necessidades (MARX, 2013, p. 258).

Essa capacidade humana de refletir e projetar suas ações em interação com a natureza, visando a uma determinada finalidade social, caracteriza o desenvolvimento da cultura como uma condição necessária para existência dos homens, pois, “no trabalho humano o mecanismo regulador é o poder do pensamento conceptual [...] a cultura humana... é o resultado dessa capacidade de pensamento conceptual” (BRAVERMAN, 1987, p. 51).

Por outro lado, as formas de organização dos saberes e das práticas profissionais, adquiridas pelo trabalho e processadas no interior das relações de poder político e econômico entre classes, “polos opostos da sociedade capitalista”, quando tomados e reelaborados de acordo com os interesses do capital, podem contribuir para o aprimoramento e inovação da produção capitalista, convertendo-se em novas formas de alienação do trabalhador. (BRAVERMAN, 1987, p. 319).

Na organização da produção, configurada a partir da lógica capitalista, a força de trabalho é tomada como parte integrante do processo produtivo, não somente por constituir mão-de-obra necessária, mas, principalmente, por produzir, de modo permanente, um conjunto de informações e conhecimentos necessários ao aprimoramento e à inovação da produção.

Logo, essa organização do trabalho, que configura o aprimoramento do modelo produtivo capitalista, caracteriza formas distintas de articulação do poder político, econômico, social e cultural. Esse aprimoramento, por sua vez, se dinamiza “como parte do capital” (MARX, 2013, p. 435), por meio de procedimentos educativos que objetivam intensificar a produção, eliminar custos e ampliar a exploração do trabalhador, a partir da fragmentação dos saberes e dos conhecimentos, mas também da divisão técnica do trabalho.

Por outro lado, o procedimento educativo que se adota como estratégia de aperfeiçoamento do capital, referente à formação para o trabalho, também pode contribuir para a formação profissional e política dos trabalhadores, como os artesãos da carpintaria naval regional, possibilitando a ressignificação nos seus saberes e práticas para melhor organização do trabalho e maior coerência do sentido que atribuem à própria vida.

Esse caráter educativo engendrado no trabalho da carpintaria é uma construção social, dinamizada na contradição das relações do capital e do trabalho, o que, por um lado, contribui para produzir a organização do saber social e o modo de vida dos carpinteiros artesanais, de forma condizente com sua realidade social e histórica; por outro lado, a

apropriação e o uso articulado dos saberes dos trabalhadores, segundo a perspectiva capitalista, pode se converter em novas formas de exploração do trabalho e de negação das possibilidades que levam à compreensão da lógica do capital. Por isso,

Compreender o fluxo do capital, seus caminhos sinuosos e sua estranha lógica de comportamento é, portanto, fundamental para entendermos as condições em que vivemos. Nos primeiros anos do capitalismo, economistas políticos de todos os matizes se esforçaram para entender esses fluxos, e uma apreciação crítica de como o capitalismo funciona começou a emergir. Mas nos últimos tempos nos afastamos do exercício desse tipo de compreensão crítica. Em vez disso, construímos modelos matemáticos sofisticados, analisamos dados sem fim, investigamos planilhas, dissecamos os detalhes e enterramos qualquer concepção do caráter sistêmico do fluxo de capital sob um monte de papéis, relatórios e previsões. (HARVEY, 2011, p. 7).

Com o questionamento acerca da ausência de uma postura crítica no pensamento referente à movimentação do fluxo capitalista na relação social e no trabalho, Harvey (2011, p. 7) demonstra ser o “capitalismo [o] responsável por articular processos de *alienação*³² que levam à conformação dos sujeitos frente à dinâmica do mercado na lógica da produção capitalista”, que demanda reorganização produtiva e exige constantemente modificação na qualidade profissional, gerando, assim, processos diferenciados de formação e de preparação para o sujeito exercer processos fragmentados de trabalho.

O trabalho artesanal, nesse contexto, enquanto atividade profissional na qual o trabalhador conclui a produção realizando todas as etapas de trabalho, ao sofrer influência do modelo de produção capitalista, também executa “cada vez mais fragmento de uma tarefa”, perdendo o domínio sobre os saberes necessários para a conclusão do trabalho. (KUENZER, 2011, p. 25).

Isso estabelece uma contradição, resultante da organização do trabalho, segundo a lógica capitalista, e, ao mesmo tempo em que gera limitações no saber, gera formas de resistência dos trabalhadores, contribuindo também para reestruturação e articulação de um conjunto de saberes e conhecimento, produzido sobre o trabalho com intuito de aperfeiçoar a qualidade de sistemas produtivos, sob uma política de dominação e de ampliação da lógica do mercado no contexto capitalista atual. No entanto,

³² Para Kuenzer (2011, p. 33), “[...] essa alienação se dá em dois planos: o subjetivo e o objetivo. Considerada do anglo subjetivo, a alienação significa o não reconhecimento de si nos seus produtos, na sua atividade produtiva e nos demais homens, que lhe surgem como seres estranhos e exteriores a si. Independente do que possa sentir o operário, a alienação tem um conteúdo objetivo, evidenciado pela sua pauperização material e espiritual em contraste com a riqueza que produz”.

[...] no capitalismo, adquirimos [...] os bens necessários para garantir nossa vida no dia a dia. A riqueza a partir da qual muitos dos serviços que nos apoiam, entretém, educam, ressuscitam ou purificam são fornecidos e criados por meio desses fluxos. Ao tributar esse fluxo os Estados aumentam seu poder, sua força militar e sua capacidade de assegurar um padrão de vida adequado a seus cidadãos. Interromperam-se, retardamos ou, pior, suspendemos o fluxo, deparamo-nos com uma crise do capitalismo em que o cotidiano não pode mais continuar no estilo a que estamos acostumados (HARVEY, 2011, p. 7).

Ao analisar a relação capitalista no contexto da produção e do trabalho, Harvey (2011, p. 7) considera ser o capital um fluxo que envolve e interliga social e politicamente os segmentos sociais numa dinâmica de conhecimento que produz o poder político e econômico atual. Deste modo, sua sistematização conta com um processo de organização da produção e do trabalho que, dependendo da perspectiva e do contexto onde o capital se instala, pode reorganizar e adequar suas estratégias de produção e expansão da lógica do mercado.

As estratégias educativas, resultantes dessa política econômica capitalista, demandam processos de formação focalizados, que, geralmente, habilitam os trabalhadores somente para atuar em funções específicas no sistema produtivo. Desse modo, os sujeitos adquirem parcelas de saberes e conhecimentos para determinadas operações de trabalho até que a dinâmica do mercado e do consumo demande novas formas de produção, requerendo, portanto, novos saberes e novas habilidades do trabalhador.

No que se refere ao trabalho na carpintaria naval artesanal no distrito de Carapajó, pela forma como os artesãos se apropriam da totalidade de suas experiências profissionais, ao mesmo tempo em que (res)significam seus saberes mediados pelas ações de trabalho, a fragmentação dos saberes e dos conhecimentos, resultantes da divisão técnica do trabalho, poderia gerar modificação na forma como os trabalhadores desenvolvem suas habilidades operacionais, pois, em um processo de mudança, nem todo trabalhador consegue se adequar às inovações técnicas.

Além disso, a divisão técnica do trabalho, a ser demonstrada na seção seguinte, é uma estratégia do capital que força a inovação no saber tradicional do trabalhador, requerendo modificação de suas habilidades profissionais. Essa perspectiva de modificação do saber social, imposta pelo capitalismo, contrapõe-se à forma como trabalhadores artesanais articulam sua produção, visto que a construção das embarcações para os artesãos é um tipo de atividade profissional que requer domínio de habilidades para realização do trabalho na sua

totalidade, pois, no trabalho artesanal, “o artesão executa alternadamente toda uma série de operações” (MARX, 2013, p. 414).

Configurada nas relações profissionais e sociais dos trabalhadores da carpintaria naval, a organização do trabalho produz formas específicas de articulação dos saberes e dos conhecimentos de trabalho. Essas relações constituem, portanto, um conjunto de práticas sociais dinamizadas na política, na economia e na cultura, determinadas no interior das relações de poder entre classes e refletida na organização da vida do trabalhador. São, em última instância, relações sociais construídas pelos trabalhadores em articulação com processos educativos vinculados ao trabalho e ao universo natural e cultural humano.

2.3 A DIVISÃO SOCIAL E TÉCNICA DO TRABALHO

Tratando da divisão do trabalho na manufatura e na sociedade, Marx (2013) afirma que “A divisão social do trabalho surge [...] da troca entre esferas da produção originalmente distintas e independentes entre si”. Assim, a troca de produtos estaria por estabelecer relações econômicas e sociais entre comunidades diferentes, caracterizando a divisão social do trabalho, cuja transformação possibilitaria relações de produção mais “independentes de uma produção social total” (MARX, 2013, p. 426).

Essa divisão do trabalho na sociedade, conforme Marx (2013), corresponde, também, a limitações particulares dos sujeitos a partir de pontos opostos. Por isso,

Numa família ou, com o desenvolvimento ulterior, numa tribo, surge uma divisão [...] natural e espontânea do trabalho fundada nas diferenças de sexo e idade, portanto, sobre uma base puramente fisiológica, que amplia seu material com a expansão da comunidade, com o aumento da população, e especialmente, com o conflito entre as diversas tribos e a subjugação de uma tribo por outra (MARX, 2013, p. 425).

Por conseguinte, a divisão do trabalho na sociedade, conforme Marx (2013, p. 425), “é mediada pela compra e venda dos produtos de diferentes ramos do trabalho [...] [o que] pressupõe a fragmentação dos meios de produção entre muitos produtores de mercadorias entre si”. Isso significa que a divisão manufatureira do trabalho, na qual apenas o produto comum dos trabalhadores parciais converte-se em mercadoria, estabelece uma conexão desses trabalhos parciais por meio da venda de diferentes forças de trabalho ao mesmo capitalista, que as emprega como forças combinadas para aprimorar a sistematização da produção, na qual o empregador é o único proprietário (MARX, 2013).

Enquanto a divisão do trabalho no todo de uma sociedade, seja ela mediada ou não pela troca de mercadorias, encontra-se nas mais diversas formações socioeconômicas, a divisão manufatureira do trabalho é uma criação absolutamente específica do modo de produção capitalista (MARX, 2013, p. 428).

Ao analisar a relação da divisão social e técnica do trabalho no processo de racionalização da produção, segundo a lógica do mercado, Braverman (1987) considera ser a “divisão manufatureira do trabalho o mais antigo princípio inovador do modo de produção capitalista, visto que, com a divisão do trabalho, permaneceu o princípio fundamental da organização industrial”, que gera processos gradativos de divisão nas atividades operacionais e configura mudança nos saberes do trabalhador. Dessa maneira,

A divisão do trabalho na indústria capitalista não é de modo algum idêntica ao fenômeno da distribuição de tarefas, ofícios ou especialidades da produção através da sociedade, porquanto, embora todas as sociedades conhecidas tenham dividido seu trabalho em especialidades produtivas, nenhuma sociedade antes do capitalismo subdividiu sistematicamente o trabalho de cada especialidade produtiva em operações limitadas. Esta forma de divisão do trabalho tornou-se generalizada apenas com o capitalismo (BRAVERMAN, 1974, p. 70).

Esse modo capitalista de produção, segundo Braverman (1987, p. 79), “[...] destrói sistematicamente todas as perícias à sua volta e dá nascimento à qualificação e ocupações que correspondem às suas necessidades.” Nessa perspectiva de organização do sistema produtivo e de preparação do trabalhador para responder a ideais capitalistas, “a divisão manufatureira do trabalho transforma numa necessidade técnica o aumento do número de trabalhadores empregados” (MARX, 2013, p. 433).

Com a intensificação do trabalho, da produção e, conseqüentemente, com o fortalecimento cada vez maior do capitalismo, cresce a necessidade de organização do trabalho sob novas demandas produtivas, que requerem processos permanentes de aprimoramento na formação do trabalhador, exigindo deste melhor correspondência profissional em conformidade à “divisão do trabalho previamente dada” (MARX, 2013, p. 433).

Esse processo produtivo com “*a divisão do trabalho aumenta a produtividade*”, ao impor maior controle e rigor sobre o movimento de trabalho, como observa Braverman (1987, p. 77): “[...] este importantíssimo princípio significa que dividir os ofícios barateia suas partes individuais, numa sociedade baseada na compra e na venda da força de trabalho”.

Referindo-se à “heterogestão”³³ como pedagogia do trabalho capitalista”, Kuenzer (2011) afirma que a fragmentação do conhecimento direcionado à preparação profissional temporária do trabalhador desenvolve-se de acordo com a demanda em que se dá um ciclo de produção. Além disso, a transmissão parcelada do conhecimento, direcionada somente para o trabalho, contribui para desarticular eventuais formas de mobilização que permitam o fortalecimento dos trabalhadores, uma vez que nega formação integral a esses sujeitos.

Como a origem da divisão do trabalho, segundo Kuenzer (2011), não resulta somente da sabedoria humana, mas também da tendência natural do homem de negociar e trocar uma coisa por outra, ao analisar como o capital se apropria da divisão do trabalho, a partir de estratégias de preparação profissional dos trabalhadores, demonstra-se que a política capitalista articulada à tendência de negociação do homem leva à exploração da força de trabalho e ao domínio das ações do trabalhador.

Desse modo, o capitalismo busca manter uma forte relação de dependência política, econômica e cultural com os sujeitos, a fim de disciplinar o comportamento humano e social, conforme seus próprios interesses. Para isso, o capitalismo utiliza diversos procedimentos educativos que servem para ampliar a exploração do trabalho, bem como para preservar as desigualdades sociais, entendidas como a base de produção e reprodução do sistema capitalista. Nesse sentido, pode-se verificar que:

[...] o capital se utiliza da heterogestão como forma de dominação sobre o trabalho, a qual, na medida em que incorpora o saber sobre o trabalho ao capital e expropria dele o operário, promove a educação do trabalhador. Esta pedagogia do trabalho capitalista representada pela heterogestão se dá tanto ao nível de coerção quanto do consenso, inscrevendo-se no quadro mais amplo das relações hegemônicas (KUENZER, 2011, p. 48).

Esse processo de exploração do trabalho, que gera fragmentação nos saberes, contribui para o enfraquecimento profissional e político do trabalhador. Além disso, conforme será demonstrado no próximo capítulo, afeta o trabalho dos artesãos na carpintaria naval regional, à medida que exigem mudanças nas habilidades operacionais.

Tais mudanças caracterizam uma subdivisão de tarefas nas operações profissionais e demandam uma reorganização nos saberes e práticas, reconfigurando o trabalho artesanal e

³³ “A heterogestão, tal como ela ocorre no modo de produção capitalista, é fruto tardio do racionalismo, que só começa a atingir a organização do trabalho a partir do século XVIII para que se institucionalizasse definitivamente no fim do século XIX e começo do século XX. Embora a crescente racionalização nos séculos XVIII e XIX tivessem fornecido o pano de fundo para o emprego dos métodos racionais na execução e organização do trabalho, isto só foi possível com o surgimento de novas relações de produção, que determinaram o abandono violento do sistema artesanal pela introdução da máquina no processo produtivo” (KUENZER, 2011, p. 25).

contradizendo a maneira como os carpinteiros realizam sua produção, haja vista se tratar de uma atividade que requer domínio profissional em todas as operações do trabalho.

Por outro lado, a contradição presente na dinâmica de transmissão dos saberes e dos conhecimentos do trabalho também pode gerar processos de formação profissional, fortalecendo o homem como trabalhador e como sujeito histórico, pois, “as formas de coerção do capital sobre o trabalho acabam por criar focos de resistência operária que funcionam como limitadores do próprio desenvolvimento capitalista”, uma vez que possibilitam ao trabalhador refletir sua condição de trabalho e agir visando à emancipação e à transformação social (KUENZER, 2011, p. 65).

Esse estudo da fragmentação do trabalho, que permite melhor compreender como o capital articula formas de expansão e de manutenção do seu poder político e econômico sobre as relações do trabalho, revela uma dinâmica da produção e reprodução do sistema capitalista, que gera exploração e alienação do trabalho, a partir da utilização de procedimentos educativos e tecnológicos que levam, por sua vez, à subdivisão do trabalho.

Ademais, conhecer a dinâmica de organização da produção do trabalho como uma condição necessária à existência humana torna-se fundamental para se compreender as relações sociais, profissionais e educativas que configuram a realidade dos sujeitos na sociedade capitalista, pois a “formação do trabalhador no capitalismo [...] traz, como um dos resultados, a exploração do trabalho humano e sua alienação” (KUENZER, 2011, p. 32).

Dessa maneira, a apropriação do conhecimento resultante das experiências de trabalho, quando utilizadas com finalidades capitalistas, pode caracterizar inovação na produção, possibilitando novas formas de alienação ao trabalhador. Consequentemente, o trabalho alienado, além de “produzir mercadoria; o produto do trabalho se traduz em puro meio de subsistência e não em uma atividade vital; o operário é separado do seu produto e dos meios de produção, que são apropriados pelo capitalista” (KUENZER, 2011, p. 33).

Dentro dessa lógica da produção e da reprodução do capital, a formação política dos trabalhadores, mediada pela relação com o trabalho, é compreendida como forma de ameaça à organização do sistema capitalista, porque a força de trabalho da classe trabalhadora constitui toda a estrutura responsável pela geração e acúmulo de riqueza que firma a classe burguesa no processo de dominação e controle do poder econômico, político e ideológico social.

Por fim, considera-se que a organização dos trabalhadores pode contribuir com a construção de uma relação de ruptura na sistematização do modelo de produção capitalista,

fomentando possibilidades de reversão da sua ordem. Por isso, no estudo dos saberes do trabalho na carpintaria naval, é importante conhecer a elaboração das estratégias de organização dos saberes e das práticas sociais, dinamizadas nas reações políticas e sociais que tomem os trabalhadores como sujeitos ativos e cientes de suas funções sociais e históricas.

2.4 O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [...]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida (MARX, 2013, p. 255).

O trabalho como um princípio educativo, de acordo com Silva (2006), dá-se “[...] no processo do trabalho, tanto na ação reflexiva quanto no manuseio dos agentes, o que permite interação com vistas à transformação da realidade”.

Esse caráter educativo, dinamizado nas relações dos sujeitos com o trabalho, produz novos significados à vida, à medida que os homens refletem sobre suas ações articuladas ao trabalho. É por esse motivo que o princípio educativo, se vinculado ao trabalho artesanal, torna-se fundamental na construção dos saberes do trabalho dos carpinteiros, que tomam a carpintaria como atividade profissional para dar conta da vida, já que o trabalho é “uma atividade exclusivamente humana e que ocupa lugar central na vida” (SILVA, 2006, p. 81).

Compreendido como uma atividade central na vida dos homens, o trabalho caracteriza-se como dinâmica permanente de significação e busca de elementos políticos e culturais, que produz a realidade de cada sujeito, refletida nas formas de organização, acomodação, alimentação, entre outros aspectos que configuram a existência dos sujeitos em cada contexto.

Essa busca transforma-se em atividades que, mesmo quando rudimentares, caracterizam um tipo de trabalho. Esse trabalho apresenta novas dinâmicas, que imbricam Trabalho e Educação, quando os homens passam a ter necessidade de garantir condições de moradia e alimentação mais permanentes (SILVA, 2006, p. 81).

Existe, então, um processo de transformação nos significados atribuídos às necessidades humanas e à produção do trabalho, devido ao movimento dialético presente nas relações dos homens. Por conseguinte, “o trabalho numa forma que diz respeito unicamente ao homem” (MARX, 2013, p. 255) caracteriza-se como um processo dinâmico que está para

além do suprimento das necessidades humanas, interagindo com o conjunto de perspectivas políticas, sociais e culturais, que se configuram de acordo com a realidade social dos sujeitos.

É evidente que esse processo vai se tornando, paulatinamente, mais complexo e as atividades, antes desenvolvidas quase que de maneira instintiva, passam a exigir um padrão de racionalidade, impondo, aos homens, espaços específicos para elaboração de saberes e ferramentas para o desenvolvimento das tarefas (SILVA, 2006, p. 81).

A relação dos sujeitos com o trabalho, mediado por processos educativos, possibilita, desse modo, acréscimo progressivo de complexidade, não somente nas atividades de trabalho, mas também no conjunto das relações que os sujeitos constroem em articulação com a natureza para seu próprio domínio, como forma de organização da vida (MARX, 2013). Para isso, a dinâmica educativa resultante das relações dos homens pelo trabalho contribui para a organização dos saberes que, posteriormente, dão base para a sistematização dos conhecimentos. Logo, é importante notar que:

[...] o engajamento do processo educacional com o processo de trabalho é visivelmente claro, um reivindicando a presença do outro, para consubstanciar-se mutuamente. Desse modo, acredita-se ser possível afirmar que não existe trabalho sem educação, tampouco educação sem trabalho. Portanto, nessa dinamicidade, o conhecimento sistemático passa a ter necessariamente ligação clara com o processo produtivo (SILVA, 2006, p. 82).

O princípio educativo que nasce nas relações dos sujeitos com o trabalho, conforme afirma Silva (2006), caracteriza um movimento dialético que toma tanto o trabalho quanto a educação como processo e produto ou vice-versa na sistematização dos saberes e dos conhecimentos direcionados à produção do trabalho e da vida. Nesse mesmo sentido, ao se refletir sobre o princípio educativo presente no trabalho da carpintaria no contexto atual, conclui-se haver necessidade de compreendê-lo dentro das relações profissionais, sociais e históricas, de forma local e universal, pois:

A dinâmica histórica do trabalho e, principalmente, como este se movimenta, numa perspectiva dialética em relação ao processo de educação. O homem se dá conta de sua posição no mundo e interage com a natureza, para dela, inicialmente, tirar o seu sustento, em seguida seus prazeres, suas utopias, etc. Desta forma trabalho e educação caminham juntos, e é nessa interação, sem previsão de terminalidade, que os homens se tornam cada vez mais humanos, numa busca incessante para descobrir formas novas de se firmarem. O interessante é que nada está totalmente acabado, ou seja, que não permita mudanças. É, portanto, nesse processo inacabado que se firma a integralidade humana, apresentando-se fielmente em sua incompletude (SILVA, 2006, p. 78).

No entanto, a dinâmica do capital articula o modelo e as formas distintas de produção, apropriando-se dos saberes e dos conhecimentos historicamente produzidos pelos trabalhadores, para sistematizá-los de acordo com seus próprios interesses. Para isso, desenvolve estratégias educativas específicas, refletidas nas formas de preparação profissional e na função que cada sujeito exerce na sociedade, ou seja,

O capital preconiza o lugar de cada um na sociedade, cabendo àqueles que tiveram acesso aos meandros da erudição um lugar nos espaços social, político e econômico; por outro lado, àqueles que, por seu lugar no processo produtivo, não tiveram se não os princípios dos rudimentos das engrenagens fabris ou de serviço, o seu lugar está reservado em conformidade (SILVA, 2006, p. 74).

Essa dinâmica de acesso à erudição preconiza, segundo Silva (2006), o lugar de cada sujeito no espaço social, político e econômico, bem como pode levá-los à conformidade imposta pelo sistema; sobre essa questão Gramsci (1991) observa que: “A marca social é dada pelo fato de que cada grupo social tem um tipo de escolaridade próprio”. Nesse mesmo sentido, considero que os tipos de educação existentes no interior dos grupos sociais são elaborados visando à reprodução do sistema.

Por conseguinte, o modelo de educação que nasce da perspectiva do capital constitui um caráter ideológico, assumindo forte influência no sistema educacional, pois nega a educação no sentido democrático, emancipatório, e produz processos formativos que adequam os saberes e as habilidades dos sujeitos apenas para o trabalho. Nessa perspectiva, Silva (2006, p. 83) afirma que:

[...] inicialmente o capitalismo negou educação aos trabalhadores, mas hoje parece aceitar que estes tenham acesso a mesma, mantendo, contudo, o sentido dual que esta carrega, ou seja, na escola [...] separa-se claramente o mundo da produção do mundo da erudição.

A tese de juntar o trabalho manual e o trabalho intelectual deve, de acordo com Silva (2006), ser posta em prática sem perder de vista uma frente principal de batalha, que é a luta contra o *status quo*, que segrega e separa o saber do fazer. Separar o saber do fazer no processo educativo vinculado ao trabalho, conforme o exposto, caracteriza um processo de fragilização dos trabalhadores, à medida que são negados os saberes e os conhecimentos necessários para a formação desses sujeitos.

Já para o estudo dos saberes do trabalho na carpintaria naval, considero que os processos formativos, vinculados ao trabalho e dinamizados enquanto produção de saberes e práticas profissionais, caracterizam-se como princípio educativo, uma vez que os sujeitos, ao

assumirem o ofício, também assumem as culturas específicas do trabalho, manifestadas nas práticas cotidianas da profissão e nas relações sociais desenvolvidas no contexto local e universal, como é demonstrado a seguir.

2.5 OS SABERES TÁCITOS E OS PROCESSOS FORMATIVOS

Os “saberes tácitos”, segundo Aranha (1997), têm também sido denominados “conhecimentos tácitos”, qualificações tácitas, “*savoir-faire*” e “saberes do trabalhador”. Isso bastaria para explicar a dinâmica dos saberes e dos conhecimentos tácitos, engendrados das diferentes relações de trabalho. “Esses saberes resultariam do caráter não previsível da relação entre os homens e seu meio laboral, quando do exercício de determinada atividade técnica, condicionando-os a produzir formas de conhecer e intervir nessa realidade” (RODRIGUES, 2012, p. 159).

O saber tácito, resultante das relações do trabalho na carpintaria naval, configura-se como uma das dimensões do saber social, apresentando características político-sociais próprias de elaboração e significação de saberes, bem como de resolução de situações-problema e de desafios oriundos das relações dos artesãos com a atividade³⁴ que praticam. Tratar-se-ia, por assim dizer, de:

[...] saberes voltados para atividades de produção, que estariam circunscritos tão somente ao domínio de um conhecimento técnico, mas com força política para estabelecer negociação entre patrão e trabalhador, porque necessário para a execução de um determinado trabalho. Logo, esses saberes, que podem ser traduzidos em gestos, expressões e sensações, possibilitam ao trabalhador uma maior determinação de como resolver situações-problema oriundas de suas atividades laborais (RODRIGUES, 2012, p. 67).

Os saberes tácitos, em grande parte, são adquiridos e legitimados como ações coletivas entre os trabalhadores no conjunto de relações profissionais e sociais que desenvolvem no trabalho da carpintaria, caracterizando, portanto, uma relação do aprendizado e da formação profissional. Nesse sentido, saberes e conhecimentos tácitos podem ser explicados “como um processo de socialização de conhecimentos a partir da troca de experiências na forma de modelos mentais ou habilidades técnicas compartilhadas” (FARTES, 2002, p. 242).

³⁴ “A atividade propriamente humana só se verifica quando os atos dirigidos a um objeto para transformá-lo se iniciam com um resultado ideal, ou finalidade, e terminam com um resultado ou produto efetivo, real” (VÁSQUES, 1977, p. 187).

Tal relação de aprendizagem é dinamizada, de acordo com Fartes (2002), no aprender fazendo, uma prática educativa bastante difundida na transmissão dos saberes vinculados ao trabalho, o que supõe articulação da prática formativa como atribuição de novos significados aos saberes tácitos desenvolvidos pelos trabalhadores. Nessa mesma perspectiva, Araújo (2012) afirma que:

[...] toda prática formativa é uma prática social que se constitui num processo por intermédio do qual os sujeitos vão produzindo as condições materiais, espirituais e as relações sociais que garantem a sua existência; consiste num fenômeno social integrante das relações sociais, econômicas, políticas e culturais de uma determinada sociedade, cujas finalidades e meios do processo formativo se subordinam à estrutura e à dinâmica das relações entre as classes sociais, sendo, pois, socialmente determinado. Isso significa dizer que, além de ser construída, é constituinte dessas relações, e compõe-se, segundo Frigotto (1995), num campo de disputa hegemônica, nas diversas esferas da vida se dão em sintonia com os interesses de classes (ARAÚJO, 2012, p. 161).

Materializada nas ações do trabalho artesanal da carpintaria regional, a prática formativa se caracteriza como produto e processo nas relações de transmissão dos saberes e dos conhecimentos necessários à vida dos trabalhadores, sendo capaz de produzir, dentre outros aspectos, um conjunto de relações políticas, sociais, econômicas e culturais no universo educativo presente na atividade profissional da carpintaria.

Isso significa que outras estratégias de formação dos trabalhadores são também construídas como processos formativos mediados pelo trabalho na carpintaria. Assim, os saberes tácitos “gerados pela relação dos trabalhadores no interior de atividades produtivas por eles desenvolvidas” (RODRIGUES, 2012, p. 68) também dinamizam sua amplitude e diversificação, correspondendo a perspectivas sociais distintas que estão para além do caráter formativo direcionado apenas ao trabalho, dado que:

Do ponto de vista macrossocial, os processos formativos decorrem da organização política e econômica de uma sociedade, constituindo uma dinâmica de aprendizagem contínua e incidental que ocorre no meio social, em todas as instâncias e atividades sociais, de modo informal, permanente e não organizado, durante toda a vida de homens e mulheres. Dinâmica que proporciona o desenvolvimento de potencialidades e apropriação do saber social, num conjunto de conhecimentos, habilidades, atitude e valores produzidos pelas classes no contexto histórico de relações sociais, de acordo com os interesses e necessidades de uma dada sociedade. Ocorre, portanto, na família, na comunidade, no ambiente de trabalho, na escola, nos espaços de lazer, em todas as redes da mídia social [...] que vinculam formas de desenvolvimento sócio cultural para cada sujeito social, em forma de conhecimentos, valores e atitudes (ARAÚJO, 2012, p. 161).

A organização política e econômica da sociedade (re)constitui-se, segundo Araújo (2012), de um conjunto de relações históricas que configuram o modo de ser e de existir de cada sujeito, dando margem para elaboração de processos formativos diversificados, que se manifestam como meio de apropriação do saber social. Essa dinâmica de ressignificação do saber, desenvolvida no interior das relações histórico-sociais dos sujeitos, faz-se necessária para a socialização de práticas, de saberes e de conhecimentos, que tem “o ser humano [como] elemento balizador das decisões” (ARAÚJO, 2012, p. 159).

Nessa estratégia de socialização dos saberes e dos conhecimentos historicamente construídos, caracterizam-se processos formativos diversificados, dentre os quais há os que consistem numa prática do aprendizado apoiada nas experiências de trabalho e adquiridas por outros sujeitos. Assim, “um indivíduo pode adquirir conhecimento tácito diretamente de outro” (FARTES, 2002, p. 242).

Já no cotidiano produtivo do trabalho, socializam-se, também, conforme observou Aranha (1997, p. 16), “uma variada gama de incertezas técnicas e organizacionais, o que obriga o trabalhador a adaptar o trabalho prescrito às condições reais de sua execução”, ou seja, no momento de materialização das operações de trabalho ocorre um processo de adequação dos saberes tácitos na resolução do trabalho, de maneira que isso é feito “articulando os seus conhecimentos teóricos e práticos com suas experiências acumuladas até mesmo fora do ambiente de trabalho” (ARANHA, 1997, p. 16).

Aprender com outro, conforme expõe Fartes (2002), consiste num desenvolvimento recíproco de socialização de saberes e práticas, na qual sua transferência caracteriza-se pela troca de saberes e conhecimentos entre os sujeitos. Assim, entendemos que os processos formativos mediados pelo trabalho artesanal “conferem [...] experiências de aprendizagem mútuas entre os trabalhadores, durante o exercício do trabalho” e no decorrer do aprimoramento da própria vida (FARTES, 2002, p. 251).

Logo, o saber tácito, enquanto processo formativo no trabalho da carpintaria, caracteriza-se também como uma dinâmica do aprender fazendo, na qual trabalhadores adquirem habilidades no exercício do trabalho, mediado por orientações de um trabalhador mais experiente, geralmente um carpinteiro oficial (cf. RUGIU, 1998), ou colegas de trabalho. No exercício profissional (cf. Capítulo 3), o carpinteiro mestre vai externalizando e transmitindo suas experiências ao aprendiz que, de forma processual e progressiva, internaliza os saberes e os conhecimentos tácitos, explicitados como processo formativo no ofício da carpintaria artesanal. Desse modo, a internalização é:

[...] o processo de incorporação do conhecimento explícito em conhecimento tácito. Para tanto, é preciso que o conhecimento tácito acumulado seja socializado com outros membros da socialização por meio da verbalização ou organização [...] facilitando a transferência do conhecimento explícito pela vivência indireta das experiências alheias (FARTES, 2002, p. 245).

O conjunto de estratégias formativas, materializadas nas relações de trabalho na carpintaria naval artesanal, possuem complexidade e diversificação significativas na dinâmica de transmissão, assimilação e socialização dos saberes e dos conhecimentos. Tamanha dinamização nos processos formativos também é resultado do desenvolvimento dos saberes tácitos, que estão presentes nas práticas do trabalho, nos processos educativos e no universo de relações que os trabalhadores constroem para dar conta dos interesses da vida.

Como “as estratégias de formação dos trabalhadores não podem ser dissociadas de projetos de desenvolvimento social” (ARAÚJO, 2012, p. 159), é indispensável que o desenvolvimento dos saberes e dos conhecimentos tácitos sejam historicamente construídos e transmitidos de geração a geração, por meio de estratégias formativas, vinculadas ao trabalho artesanal.

Portanto, ao buscar conhecer como são construídos e transmitidos os saberes e os conhecimentos tácitos que se dinamizam, de forma transcendente, entre gerações de trabalhadores, percebi que, no interior desse conjunto de relações profissionais e sociais, decorrentes do trabalho na carpintaria naval, estão diversos grupos de sujeitos potencializando seus saberes e seus conhecimentos, caracterizados como projetos de desenvolvimento social da vida. Tais projetos se manifestam em forma de trabalho, mas também na educação e na cultura, nos valores sociais e humanos, nas crenças e demais relações que os sujeitos praticam, conforme se expõe na seção a seguir.

2.6 A RELAÇÃO DOS SABERES COM O TRABALHO ARTESANAL

Ao refletir sobre produção, validação e legitimação de saberes de homens e mulheres, a partir da análise de uma prática de educação popular denominada sistematização, Fischer (2003) problematiza a sistematização do saber, dos conhecimentos e das práticas como possibilidade de apoderamento por aqueles e aquelas que “vivem do trabalho”, no sentido de reforçar o seu *protagonismo* em todas as esferas em que atuam, vivem e sobrevivem.

Essa concepção sobre as formas de produção dos saberes, conhecimentos e práticas, desenvolvida pelas classes populares, reflete a dinâmica de produção dos saberes e práticas

profissionais que os trabalhadores desenvolvem no trabalho da carpintaria naval artesanal (cf. Capítulo 3). Além disso, essa atividade caracteriza-se como um conjunto de relações sociais e históricas que dão origem ao trabalho e configuram a existência desses trabalhadores.

Com esta sistematização dos saberes do trabalho, há a possibilidade de melhores formas de desenvolvimento e de apropriação das práticas profissionais que contribuem para o aprimoramento da formação do trabalhador, mas também de uma dinâmica de aperfeiçoamento na organização dos trabalhadores no interior de seu universo de trabalho. Desse modo,

Os trabalhadores constroem para si, consciente ou inconscientemente, “referências sintéticas” que não têm pleno valor a não ser na especificidade de tal instalação ou tipo de produção; sintéticas porque elas dão uma quantidade de informação sobre o estado e o funcionamento global de um sistema: informação sobre o grau de qualidade do produto ou sobre o estado de um ambiente humano e social associado ao trabalho (SCHWARTZ, 2003, p. 25).

Como os trabalhadores produzem, de modo particular, a totalidade dos saberes necessários para dar conta de sua existência, a partir das relações histórico-sociais que desenvolvem dentro do contexto político-social e profissional onde convivem, a sistematização desses saberes e práticas sociais pode caracterizar o apoderamento dos trabalhadores por meio de relações construídas pelo trabalho, cuja organização demanda processos permanentes de aprimoramento no convívio social e profissional. Além disso, dentre outros aspectos, a sistematização dos saberes e das práticas sociais da esfera profissional da carpintaria naval configura-se em duas perspectivas distintas, principais, presentes na relação profissional e social dos trabalhadores.

A primeira delas diz respeito às formas de significação atribuídas aos saberes do trabalho, que são especificamente desenvolvidas pelos trabalhadores artesãos na relação com o trabalho na carpintaria naval. Sobre essa relação da produção dos saberes do trabalho, Fartes (2002) analisa que há uma prática comum que consiste no ensinar e aprender mútuos, cada qual relacionado a uma unidade de operação, numa interação informal e constante, seja comunicando-se apenas pelo gesto ou pelo olhar, seja observando e imitando a prática do colega.

Os saberes, constituídos de experiências sociais e profissionais, revelam um saber prático, modo pelo qual os carpinteiros artesanais lidam com um universo de desafios e de soluções materializadas no trabalho que produzem (cf. Capítulo 3), como bem observou Lucíola Santos (2000, p. 55): o saber da prática “é adquirido no fazer, podendo ser

caracterizado como um conhecimento tácito, sobre o qual as pessoas nem sabem verbalizar, mas que está presente nas respostas que dão às diferentes situações da vida profissional”.

Outra perspectiva presente no processo de produção dos saberes no trabalho da carpintaria artesanal, cuja sistematização infere bases para o desenvolvimento de outras construções humanas e sociais, diz respeito à apropriação e uso destes saberes, enquanto dimensão implicada no processamento permanente da relação histórica para finalidade de aprimoramento aos conhecimentos técnico-científicos. Para Schwartz (2003, p. 24),

Estes saberes que recobrem tudo isto que existe de histórico, de relativamente singular nas relações de trabalho, espraiam-se sem descontinuidade das formas de inteligência incorporadas em nosso corpo até os patrimônios de experiências pensados, raciocinados transmissíveis. Eles vão de aprendizagens não-conscientes, não expressos em linguagens, dificilmente perceptíveis até as maneiras de fazer socializadas, justificáveis, manifestas.

Conforme exposto acima, ao tratar das dimensões éticas dos saberes presentes nas atividades de trabalho, destacou-se o quanto a atividade de trabalho é “carregada de história”, o que demonstra o caminho pleno de objetividades e de subjetividades históricas, em que a dinâmica de (res)significação do saber se processa dando origem aos conhecimentos.

Assim, esse “concentrado de história” constitui uma dinâmica de transformação na qual sempre “novas formas de construção de saberes, [...] de construção do social, reaparecem em todos os lugares onde os grupos humanos se mobilizam para produzir” (SCHWARTZ, 2003, p. 24), tendo a (res)significação dos saberes e conhecimentos como possibilidades de (re)construção e aprimoramento da vida no contexto político social, que configura a vivência dos sujeitos.

Portanto, a produção dos saberes, que está relativamente relacionada com o trabalho artesanal, conforme poderá ser percebido na seção seguinte, é, na verdade, a sistematização concreta da ação do homem que se realiza pelas práticas de diferentes atividades profissionais, as quais possibilitam o aprimoramento de novos conhecimentos, bem como a sua realização entre os homens, meio pelo qual há cooperação mútua para todos.

2.7 O CONHECIMENTO COMO DIMENSÃO NA RELAÇÃO SOCIAL

Tonet (2013), em seu “Método científico: uma abordagem ontológica”,³⁵ levanta uma discussão filosófica sobre a ontologia do ser social para explicar a construção do conhecimento científico como uma dimensão cognitiva deste ser. Conforme esse autor, o conhecimento não é um fim em si mesmo, mas uma mediação para a intervenção sobre o mundo, tanto natural quanto social. Então, quem estabelece, no sentido ontológico, os objetivos do conhecimento é o mundo (social), ou seja, a “dimensão cognitiva só pode ser corretamente aprendida como momento da específica natureza deste ser; um ser que [...] tem na práxis,³⁶ na qual o conhecimento sempre está implicado, a categoria que o demarca mais essencialmente” (TONET, 2013, p. 100).

Compreender o ser humano como um ser social, que constrói sua essência a partir de um movimento dialético de produção e reprodução de suas dimensões físicas e cognitivas, mediadas pelas ações de trabalho e no interior das relações sociais, permite apreender o conhecimento como construção sistemática processada como uma das dimensões da essência humana, ou seja, aquilo que configura a totalidade do ser social.

Nesse sentido, existe “uma conexão íntima entre conhecimento e prática social” (TONET, 2013, p. 102), pois,

Conhecer não é simplesmente contemplar. Conhecer não é refletir a imediaticidade do objeto. Conhecer é um momento do processo de transformação da realidade, seja ela natural ou social. O conhecimento é uma mediação para a intervenção na realidade. Ele é, além disso, uma mediação absolutamente indispensável para autoconstrução do ser humano (TONET, 2013, p. 102).

O homem em interação com o trabalho, “fundamento ontológico de qualquer forma de sociabilidade” (TONET, 2013, p. 101), constrói saberes e acumula experiências profissionais. E, ao refletir sobre suas ações, reelabora seus saberes aperfeiçoando, de forma permanente, sua dinâmica de trabalho, pois constrói o conhecimento que dá forma a uma

³⁵ “A ontologia é o estudo ser, isto é, a apreensão das determinações mais gerais e essenciais daquilo que existe. A ontologia pode ter um caráter geral, quando se refere a todo e qualquer existente ou um caráter particular, quando diz respeito a uma esfera determinada do ser, como, por exemplo, o ser natural ou ser social” (TONET, 2013, p. 12).

³⁶ “Práxis é o conceito que traduz a forma com se articulam subjetividade e objetividade, sob gerência desta última, em todas as atividades humanas” (TONET, 2013, p. 73).

realidade social³⁷ própria que o destaca na natureza e o constitui como ser político social, “ao longo do seu processo histórico” (TONET, 2013, p. 101).

Nessa perspectiva, o conhecimento, de acordo com Fiorentini, Souza e Melo (1998 apud RODRIGUES, 2012, p. 38), estaria ligado ao resultado da produção científica, oriundo de pesquisas, enquanto que o saber seria um modelo de conhecer-saber, menos rigoroso, mais relacionado à esfera da praticidade, ou seja,

[...] o conhecimento estaria atrelado ao saber científico e o saber, ao senso comum, ao pragmático; e o método de apreensão e compreensão da realidade seria o viés distintivo: saber, “[...] um modo de conhecer-saber menos rigoroso [...]”; conhecimento, “[...] resultado de produção científica, oriundo de pesquisas [...]” (RODRIGUES, 2012, p. 38).

A relação de interação das ações humanas com os processos de trabalho reflete a realidade dos artesãos da carpintaria naval, caracterizada como uma atividade profissional, na qual prevalecem os saberes resultantes das experiências desenvolvidas por trabalhadores na sua relação com o trabalho. Isso significa que a produção artesanal, realizada de modo localista, pressupõe possibilidades de aprimoramento profissional, o que, dependendo da finalidade empregada no trabalho, pode ou não atingir um elevado nível de complexidade na construção dos saberes do trabalho.

Se o “conhecimento é sempre produzido em determinada situação histórico-social, em resposta a determinadas questões enfrentadas pela humanidade” (TONET, 2013, p. 103), no estudo dos saberes no trabalho da carpintaria artesanal a complexidade do saber construído pelos artesãos também contribui para dar forma à construção dos conhecimentos relativos ao processo de mudança no trabalho dessa produção artesanal. Além disso, “[...] uma relativa autonomização do processo de conhecimento foi uma necessidade que surgiu da complexificação do processo social” (TONET, 2013, p. 103). E, segundo Rodrigues (2012, p. 41), o conhecimento, enquanto categoria, “englobaria informações sobre as formas de organização política [...], bem como saberes relacionais, comportamentais, dentre outros”. Além disso,

Em termos de *habilidades*, elas poderiam ser compreendidas como saberes relacionados a **competências** desenvolvidas pelos trabalhadores no interior de suas lutas, como as travadas junto a setores empresariais, quando das negociações por melhores salários. Com relação a *valores*, poderiam

³⁷ “O conhecimento científico da realidade social se configurou, de forma mais propriamente dita, a partir do século XX, [...] após a consolidação das ciências da natureza como caminho para a produção do conhecimento científico [...] dado o sucesso dessas ciências para o caminho e a transformação da natureza, o impacto nas ciências humanas foi enorme.” (TONET, 2013, p. 48).

corresponder à **significância** dada pelos trabalhadores para questões como trabalho, educação e sua própria luta de classes, englobando, pois, sua percepção valorativa sobre as ações por eles desenvolvidas em oposição as do capital. Por fim, em termos de *atitudes*, poderiam se configurar em saberes que caracterizam o **comportamento** dos trabalhadores diante de situações por eles vividas, determinando **procedimentos** de intervenção na realidade (RODRIGUES, 2012, p. 42, grifos do autor).

Logo, no processo de reestruturação do capital desenvolvido em um contexto regional, as tendências de incorporação dos conhecimentos, conforme expõe Rodrigues (2012, p. 41-42), impõem, como cultura de inovação, entre outros aspectos, novas formas de produção ao trabalho artesanal. Bem como, conforme será tratado no próximo capítulo, o processo de modernização que se impõe ao ramo da carpintaria naval, referente à construção das embarcações, define outras finalidades profissionais e sociais de uso estabelecidas pelas relações do mercado de trabalho.

Em decorrência desse processo de modernização nas organizações de trabalho, possibilitado, em grande parte, pelo aprimoramento do conhecimento que (re)produz em função do desenvolvimento capitalista, impõe-se uma dinâmica de mudança aos saberes profissionais e sociais dos carpinteiros artesanais, que passam a compreender a dinâmica de transformação do trabalho como um processo de descaracterização do conjunto de relações profissionais e sociais constituidoras da tradição cultural presente no trabalho da carpintaria naval artesanal.

No entanto, compreender o processo de construção do conhecimento científico como categoria separada da totalidade onde está inserida, com suas finalidades na dinâmica das relações sociais, de acordo com Tonet (2013, p. 100), significaria um equívoco, haja vista que “a construção do conhecimento configura um momento de uma totalidade maior que é o ser social, [e] seu sentido só pode ser corretamente aprendido na medida em que o conhecimento for compreendido como parte dessa totalidade”.

Já que o processo de modernização, ao mesmo tempo em que produz, também corresponde a uma dinâmica de transformação social, carregada de ideologias do sistema capitalista que se impõe à sociedade, definindo novos padrões culturais no mercado da produção e do consumo, ele implica um processo permanente de reconstrução no comportamento político-social, demandando mudança na cultura profissional e nos valores humanos.

Nessa mesma perspectiva, Rodrigues (2012) afirma que as experiências dos homens, nas múltiplas relações que mantêm com os outros, têm disseminado saberes relativos à construção dos conhecimentos que servem na organização das práticas de trabalho no cotidiano; porém, é interessante identificar as contradições advindas de tais processos como elemento inovador e renovador dos significados nos saberes, o que permite a intervenção sobre o mundo, tanto na ordem natural, quanto na ordem social.

Por isso, como toda convivência humana demanda modelos próprios de educação e de sistematização política, social e cultural, a organização dos saberes do trabalho na carpintaria caracteriza um princípio educativo vinculado ao trabalho em articulação com a natureza e o universo social, por meio da convivência em sociedade e da relação com o trabalho, em que os sujeitos se educam e constroem sua realidade.

Em suma, o conjunto dos saberes e práticas profissionais e sociais, caracterizado como produto e processo de origem e aprimoramento das relações dos sujeitos, consubstancia o saber social, configurando, então, as relações construídas pelos trabalhadores em articulação com processos educativos vinculados ao trabalho e ao universo natural e cultural humano.

CAPÍTULO 3 – SABERES DO TRABALHO EM SUAS DIMENSÕES TÉCNICA, POLÍTICA, ÉTICA, PEDAGÓGICA E ORGANIZACIONAL

Este capítulo trata da produção das embarcações construídas no estilo regional amazônico, refletindo sobre a configuração histórica, o processo de desenvolvimento, organização e significação das capacidades humanas configuradas nos saberes do trabalho da carpintaria naval artesanal, nas suas dimensões técnica, política, ética, pedagógica e organizacional, as quais são explicitadas dentro das relações sociais que os trabalhadores constroem como forma de equilibrar suas ações no contexto político social onde (con)vivem.

3.1 ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DO TRABALHO NA CARPINTARIA

Apresento, nesta seção, a historiografia da carpintaria naval artesanal, relacionada a aspectos naturais e culturais que contribuíram para o desenvolvimento e o aprimoramento da produção dos barcos no contexto regional amazônico sob a perspectiva de uma construção histórica de saberes no trabalho, pois a construção das embarcações é uma atividade que surgiu da necessidade de locomoção da população indígena pelos rios e igarapés amazônicos.

A geografia dos rios recortando floresta é uma das principais características naturais dos aspectos físicos da região amazônica e constitui grande parte de sua extensão fluvial. Esse aspecto natural da geografia regional amazônica inspirou nos sujeitos o desenvolvimento de saberes do trabalho para que pudessem melhorar sua dinâmica de transporte, necessária ao seu deslocamento por extensões nos cursos mais distantes dos rios, bem como possibilitou maior intensificação das formas de relacionamento sociais entre as comunidades indígenas.

Nesse contexto, cabe destacar que a origem da construção das embarcações no espaço regional amazônico está diretamente relacionada às formas de organização do espaço geográfico, no qual cada grupo de sujeitos desenvolve a sua realidade político-social e seus níveis de organização cultural, de acordo com suas necessidades e valores sociais (BITTECOURT, 1957 apud LINS et al., 2008). Desse modo, a concepção de aspectos negativos ou positivos, como as práticas sociais, produção de saberes e atitudes que nascem a partir do contato gerado entre os grupos indígenas diferentes, é compreendida a partir dos valores humanos, sociais e culturais que se estabelecem em cada sociedade.

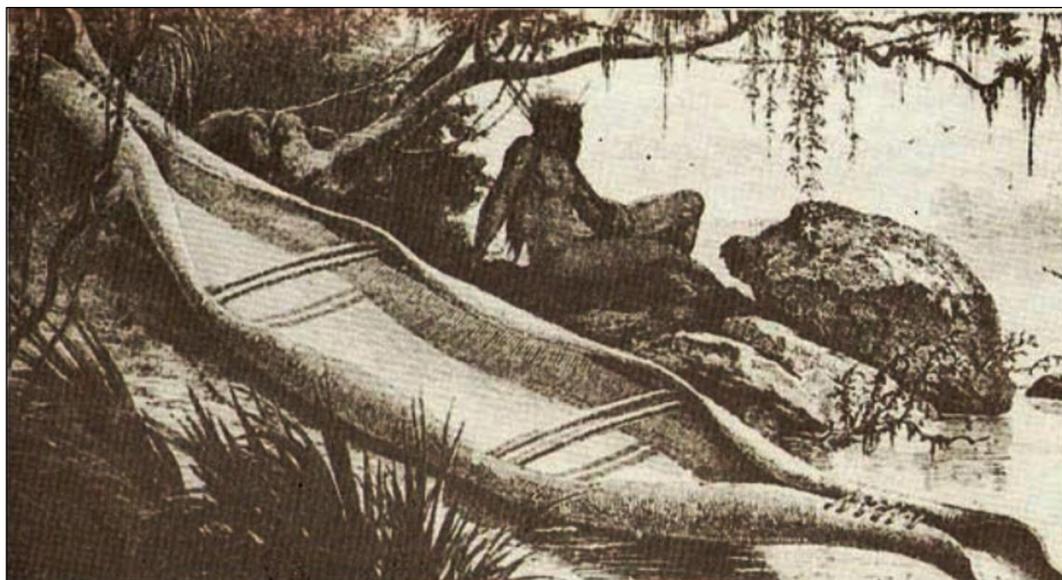
Não existe, até então, registro que constate aproximadamente o período em que ocorreram as primeiras construções de embarcação, pois a carpintaria regional é uma atividade artesanal caracterizada pela construção em madeira, que se desintegra com o tempo;

mas existem evidências que demonstram esta prática profissional presente em localidades distintas e períodos históricos diferentes.

É inegável afirmar que os primeiros construtores navais da Amazônia foram os índios. Para Bittencourt (1957), nos primórdios, a canoa era o principal meio de transporte dos indígenas na Amazônia, nas quais as longas distâncias eram vencidas a remo. Os índios Mura percorriam em suas grandes flotilhas os rios Solimões, Madeira, Purus e Negro. Os troncos que caíam nos rios e boiavam conforme as correntezas foram a inspiração das primeiras embarcações elaboradas pelos índios (LINS et al., 2008, p. 3).

A convivência comunitária indígena, situada nos espaços geográficos diferenciados da região amazônica, contribuiu para o desenvolvimento de diversos tipos de saberes e práticas sociais ligadas ao trabalho e às experiências de vida, que se desenvolveram de acordo com as necessidades de cada comunidade indígena. Estes saberes estavam diretamente ligados à natureza, ao espaço terrestre e aos rios. Desse modo, a necessidade de se deslocar pelos rios e igarapés possibilitou aos indígenas desenvolverem técnicas e habilidades de construção de pequenas embarcações para realização de viagens locais, como demonstra a ilustração a seguir.

Figura 5 – Embarcação típica indígena.



Legenda original: “Canoas Típicas utilizada (sic) pelos índios Caripunás do Rio Madeira feita de uma casa de pau inteiriça. Desenho do naturalista Franz Keller – Foto de Costa Lima” (LINS et al., 2008, p. 3).

Fonte: “*Tipos e utilidades dos veículos de transportes fluviais do Amazonas*” (Moacir de Andrade, 1957 apud LINS et al., 2008, p. 3).

O casco era uma embarcação feita da casca do tronco, [...] moldada com as amarrações de cipó. Poderiam também ser construídas com um único tronco de árvore cavado a fogo ou machado. A correnteza, o remo e a força dos

índios eram os recursos utilizados. Além disso, possuíam grande habilidade na navegação, pois conheciam bem esses caminhos. (LINS et al., 2008, p. 3).

Desde a origem da história da carpintaria naval na Amazônia, o trabalho artesanal tem passado por um processo gradual de mudanças que, constantemente, exige maior adequação dos modelos e dos portes das embarcações construídas. De acordo com Lins et al. (2008), essas exigências se modificam de acordo com a perspectiva social e histórica das organizações sociais onde estão inseridos os sujeitos, que tomam as embarcações como meios de transporte para o deslocamento de produtos, mas também como forma de intercâmbio político, econômico e cultural entre localidades distintas.

Desse modo, a região amazônica, que é bastante conhecida nacional e internacionalmente por representar extrema exuberância na fauna e na flora, bem como por proporcionar uma imensa extensão hidrográfica distribuída em rios e afluentes, constitui intensa atividade artesanal ligada à construção de embarcações, como um dos elementos fundamentais utilizado na fomentação das relações sociais entre os sujeitos.

Nessa região, por conseguinte, o ambiente natural disponibiliza e adequa um conjunto de recursos necessários para a construção de embarcações no estilo regional, como: matéria-prima (há uma diversidade de madeiras que podem ser utilizadas na atividade artesanal), rios e hidrovias, adequação de saberes e de práticas de trabalho, entre outros aspectos, que tornam “os nativos como bons construtores de embarcação” (LINS et al., 2008, p. 4), no contexto cultural, geográfico e historiográfico amazônico.

Logo, a região amazônica, cuja história atesta a relação direta dos sujeitos com a natureza numa dinâmica de subsistência mediada por processos de extração vegetal, mineral e de produção artesanal, não só constitui um espaço geográfico favorável para o desenvolvimento da atividade artesanal, referente à construção de embarcação no estilo regional — por representar um conjunto de características naturais, como a geografia dos rios, a matéria-prima, entre outros —, como também constitui uma diversidade de saberes e de experiências produzidas historicamente no contexto local, proporcionando a condição necessária para o convívio dos sujeitos que, a partir do modo como se organizam, conseguem sobreviver, ao mesmo tempo em que preservam valores, costumes e tradições profissionais na relação com o trabalho:

A indústria naval tradicional amazônica é aquela que tem como produto principal as embarcações regionais as quais transportam cargas e passageiros, construídos com matérias-primas oriundas da Floresta Amazônica. A indústria naval formal na Amazônia contempla, atualmente,

uma adequação às necessidades do mercado, das tecnologias, da mão-de-obra e do meio ambiente, sendo promissora a sua participação no mercado da construção tanto de embarcações de transporte misto, quanto de transporte de cargas e de turismo. Além desta, a indústria naval informal, em sua maioria de reparos e manutenções navais, pode ser considerada a maior no setor no Brasil. (LINS et al., 2008, p. 6-7).

Na microrregião do Baixo Tocantins, no Estado do Pará, a construção naval tem se desenvolvido no estilo tradicional, no qual a carpintaria naval artesanal ainda predomina enquanto perfil de produção nos estaleiros ribeirinhos. Além disso, o estilo de construção das embarcações tem passado por um processo de mudança significativo, devido a alterações ocorridas no modo de vida ribeirinho, causadas por um conjunto de aspectos ambientais e sociais, dentre os quais está a construção da UHE de Tucuruí, que interrompeu em parte o percurso natural do rio Tocantins, modificando, conseqüentemente, o contexto histórico da produção ligado à vida e ao cotidiano da sociedade local.

Esses sujeitos, segundo Silva (2009), produzem e mantêm, conjuntamente, saberes e tradições que possibilitam formas de sociabilidade condizentes com seus modelos de organização e de formação histórica e cultural. Todavia, é necessário haver, junto a esses sujeitos, um processo de formação política que lhes permita melhor percepção sobre “sua função social e histórica” e, com isso, possibilitar-lhes a atuação de modo “consciente e responsável” na organização social onde convivem e tomam o trabalho da carpintaria naval artesanal, enquanto atividade profissional imprescindível para suprir suas necessidades e promover o desenvolvimento social de sua família.

Trata-se, pois, de uma atividade profissional desenvolvida a partir da necessidade de transporte e de deslocamento de pessoas e produtos, mas também é resultado da relação entre as condições naturais do espaço geográfico amazônico, os saberes e as práticas sociais desenvolvidas pela população local no cotidiano, configurando formas de organização social e do trabalho bem distintas daquelas que prevalecem, de um modo geral, no conjunto da sociedade.

Portanto, analisar a história da carpintaria naval no contexto regional amazônico permite refletir sobre a dinâmica do trabalho, como resultado da produção humana, dentro de um processo de formação profissional dos trabalhadores. Outrossim permite compreender as experiências resultantes das práticas de trabalho, como possibilidade de (res)significação do modo de vida, de reorganização profissional, política, econômica e cultural. Essa compreensão pode contribuir para uma maior identificação profissional, visando ao

fortalecimento dos sujeitos no movimento de resistência e luta contra o poder hegemônico imposto pelo sistema capitalista.

3.1.1 A resignificação dos saberes na carpintaria artesanal

Esta seção trata de aspectos históricos e geográficos da organização social que constituem as identidades e culturas da população ribeirinha, referente a seu modo de vida e a suas práticas de trabalho, a fim de aprofundar o debate sobre a (res)significação dos saberes dos trabalhadores artesanais da carpintaria naval, pois, à medida que esses sujeitos refletem sobre suas práticas profissionais vinculadas ao trabalho, vão aprimorando sua formação profissional e dando conta da produção da existência.

Sendo, geralmente, trabalhadores autônomos, esses sujeitos tomam a carpintaria naval regional como atividade profissional principal para dar conta de suas necessidades diárias. No entanto, por constituírem grupos sociais e comunidades ribeirinhas, ligadas à floresta e às águas (cf. COSTA, 2006), desenvolvem também outras atividades como a agricultura e a pesca, estabelecendo uma relação de exploração dos recursos da natureza de caráter extrativista, o qual normalmente responde por boa parte do consumo alimentício familiar diário.

Ademais, os artesãos da carpintaria naval regional são sujeitos que geralmente convivem nas localidades ribeirinhas e mantêm uma forte relação de dependência com a terra, bem como com as águas dos rios. Dessa relação resulta a produção de saberes sociais que promovem condições de sobrevivência dos grupos sociais ribeirinhos, que estão mais diretamente ligados à natureza no interior da Amazônia, ou seja, nesse contexto,

Envolvida em isolamento e mistério, a Amazônia foi construindo um sistema de vida e trabalho ribeirinho e extrativista integrado por pescadores, coletadores de castanha, mateiros extratores, de seringa, de peles, de couro, de resina de árvore, de ouro e de diamante. Acrescente-se a eles os lavradores, os seringueiros, os vaqueiros e fazendeiros, os comerciantes, os empresários, os biscateiros e os artesãos das mais diversas categorias que vivem em função de produtos da floresta e do rio (LOUREIRO, 1995, p. 26).

Esses sujeitos, que convivem e habitam durante muito tempo nas localidades ribeirinhas situadas nas margens dos rios, no interior na região amazônica, e que, ao conviverem, compartilham conjuntamente realidades cotidianas semelhantes, desenvolvem saberes e práticas ajustados ao seu contexto historiográfico, no qual a influência do mercado é bastante diminuída, e é isso que permite um tipo de organização social mantenedora de uma relação mais equilibrada com os recursos da natureza, justamente porque:

Desenvolvem atividades que não estão diretamente voltadas para o mercado, mas que garantem parte considerável da auto-subsistência [...] o resto do tempo é ocupado com atividades que geralmente estão pouco articuladas com o mercado [...] garantindo parte de sua auto-suficiência, em termos modestos (LOUREIRO, 1995, p. 28).

Desse modo, o povo ribeirinho, para conviver de acordo com o tipo de organização social onde está inserido, desenvolve estratégias de trabalho e de sobrevivência, que correspondem a modos de vida específicos diretamente ligados às formas de utilização dos recursos da terra e das águas. Ao estudar a constituição interna das estruturas sociais de um dos mais antigos campesinatos da Amazônia e do Brasil, o das ilhas Pacuí e Cuxipiari, no município de Cametá, Costa (2006) observou que a carpintaria naval artesanal também se faz presente na vida dos sujeitos que ali convivem e desenvolvem culturas próprias, e que:

Seus fundamentos produtivos e reprodutivos caracterizados por particular articulação de recursos agrícolas e extrativos, terrestres e aquáticos, e por uma demografia e cultura marcada por um processo histórico que remonta a constituição de uma economia ribeirinha amazônica do período colonial (COSTA, 2006, p. 19).

Logo, esses sujeitos articulam seus saberes baseados no conhecimento histórico, que é resultante, por sua vez, de duas realidades diferentes: uma, correspondente à cultura praticada na terra firme, como agricultura, plantio, criação e domesticação de animais, extrativismo de produtos vegetais nas áreas de várzea; outra, em atividades profissionais ligadas às práticas sociais demandadas pela relação dos sujeitos com as águas, como pesca artesanal, extração de produtos vegetais nas ilhas e áreas de várzea, produção de diversos tipos de artesanato, como a produção de cerâmica, construção de embarcações, canoas e residências, entre outras.

Todavia, essa forma de relacionamento social peculiar, característico da ação dos sujeitos no espaço e no tempo, não se constitui de forma isolada; mas, pelo contrário, ao mesmo tempo em que sofre influência da complexidade do conhecimento produzido pela sociedade envolvente, também apresenta sua influência na sua organização, configurando-se como parte dessa sociedade, que se diferencia das demais formas de organização social, devido não só ao baixo impacto que representa na relação de produção com o sistema capitalista, mas também à sua atuação sobre a natureza.

A população existente nas comunidades ribeirinhas constitui, segundo Loureiro (1995), uma estrutura social onde predominam organizações sociais e práticas ambientais de modo particular, tais como a que é representada por uma fração de sujeitos, os artesãos, que

praticam atividades artesanais, configurando aspectos da tradição cultural um pouco diferenciados da lógica do mercado, por apresentar diminuição da influência capitalista no contexto político-social ribeirinho. Por outro lado:

Posicionando tais estruturas em contexto amplo e atual, o trabalho expõe as tensões derivadas das novas condições em que se fazem as trocas com a sociedade envolvente. De um lado as exigências, de mercado orientado por necessidades industriais globalizadas, ao mesmo tempo em que oferecem novas oportunidades, “forçam” a produção agrícola e extrativa vegetal para níveis que podem vir a comprometer os fundamentos naturais e a produtividade total; por outro lado as exigências regionais do desenvolvimento impactam, pela construção de barragens como a de Tucuruí, por exemplo, de modo profundo as condições locais – reduzindo a produtividade da extração aquática. Condicionados por tais forças, os camponeses reproduzem-se mediante os desafios da mudança constante, mobilizando os meios disponíveis para a inovação cuja expressão concreta nos casos estudados, são novos, mais complexos e, aparentemente, mais estáveis sistemas de produção. (COSTA, 2006, p. 21).

Essa lógica da produção, aparentemente mais estável, caracteriza, segundo Costa (2006), a representação do capital introduzida de modo sutil nas organizações culturais e nos valores sociais e humanos dos povos ribeirinhos que sofreram com os processos de aculturação impostos pela lógica capitalista. Uma vez instaurado esse processo de desarticulação na cultura, na economia e no modo vida desses sujeitos, ou seja, de mudanças geradas pelo capital sobre sua vida, eles procuram adequar seus saberes para que possam resistir e continuar dando conta da produção da própria existência.

Tais mudanças nos saberes dos trabalhadores, enquanto reflexo do capitalismo no contexto local, têm impactado o modo de vida dos sujeitos. E, a partir do ponto de vista da própria população ribeirinha, essas mudanças são consideradas como conhecimentos, em parte negativos, para a organização local, por representarem um modelo de desenvolvimento econômico social que se contrapõe à manutenção dos saberes e dos valores sociais vivenciados no contexto regional. Por isso:

Pode-se verificar nitidamente nas comunidades das ilhas de Cametá, um campesinato que busca saídas alternativas de sobrevivência através de estratégias produtivas e tecnológicas complexas, envolvendo sistemas de cultivo, manejo, criação, extrativismo e pesca artesanal, tentando adaptar-se as condições impostas pela realidade pós-barragem. Após vinte anos da instalação da barragem as sequelas são visíveis. [...] hoje já não é possível viver da fartura do rio, como doutora. [...] Os ribeirinhos falam por si. Têm consciência do que a barragem representou nas suas vidas [...] destruiu seu sistema tradicional de vida baseado na pesca artesanal e no extrativismo vegetal (COSTA, 2006, p. 159).

Com relação à carpintaria naval, trata-se de uma atividade profissional que tem relação direta com a produção da pesca artesanal no Baixo Tocantins, constituindo parte do processo da pescaria, uma vez que possibilita armazenamento e transporte para a produção do pescado. No entanto, a redução da pesca nessa região, compreendida como uma consequência negativa gerada pelo capital em decorrência da implantação da barragem da UHE Tucuruí, no rio Tocantins (cf. COSTA, 2006), implicou numa redução da necessidade de construção de barcos para a pesca artesanal. Esse fator impactou diretamente a produção artesanal da carpintaria naval, pois diminuiu a possibilidade de trabalho, comprometendo o modo de vida dos sujeitos que dependiam da carpintaria naval regional para se manter.

Afetados pela ação capitalista, que gera processos de desarticulação econômica, política e cultural no modo de vida dos sujeitos ligados à carpintaria naval no contexto comunitário ribeirinho, os artesãos se sentiram obrigados a buscar alternativas para reorganizar seus saberes, pois, a organização do processo de produção/formação, ligado aos saberes do trabalhador, à medida que objetiva responder a uma necessidade imediata desse trabalhador afetado pela imposição do capitalismo, pressupõe nova relação de construção e de reconstrução dos seus saberes para melhor atuação no contexto histórico e social.

Assim, para garantir a organização da produção, o capitalismo constrói e reconstrói relações políticas e sociais, estabelece valores e impõe padrões culturais que transformam o comportamento humano. Tudo isso determina formas de desejos e de sentimentos aos sujeitos, cujas relações são resultados de construções ideológicas, desenvolvidas pelo próprio sistema para ampliar a exploração do trabalho, ao mesmo tempo em que preserva as desigualdades sociais, base de produção e reprodução do sistema capitalista.

Por outro lado, toda estratégia de ampliação e domínio do capital também pode servir para gerar processos de resistência individual e coletiva, referentes às contradições que a sua própria organização impõe à sociedade. Ao refletir, então, sobre sua realidade histórico-social, o homem percebe que pode organizar seus saberes para resistir e fazer contraponto à imposição do capital. Isso é possível porque a organização dos saberes também contribui para a formação profissional e política, mediada tanto pelas ações do trabalho quanto pelas relações que os homens constroem de forma individual e coletiva, para ter “saídas alternativas de sobrevivência através de estratégias produtivas” (COSTA, 2006, p. 159).

Quando impactados pelas ações metabólicas do capital, os trabalhadores artesanais que praticam a carpintaria naval regional ressignificam saberes para melhorar seu modo de vida, mas também buscam dar conta da sua realidade social e histórica por meio de sua

organização, articulada e coerente, garantir da melhor forma a construção da própria existência.

Por fim, como toda forma de convívio social demanda modelos próprios de sistematização político-social, na organização dos saberes dos sujeitos vinculados ao trabalho artesanal, de modo localizado, também desenvolvem práticas sociais comunitárias, ligadas à preservação de valores específicos, que são materializados nas ações dos sujeitos; e isso reflete subjetividades e objetividades da tradição cultural, associadas às experiências de trabalho e à vida que produzem.

3.1.2 O trabalho artesanal na carpintaria naval

Efetivamente o artesanato, evolui do “sistema familiar”, quando se produzem os instrumentos rudimentares necessários a subsistência suprida através do trabalho agrícola, para o “sistema de corporações”, quando o artesão se desloca para a cidade e passa a produzir para um mercado pequeno e estável construído pelos habitantes urbanos. Nesta condição, o mestre artesão se constitui um produtor independente, dono da matéria-prima e das ferramentas de produção, que vende diretamente o produto de seu trabalho e não sua força de trabalho. Quando o mercado se amplia, esse regime é substituído pelo “sistema doméstico” que não altera o processo produtivo, mas no qual os mestres já não são mais independentes. Eles mantêm a propriedade dos instrumentos de trabalho e produzem na própria casa com o auxílio de um ou dois ajudantes, mas passam a depender de um empregador que lhes fornece a matéria-prima, transformando-os em tarefeiros assalariados. O aprofundamento desse processo conduz a implantação do “sistema fabril” que implica um mercado cada vez mais amplo e mais estável. Aqui os trabalhadores perderam inteiramente sua independência, deixando de possuir seus instrumentos de trabalho e passando a produzir em edifícios de propriedade do empregador, sob rigorosa supervisão. O primeiro “sistema” vigorou no período inicial da Idade Média; o segundo prevaleceu até o final da Idade Média; o terceiro se estendeu do século XVI ao XVIII; e o quarto se desenvolve do século XIX aos nossos dias (HUBERMAN, 1976, p. 125 apud RUGIU, 1998, p. 1-2).

Ao tratar das perspectivas históricas e organizacionais, mas também dos percursos formativos presentes nas relações do trabalho artesanal, Rugiu (1998) demonstra como este modelo de organização do trabalho se relaciona com outro que ganha forma e se torna hegemônico, consolidando o modo de produção. Percebe-se, dessa maneira, que a dinâmica de transformação nas atividades de trabalho está relacionada às formas de organização social e históricas dos sujeitos inseridos no seu contexto político.

No Brasil a constituição histórica e social que configura as relações profissionais e sociais no trabalho artesanal, de um modo geral, possui forte ligação com outras culturas que

deram origem à identidade nacional brasileira. Assim, “a riqueza e a criatividade dos seus componentes éticos e antropológicos apresentam ainda uma produção genuína de várias formas artesanais de caráter popular” (RUGIU, 1998, p. 4), por isso a tamanha riqueza cultural refletida no trabalho de construção das embarcações, ramo do ofício artesanal de caráter popular bastante difundido no interior das regiões brasileiras.

Efetivamente a riqueza das tradições artesanais indígenas e africanas, complementada depois pelos inúmeros grupos de imigrantes das mais diferentes nacionalidades que se fixaram a partir do final do século XIX, toda essa imensa riqueza foi incorporada, com matizes variados, às práticas populares das diversas regiões do país. E se trata verdadeiramente de uma cultura antiga e original. (RUGIU, 1998, p. 4).

Responsável pela construção de embarcações no estilo regional, usadas como meio de transporte na região amazônica (cf. LINS et al., 2008), a prática da carpintaria naval artesanal, enquanto atividade profissional, destaca-se, das demais desse ramo da carpintaria, na região do Baixo Tocantins no Estado do Pará, mais particularmente em municípios de herança cultural histórica, como Abaetetuba, Cametá, Igarapé-Miri e Oeiras do Pará,³⁸ por garantir a “continuidade dessa tradição [que] se mantém graças à pedagogia do aprender fazendo, a qual passa do pai para o filho ou do mestre para o aprendiz”, em alguns casos, porém, se transmite por meio de cooperativas ou associações de artesãos. (RUGIU, 1998, p. 4).

Essa atividade particular do trabalho no ramo da produção artesanal regional constitui uma tradição cultural associada aos aspectos geográficos, sociais e históricos, caracterizando-se, portanto, como uma categoria profissional que se desdobra, entre outras, em três atividades fundamentais: os carpinteiros navais artesanais; os calafates e os pintores de embarcação.

A primeira atividade é a do *carpinteiro naval artesanal*, trabalhador que utiliza a madeira de forma a beneficiar e moldar peças em regime artesanal para a construção de barcos; já a segunda atividade é a do *calafate*, trabalhador que atua após o barco estar montado e emparedado, necessitando de calafeto, ou seja, de uma vedação, que é feita com algodão, óleo de linhaça e zarcão em toda a sua estrutura para obstruir a entrada de água; e a terceira atividade é a do *pintor naval*, ou *pintor de embarcações*, trabalhador responsável pelo toque final da beleza das embarcações, ou seja, após serem pintadas com diversas cores, essas

³⁸ Estas informações foram extraídas da Coordenação da Cooperativa de Trabalhadores da Construção Naval Artesanal de Igarapé-Miri (COOTRACONAI), no ano de 2014.

embarcações são identificadas com um nome, em sua maioria regional (cf. COOTRACONAI, 2014), como demonstra a seguinte imagem:

Figura 6 – Lancha amazônica, produção artesanal do município de Cametá-PA.



Fonte: Arquivo da pesquisa, novembro de 2014.

Essas operações profissionais da carpintaria naval regional constituem uma atividade bastante complexa e demandam um processo permanente de transformação nos saberes e nas práticas do trabalhador. Trata-se, então, de um exercício diário de resolução dos problemas que nascem no curso das operações do trabalho, o que proporciona aos trabalhadores imensa oportunidade de desenvolvimento dos seus saberes tácitos, refletidos nas habilidades³⁹ e na formação profissional de cada um deles.

Especificamente, o trabalho artesanal da carpintaria naval no distrito de Carapajó, do município de Cametá-PA, é, também, resultado da mistura de práticas profissionais decorrentes da construção dos saberes e experiências profissionais de povos diversos que, ao longo do processo histórico, contribuem no acúmulo e transformação de culturas, nas práticas profissionais e nas relações sociais, que originam a tradição cultural regional ribeirinha.

Portanto, ao refletir sobre o movimento dialético que produz as formas de (res)significação nos saberes dos sujeitos, decorrentes da relação que estabelecem no seu

³⁹ O conceito de habilidade, segundo o Dicionário da Língua Portuguesa, da Porto Editora (2015), provém do termo latino *habilitas* e refere-se à capacidade e à disposição para (fazer) algo, a habilidade é a ação que uma pessoa executa com talento e destreza e o enredo disposto com engenho, artimanha e perícia, e é tomado neste estudo como processo de aprimoramento profissional e adequação dos saberes sociais.

convívio social e nas práticas do trabalho que desenvolvem, foram estabelecidas as bases para a análise da configuração das dimensões técnica, política, ética, pedagógica e organizacional, nos saberes do trabalho construído pelos trabalhadores da carpintaria naval artesanal no Carapajó.

3.2 DIMENSÃO TÉCNICA

Para o estudo da dimensão técnica nos saberes do trabalho na carpintaria naval artesanal, parto do pressuposto de que, dependendo do contexto político, social e histórico e do caráter teleológico do trabalho, o aprimoramento técnico, dinamizado na (res)significação do saber, pode contribuir com o aperfeiçoamento do trabalho. Por isso, analiso a configuração dos saberes e dos procedimentos operacionais, presentes nas práticas dos carpinteiros artesanais, a partir da divisão técnica do trabalho e do processo de qualificação profissional no trabalhador.

Já que o trabalho, segundo Marx (2013), é “determinado de forma natural e qualitativa como dispêndio da força humana [...] no sentido fisiológico e útil à reprodução social”, o homem, ao reconhecer suas próprias forças naturais e perceber que a vida depende do aprimoramento nos saberes do trabalho necessário para produzir e responder a suas necessidades, desejos e outros desafios que cotidianamente se impõem à vida, busca permanentemente adequar seus saberes, modificando suas práticas e atitudes com o intuito de intensificar a significação dos seus saberes, de dominar a ciência e o seu poder sobre a própria natureza. Dessa maneira,

A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeças e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 2013, p. 255).

Observa-se, então, que a apropriação do saber põe em destaque as ações humanas sobre o homem e sobre a própria natureza, mas também que o homem, desde sua origem, tem construído e transformado sua realidade histórica e social, a partir do aprimoramento do seu pensamento e dos seus instrumentos de trabalho, pois “A produtividade do trabalho depende não apenas da virtuosidade do trabalhador, mas também da perfeição de suas ferramentas [...] de trabalho” (MARX, 2013, p. 414), como o aprimoramento das técnicas e das formas de intervenção humana sobre a natureza e o mundo.

3.2.1 A divisão técnica do trabalho na carpintaria naval artesanal

A investigação da divisão técnica no trabalho artesanal compreende aspectos históricos relacionados à origem da carpintaria naval artesanal, mas também à organização da produção capitalista e ao processo de organização dos saberes do trabalhador, o que exige, por sua vez, a compreensão de como a divisão do trabalho e do desenvolvimento tecnológico, que demandam mudança na qualificação profissional, impactam na dinâmica do trabalho e no modo de vida dos carpinteiros artesanais.

O processo de trabalho e sua divisão nos elementos constituintes sempre foram e ainda são até hoje comuns a todos os ramos, os quais representam a primeira fase do parcelamento do trabalho, pois, conforme Braverman (1987, p. 71), “de um modo geral, não há divisão de tarefas dentro dos ofícios”, ou seja,

A divisão do trabalho na produção começa com a análise do processo de trabalho [...] isto é, com a separação do trabalho da produção em seus elementos constituintes. Mas isto, em si, não é o que enseja o trabalho parcelado. Tal análise ou separação, de fato, é característica em todo processo de trabalho organizado por trabalhadores para ajustar-se às suas próprias necessidades (BRAVERMAN, 1987, p. 74).

No entanto, o que caracteriza a divisão técnica do trabalho no modelo de produção capitalista é a possibilidade de fragmentação das atividades operacionais, haja vista que:

O trabalho pode ser dissociado, ser separado em elementos, alguns dos quais são mais simples e cada qual mais simples que o todo. Traduzindo em termos de mercado, isso significa que a força de trabalho capaz de executar o processo pode ser comprada mais barato como elementos dissociados do que como capacidade integrada num só trabalhador. (BRAVERMAN, 1987, p. 79).

Na produção artesanal da carpintaria naval, por sua vez, compreendida como um movimento dialético de construção e de reconstrução dos saberes e conhecimentos, necessários para a organização do trabalho e da vida dos artesãos, a introdução de elementos característicos da produção capitalista no trabalho artesanal, conforme relata João Pompeu, carpinteiro aposentado de 84 anos de idade, “*produz um conjunto de ações operacionais que demandam modificação nos saberes dos artesãos e nas habilidades técnicas do seu trabalho*” (Grifo nosso).

Essa produção das experiências e práticas do trabalho na carpintaria naval artesanal no distrito de Carapajó, de acordo com João Pompeu, “*é bastante antiga resultante das*

experiências do trabalho dos índios e daqueles que originaram a vida dos ribeirinhos”. E acrescenta que:

No começo, a construção das embarcações contava com uso de práticas bastante rudimentares e pouco desenvolvidas do ponto de vista técnico. Era prática de trabalho que só se fazia com a ajuda da natureza, onde se usava a quentura (o aquecimento) do sol e do fogo no preparo da madeira, o que possibilitava melhor envergamento (flexibilidade) e ajuste aos modelos (formatos) e tipos (estilos) de embarcações projetadas pelos carpinteiros. (JOÃO POMPEU).

O uso das águas também era aproveitado pelos artesãos para desenvolver atividades específicas de trabalho, coordenadas de acordo com o nível das marés, entre outras técnicas herdadas do saber indígena. Isso demonstra, então, a existência de um processo de aprimoramento dos saberes do trabalho na construção artesanal, próprio das comunidades indígenas, cujo desenvolvimento técnico contava com os recursos típicos daquele contexto natural, cultural e histórico, o que leva ao reconhecimento do índio como “carpinteiro e armador por intuição. Declaração que valida a cultura naval do caboclo” (LINS et al., 2008, p. 4).

Ao longo da história, a carpintaria naval regional constituiu-se como atividade artesanal bastante dinâmica e complexa, visto que o caráter teleológico empregado na produção das embarcações demanda processos permanentes de resignificação do saber profissional, o que permite “[...] ver a capacidade [...] do ribeirinho, no que tange à construção naval” (LINS et al., 2008, p. 4).

Tamanha complexidade no trabalho artesanal é decorrente do aprimoramento de um conjunto de saberes, experiências e práticas profissionais, que se articulam numa relação de interação entre o homem e a natureza (MARX, 2013, p. 255). Por isso, ao refletir sobre formas de aprimoramento do saberes e práticas do trabalho na carpintaria naval, desenvolvidos em articulação com os elementos da natureza, José Pantoja, artesão que trabalha há aproximadamente 45 anos como carpinteiro naval, relata que:

A carpintaria naval é uma atividade profissional que sempre foi desenvolvida nas margens dos rios. *Local que considera ideal para este tipo de atividade, pela facilidade de acesso por via fluvial tanto para realização de algumas etapas dos serviços quanto para o transporte do material necessário ao trabalho.* (Grifo nosso).

A relação do homem com o aprimoramento técnico do trabalho constitui uma necessidade permanente de adequação dos saberes e dos conhecimentos sociais na garantia da

sua existência no mundo social. Nesse sentido, “a divisão social do trabalho é aparentemente inerente característica do trabalho humano tão logo ele se converte em trabalho social, isto é, trabalho executado na sociedade e através dela” (BRAVERMAN, 1987, p. 71-72). Essa relação também se caracteriza como um princípio da “atividade humana que transforma a natureza nos bens necessários à reprodução social” (MARX, 2013, p. 123), manifestada nas diferentes formas das relações sociais entre os sujeitos.

Nessa perspectiva, ao tratar do trabalho da carpintaria na região, José Pantoja comenta que:

[...] desde o tempo da construção das grandes embarcações, até hoje em dias ainda é feito nos estaleiros que tem nas ilhas, nas vilas, no porto das cidades que fica na beira do rio. Porque na carpintaria tem alguns trabalhos que depende da maré, a água facilita encalhar o barco, calçar para fazer o trabalho pela parte de baixo. Hoje em dias, tem algumas ferramentas elétricas que não pode molhar. Pra isso, o barco tem que ficar em cima do calço, no seco, de preferência no estaleiro que é o lugar apropriado pro trabalho. (José Pantoja).

Ao tratar das experiências de trabalho que possui como carpinteiro naval, José Pantoja reflete sobre o tempo em que a construção das grandes embarcações era mais intensa nas localidades ribeirinhas; além disso, ele compara o trabalho artesanal de antigamente com o do momento atual, no que diz respeito aos procedimentos técnicos adotados nessa atividade profissional, e acrescenta que:

[...] esse tipo de prática, que, é próprio da profissão do carpinteiro, naquela época correspondia o tipo de crescimento econômico na região, isso incentivou a montagem dos estaleiros na vila e nas ilhas dos distritos, esses lugares são propícios pro trabalho da carpintaria. O aumento do comércio no interior, também dependia da construção dos barcos, por isso foi um tempo que apareceu diversas carpintarias nas comunidades ribeirinhas. (José Pantoja).

Os barcos, como observa Costa (2006), circulavam nos rios, igarapés e furos, levando as mercadorias para serem comercializadas com as populações, e isso refletia um tipo de crescimento econômico local, particular, articulado ao uso das embarcações, pois,

[...] suas relações sociais construídas por valores culturais comuns têm capacitado os moradores a organizar e desenvolver um conjunto de técnicas artesanais, bem particular dessa microrregião da Amazônia brasileira, que lhes tem permitindo sobreviver por séculos neste ecossistema (COSTA, 2006, p. 172).

Portanto, o processo de sistematização dos saberes e técnicas do trabalho na carpintaria naval é uma dinâmica construída de acordo com as mudanças que vão se dando na economia regional e que tem como propósito adequar as relações que os sujeitos constroem por meio do trabalho, visando ao aprimoramento contínuo da sua existência.

Dessa maneira, ainda no contexto de construção das grandes embarcações no distrito de Carapajó, o carpinteiro José Pantoja informou que “*diversos estaleiros se destacaram por muito tempo na construção de barcos*” (ver quadro seguinte), porém, com as mudanças ocorridas na economia regional, a dinâmica do trabalho foi se modificando “*e a construção dos barcos foi desaparecendo*”.

Quadro 2 – Quadro referente ao número de estaleiros que existiam com estimativa aproximada de trabalhadores no distrito de Carapajó, Cametá-PA (1970-2000).

Localidade	Proprietários	Nº de carpinteiros	Nº de aprendizes	Nº de calafates	Nº de aprendizes	Nº de pintores	Nº de aprendiz	Nº total de trabalhadores	Nº de barcos construídos por ano
Vila de Carapajó	Mestre Manoel Borges	10	03	06	02	03	02	26	08
Ilha Pacacanga	Mestre Antônio Assunção	06	02	04	02	01	01	21	06
Ilha Cação	Mestre Raimundo Nabiça	07	03	04	03	02	02	21	07
Ilha Capitêua	Mestre Diniz Pompeu	04	02	03	02	01	01	13	05
Ilha Itabatinga II	Mestre Leomá Pantoja	07	03	04	02	02	02	20	07
Ilha Itabatinga II	Mestre Joventino Melo	06	03	03	02	01	01	16	04
Ilha Itabatinga II	Mestre Luzinan Pantoja	07	04	03	02	02	02	20	06
Ilha Mapeuá	Mestre João Portilho	06	03	04	02	01	02	18	05
Ilha Itabatinga II	Mestre Clodovio Pompeu	05	03	02	02	01	01	14	04

Fonte: Autoria própria (2015).

Importante é destacar, no entanto, que houve, segundo Pantoja e Pinto (2012), uma redução na construção das grandes embarcações, na microrregião do Baixo Tocantins, em decorrência da redução significativa do interesse em se manter a comercialização fluvial, o que faz a carpintaria naval perder boa parte de sua importância nessa região. Além disso,

A diminuição da carpintaria dos barcos foi ocasionada por dois fatores: o primeiro está relacionado à construção da barragem de Tucuruí, que impossibilitou um percurso maior das navegações, gerando estagnação e decréscimo no intercâmbio comercial das localidades que se situam às

margens do rio. O segundo deveu-se à abertura de estradas que contribuíram para a redução na construção das embarcações, pois os veículos rodoviários ganharam a preferência no transporte de produtos e serviços que movimentam a produção e o comércio das cidades na região tocantina (PANTOJA; PINTO, 2012, p. 94).

A título de ilustração, a imagem a seguir contém um modelo de embarcação de médio porte, sobre as águas do rio Tocantins, construída por artesãos ribeirinhos no interior da microrregião do Baixo Tocantins, na Amazônia.

Figura 7 – Modelo de embarcação de médio porte construída por carpinteiros artesanais no interior da microrregião do Baixo Tocantins.



Fonte: COOTRACONAI (2014).

Em outro relato, José Pantoja comenta que, nas comunidades do distrito, ainda são feitas reformas de embarcações de médio e grande porte, porém o trabalho realizado com maior frequência é a construção de pequenas canoas motorizadas denominadas *rabetas*:

Quando é pra fazer remonte (reforma) de embarcação grande, que de vez em quando aparece, tem que se escolher uma praia bonita ou um bom lugar pra agasalhar o barco, pra fazer isso, tem que ser de acordo com a maré. E também por causa da facilidade tanto com os serviços que precisa ser feito como pra trazer o material preciso pro local de trabalho. Mas quando é pra fazer rabeta, aquelas barquinhas de três tábuas, que agora estão usando muito, pode ser feito em qualquer lugar próximo da beira do rio. (JOSÉ PANTOJA).

Nessa exposição sobre um procedimento técnico no trabalho da carpintaria artesanal, percebe-se que há preferência por pequenas embarcações, como as rabetas,⁴⁰ para uso cotidiano e familiar. Uma das consequências desse processo pode ser:

[...] o desaparecimento dos antigos modelos de barcos, que eles foram bruscamente substituídos, nos últimos anos, pelas rabetas um tipo de barco bem diferente do que tínhamos até então, na Vila de Carapajó, no município de Cametá (PANTOJA; PINTO, 2012, p. 95).

Tais mudanças, provocadas pelo sistema capitalista vigente, de acordo com Costa (2006), impõem para a sociedade e, principalmente, para os trabalhadores, uma nova postura de desenvolvimento de saberes e práticas sociais, envolvendo trabalho, cultura e economia. É possível que a preferência pela utilização das rabetas esteja relacionada ao processo de mudança cultural imposto pelo sistema à população ribeirinha, que, na medida em que incorpora outras culturas, vai negando parte de suas tradições, como as formas tradicionais de deslocamento por vias fluviais. Por isso,

Quando as famílias precisam de rabetas, elas chamam os carpinteiros pra fazer os barquinhos na casa delas, lá ele improvisa um lugar de trabalho e dependendo do serviço, ele trabalha uma, duas semanas, um mês, dois e vai passando pra outro lugar, onde precisam do ofício dele. A rabeta é um tipo de barco que não precisa de muita técnica pra fazer, é um trabalho mais simples que se faz em lugar improvisado, por isso até as carpintarias especializadas na construção dos barcos, hoje em dias, são poucas na região. Também porque agora o carpinteiro tem as ferramentas elétricas que fazem o trabalho com a mesma qualidade e segurança que se faz na carpintaria. Aquelas que ainda têm na localidade, trabalham com barco, mas também, fazem móveis, esquadilhas e outros tipos de artesanato. (JOSÉ PANTOJA).

Pelo relato do carpinteiro, percebe-se também que as relações do trabalho na carpintaria vão se modificando e adquirindo novas configurações, que caracterizam uma dinâmica de trabalho diferenciada daquela existente na construção das grandes embarcações, cuja produção demandava a existência de grandes estruturas, como as dos estaleiros, para que o trabalho pudesse ser realizado; já na dinâmica atual, conforme José Pantoja, “*não precisa de um local próprio, como a carpintaria para se construir rabetas*”.

Dois tipos de rabeta, utilizados atualmente com bastante frequência na microrregião do Baixo Tocantins e na Amazônia, são mostrados nas imagens, a seguir:

⁴⁰ Existe, segundo Silva (2009), concentração de uma categoria de transporte denominada rabeta na região, as quais são pequenas canoas motorizadas, sem nenhum tipo de cobertura e que transportam grande parte dos moradores do interior para a sede do município de Cametá-PA.

Figura 8 – Rabeta amazônica, embarcação apropriada para realizar viagens velozes.



Fonte: Arquivo da pesquisa (2014).

Com a introdução de novos instrumentos de trabalho, como os equipamentos elétricos, que surgem em decorrência das mudanças ocorridas no modelo de produção das embarcações, novos processos de aprimoramento profissional são demandados, de forma permanente, assemelhando-se aos existentes na indústria naval formal,⁴¹ referente à modernização, à estabilidade, à velocidade e à adequação ao padrão de segurança exigido pelo serviço de controle de segurança fluvial.⁴²

A indústria naval formal na Amazônia contempla, atualmente, uma adequação às necessidades do mercado, das tecnologias, da mão-de-obra e do meio ambiente, sendo promissora a sua participação no mercado da construção tanto de embarcações de transporte misto, quanto de transporte de cargas e de turismo. Além desta, há indústria naval informal, em sua maioria de reparos e manutenções navais (LINS et al., 2008, p. 7-8).

Atualmente, vem ocorrendo, de acordo com Lins et al. (2008), o crescimento da construção naval industrial profissional na região amazônica, o que tem dividido o trabalho naval em dois setores diferentes: o setor dos trabalhadores ligados ao trabalho formal, legal e tecnicamente regulamentado; e o setor dos trabalhadores da carpintaria naval regional, considerado informal, por desenvolver o trabalho de forma artesanal e pouco regulamentada, tanto do ponto de vista técnico quanto legal. Ambos os setores comportam, no entanto, atividades profissionais, cuja qualidade possui reconhecimento no mercado de trabalho, devido às especialidades que apresentam.

⁴¹ A indústria naval formal na região amazônica desenvolve atividades de construção de embarcação quase que exclusivamente em aço, alumínio e fibra, de todos os portes, com o diferencial na estrutura que possuem (LINS et al., 2008, p. 6).

⁴² A Capitania dos Portos faz a segurança da navegação, a defesa nacional, salvaguarda a vida humana e faz a prevenção da poluição dos mares (Marinha do Brasil).

Na atualidade, a construção naval na Amazônia se configura em dois setores bem distintos, os formais e os informais. Os estaleiros formais constroem em aço, alumínio e fibra, de todos os portes. [...] Já os estaleiros informais que constroem artesanalmente em madeira, possuem [...] informalidade, porém especial habilidade na construção das embarcações artesanais com notório reconhecimento internacional (LINS et al., 2008, p. 7).

Essas habilidades são, conforme se verificou, resultantes do processo de ressignificação dos saberes e das experiências do trabalho, que tornam possível o aprimoramento profissional refletido nas especialidades operacionais do trabalhador, as quais estão também relacionadas ao melhoramento do saber técnico, em articulação com os instrumentos tecnológicos introduzidos no trabalho.

Por outro lado, o processo de modernização das práticas de trabalho na construção das embarcações, decorrente da incorporação de conhecimentos e de instrumentos tecnológicos, tem “*representado possibilidades de aceleração na produção artesanal*” (JOÃO POMPEU); ademais, esse processo supõe mudanças nos saberes e nas habilidades de profissionais do trabalhador, uma vez que são instrumentos que requerem maior domínio técnico no seu manuseio, cuja assimilação nem sempre é bem sucedida por parte dos carpinteiros, ou seja,

O uso da máquina de corte de madeira apresenta muita vantagem no trabalho da carpintaria, porque ajuda a preparar a madeira num tempo bem menor e, isso faz o trabalho render. Mas também é uma prática que aumenta o risco de acidente pro trabalhador que usa a ferramenta sem dar muita importância pra instrução que diz como é pra usar o equipamento, por isso tem aqueles que preferem não mexer com máquina pra não correr o risco de se acidentar. Hoje em dias, pra diminuir esse risco, a gente divide as tarefas e deixa essa parte do trabalho que precisa do uso da ferramenta elétrica pra aqueles que estão mais preparado pra trabalhar só com as máquinas (JOÃO POMPEU).

A partir desse relato de João Pompeu, percebe-se certa divisão, na atualidade, das tarefas no trabalho da carpintaria naval, tomado por especialidades técnicas, seja como forma de aceleração da produção, seja como possibilidade de precaução a acidentes no trabalho. Isso demonstra, mesmo que de forma moderada, um processo de divisão técnica no trabalho que “[...] torna o trabalhador inapto a acompanhar qualquer processo completo de produção” (BRAVERMAN, 1987, p. 72), especializando-se apenas em determinadas operações do trabalho.

Outro elemento a ser destacado é a incorporação de máquinas elétricas para preparação e beneficiamento da madeira (matéria-prima empregada na construção das embarcações), bem como a utilização de máquinas de soldagem e de pintura, dentre outras,

introduzidas na atividade artesanal para facilitar determinadas operações profissionais, que, no período anterior ao uso dessas máquinas, segundo José Pantoja, demandavam “*maior esforço físico*”.

Além disso, José Pantoja relata que “*a redução da produção artesanal referente à carpintaria naval tem se dado devido à interferência da barragem no rio Tocantins, que fez diminuir a necessidade de construção dos barcos na região*”. Essa afirmação caracteriza uma evidência dos impactos “negativos advindos com o funcionamento da UHE Tucuruí-PA, à população ribeirinha que teve sua vida desestruturada” (COSTA, 2006, p. 179).

Portanto, esse processo de modernização, que se impõe, de modo articulado, sobre o trabalho e a vida do trabalhador, requer inovação na sua organização social e profissional, e isso tem gerado impacto na dinâmica do trabalho da carpintaria artesanal, pois a assimilação de novas técnicas resultantes da incorporação de recursos tecnológicos implica intensificação da divisão técnica no trabalho, demandando novos processos de qualificação profissional.

3.2.2 O processo de qualificação/desqualificação profissional no trabalho artesanal

A qualificação é, segundo Machado (1996, p. 15), “[...] construída socialmente e exercida pelos sujeitos, como capacidade de trabalho, no contexto das relações sociais dos processos de produção e de serviços”. Essa compreensão da qualificação, exercida como capacidade de trabalho no contexto das relações sociais, representa possibilidades de transformação na dinâmica de ressignificação e de incorporação das práticas sociais e de trabalho, pois:

A conceituação histórico-concreta torna a qualificação não como um dado, uma construção teórica acabada, mas como um processo social, através do qual se descobre não a “natureza” do que seja trabalho qualificado e desqualificado, mas a própria trama das relações técnicas e sociais presentes nos processos de trabalho (ROLLE, 1989 e VILLAVICÊNCIO, 1992) no contexto da qual se realiza ou não as potencialidades ontológicas do trabalho humano. (MACHADO, 1996, p. 15).

Ao tratar da trama das relações técnicas e sociais, presente nos processos de trabalho, enquanto possibilidade de potencialização ontológica do ser humano, Machado (1996) considera as ações de trabalho como resultado e processo, no conjunto de relações sociais e profissionais, que os sujeitos constroem para dar conta da sua existência. Nesse sentido, a trama de relações sociais gera um processo constante de definições sobre as formas de qualificação do trabalho.

Dependendo da finalidade do trabalho, engendrado no interior das relações sociais dos sujeitos, a qualificação pode convergir em processos de desqualificação profissional. Essa caracterização do processo de qualificação/desqualificação constitui, assim, uma relação de semelhança com a dinâmica de formação do trabalho, refletida nas formas de produção da realidade histórica e social dos artesãos da carpintaria naval, porque,

Apreendida no seu processo constitutivo, a dimensão da qualificação/desqualificação representa uma fundamental mediação para a compreensão das relações sociais e técnicas, capazes de explicar as circunstâncias pelas quais os indivíduos se tornam habilitados/inabilitados, aptos/inaptos, classificados/desclassificados, dignos/indignos, a merecer o reconhecimento social das suas capacidades de trabalho (MACHADO, 1996, p. 16).

A inovação e o aprimoramento das habilidades profissionais, bem como a diversificação nos estilos e na finalidade da construção das embarcações, são mediados pelo processo de qualificação dos saberes e das práticas de trabalho, dessa forma, segundo o carpinteiro José Pantoja “*para se manter a tradição da produção do trabalho artesanal e tornar possível adequação do saber necessário para a sua existência, os trabalhadores buscam ajustar seus saberes às práticas modernas de construção de embarcações*” (grifo nosso).

Por outro lado, a fusão dos saberes no trabalho da carpintaria naval com os conhecimentos tecnológicos industriais, gerados pelo desenvolvimento do capitalismo flexível,⁴³ não só tem gerado modificações da atividade artesanal, mas também tem fortemente contribuído para a desarticulação na organização do trabalho e na cultura da população ribeirinha e dos sujeitos que dependem da carpintaria como principal atividade profissional, conforme relata José Pantoja:

O trabalho de carpinteiro tem mudado bastante aqui no nosso lugar, mas tem aquelas coisas que não mudam. Pra nós, o carpinteiro bom é aquele que dá conta de fazer o trabalho completo. Nós, os trabalhadores mais maduros, somos do tempo que se aprendia fazer de tudo nos estaleiros da região. Os mestres que me ensinaram já sabiam que o trabalho de construção de barco ia diminuir na região, por causa das mudanças da modernidade, então quando conversavam com a gente, eles diziam que a gente tinha que dar conta de fazer qualquer trabalho, porque isso era uma boa garantia de trabalho pra todo carpinteiro que quisesse continuar na profissão. Era trabalho sério, a gente era tratado com respeito. Hoje em dias, a construção de barco de madeira diminuiu muito, mas ainda se faz muito barquinho,

⁴³ O capitalismo/acumulação flexível “[...] caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (HARVEY, 1992, p. 140).

esses carpinteiros mais novos, mesmo com ajuda de máquina não dão conta do trabalho que a gente faz, eles aprenderam pouco, tem pouca experiência pra isso.

Quando José Pantoja expõe a forma de como apreendeu a profissão de carpinteiro, demonstra, entre outros aspectos interligados ao ofício de trabalho, três características importantes, que se constroem por meio da relação com a atividade profissional: a primeira diz respeito ao trabalho como princípio educativo, configurado por meio do diálogo, da transmissão dos ensinamentos e das experiências profissionais, presentes na troca e na significação dos saberes, entre outras ações, que interagem e produzem processos pedagógicos próprios da carpintaria.

Esse processo, de acordo com Rugiu (1998), é um patrimônio cultural e pedagógico dotado de técnicas particulares de transmissão da cultura e dos valores humanos, em que o trabalhador, ao assumir o ofício da carpintaria como profissão, também assume sua cultura e as relações profissionais e sociais referentes à dinâmica do trabalho e da própria vida, pois:

[...] pode-se legitimamente concluir que a relação mestre-aprendiz é [...] sempre e de qualquer modo, uma educação relativamente relevante e compreensiva de procedimentos do aprendizado formal e informal, ainda mais, de socialização e de comportamentos requeridos pela classe social e pelo grupo trabalhador específico e de constituição de comportamentos típicos nas relações com a realidade cotidiana (RUGIU, 1998, p. 49).

A segunda característica se refere às experiências profissionais do carpinteiro mestre de ofício, que é um trabalhador com maior experiência profissional e administrativa, cuja preparação o destaca como responsável pela administração das atividades e dos negócios no local de trabalho. Esse carpinteiro mestre, conforme José Pantoja “*é aquele que dá conta de fazer o trabalho completo de construção das embarcações*”, “[...] por cujas mãos de passar um produto até seu acabamento final” (MARX, 2013, p. 411), caracterizando, portanto, a carpintaria naval artesanal como um modelo de produção, no qual o trabalhador pode possuir domínio de todo o processo produtivo até sua etapa final.

Por outro lado, a terceira característica se refere ao fato de que a carpintaria naval artesanal se configura atualmente também como prática de trabalho subdividido em etapas, ou seja, “[...] decompõe-se o mesmo ofício individual em [...] diversas operações particulares” (MARX, 2013, p. 413), o que impõe novas formas de exploração do trabalho, causando, segundo José Pantoja, “*mudança na produção artesanal*”.

No entanto, quando se tem um quadro de desqualificação da força de trabalho, isto não significa necessariamente, para Machado (1996), deterioração da capacidade de trabalho,

mas fragilização do poder de negociação dos trabalhadores, frente às novas condições concretas de utilização da força de trabalho. Nesse sentido, o processo de apropriação e de qualificação das experiências profissionais e dos recursos tecnológicos, que geram inovação na dinâmica de trabalho, também representa aos artesãos da carpintaria possibilidades de desenvolvimento, recriação e inovam na produção artesanal regional.

Apesar de ser necessário, “[...] avançar na compreensão da subjetividade humana, [...] enquanto possibilidade de construção histórica” (MACHADO, 1996, p. 37), no trabalho da carpintaria naval, percebemos os artesãos como sujeitos que buscam adequar seus saberes fazendo pouca resistência às mudanças impostas pelo capital, no contexto político-social, pois, segundo João Pompeu, *“estes trabalhadores podem conservar os valores que consideram mais importantes pra vida, podendo também renovar os saberes que produzem para manter as culturas e as tradições”*.

Ao comparar o passado e o momento atual, no que concerne ao desenvolvimento dos saberes e das habilidades na atividade artesanal, José Pantoja afirma que *“houve modificações na forma de construção das embarcações ocasionadas pelo uso de ferramentas elétricas no trabalho”*. Assim, para que a utilização dos equipamentos elétricos possa possibilitar aos artesãos melhor habilidade e aceleração nas operações de trabalho da carpintaria artesanal, faz-se necessário um processo constante de qualificação profissional, articulado à realidade do trabalhador, uma vez que:

A qualificação do trabalhador é feita de estados e de atos referidos ao momento e ao lugar onde ele exerce sua atividade, ou seja, a objetividade das relações, organizações, processo e instituições, uma objetividade que reage sua ação, a qual ele deve considerar, interagir, avaliar e responder. Este quadro define as condições subjetivas da produção, a dinâmica interativa nas relações de trabalho, as formas de ação e reação dos trabalhadores aos métodos de racionalização do aparelho produtivo e aos apelos de cooptação, a construção dos valores sociais presentes na noção utilizada de qualificação, as formas de essência e representação, a dinâmica conflitiva inerente à dialética entre integração objetiva e integração subjetiva, as formas possíveis de autonomia afirmativa, de autodeterminação e de ruptura em relação à lógica do trabalho abstrato (MACHADO, 1996, p. 9).

Existe, desse modo, pela mediação da qualificação do trabalho, um “processo de construção [...] social e histórico, através do qual os homens subtraem da objetividade da existência, o seu modo de ser” (MACHADO, 1996, p. 24), como o carpinteiro artesanal, trabalhador que busca cada vez mais aperfeiçoar os seus saberes e práticas, objetivando melhorar a qualidade do seu trabalho e de sua existência.

Resultante da imposição dos interesses capitalistas no contexto da carpintaria artesanal, a mudança nos saberes do trabalho produz um movimento contraditório na qualificação do trabalhador e, para que o carpinteiro possa adequar seus saberes e práticas às novas perspectivas da produção, ele precisa transformar parte dos seus saberes e técnicas de trabalho, mantendo sua dinâmica de atualização profissional.

Se, por um lado, a dinâmica de mudança no trabalho, segundo a perspectiva do capital, influencia e disponibiliza recursos tecnológicos, como possibilidade de inovação de saberes e práticas para a qualificação do trabalhador, por outro lado, a ressignificação dos saberes e experiências, na perspectiva do trabalhador, também gera um processo de qualificação no trabalho dos artesãos. Esse processo de qualificação é manifestado também nas palavras de José Pantoja:

O uso da máquina ajuda muito na construção dos barcos porque prepara mais rápido as peças de madeira (acelera o trabalho), hoje em dias tem as máquinas de corte de madeira, tem furador de madeira de todo tipo, tem a lixadeira elétrica que dá o acabamento. Mas é preciso muita habilidade no uso dessas ferramentas por causa dos acidentes. Primeiro, tem que se aprender lidar com ela, ver o risco que a gente corre trabalhando com ela, até se acostumar, depois o carpinteiro vai pegando a prática.

Essas habilidades são adquiridas por meio de processos formativos, articulados com as experiências profissionais e com as formas de organização do trabalho, o que tem produzido, de acordo com João Pompeu, “*novos saberes e práticas no trabalho da carpintaria*”, uma vez que as “[...] inovações tecnológicas alteram os processos de produção, porque mudam os meios de trabalho, estes se tornam mais simples ou mais complexos e [...] são exigidas competências correspondentes do trabalhador.” (MACHADO, 1996, p. 15-16).

Toda essa modernização do conhecimento técnico e científico, desenvolvida na microrregião, segundo a perspectiva do capital, impõe à população ribeirinha outra dinâmica na produção das relações sociais, do trabalho e da existência humana. Por conseguinte, a introdução de recursos tecnológicos característicos do modelo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que ajuda na qualidade e no aceleração do trabalho artesanal da carpintaria naval, também produz alteração nos saberes e no modo de vida dos artesãos.

Constituindo uma dinâmica permanente de adequação das experiências e das práticas profissionais, o processo de qualificação dos saberes do trabalho busca melhorar as relações que moldam o trabalho (MACHADO, 1996) e se dá por meio de processos de qualificação e de desqualificação, no conjunto das experiências e práticas profissionais integradas a valores culturais, sociais e históricos, que produzem a existência humana e a realidade de cada sujeito.

Trata-se de um movimento articulado de acordo com a realidade social e histórica do trabalhador, qualificando-o, por um lado, para a realização de determinadas funções de trabalho, mas, por outro lado, desqualificando-o, pois o trabalho possibilita processos contínuos de inovação, no qual são negados saberes e práticas tradicionais de trabalhadores, em função da construção de culturas que respondem a perspectivas capitalistas articuladas com o contexto político-social desses sujeitos.

3.3 DIMENSÃO POLÍTICA

Esta seção apresenta um estudo da categoria intitulada *dimensão política* nos saberes do trabalho na carpintaria naval artesanal, com uma reflexão sobre a formação da identidade profissional dos trabalhadores, a formação da consciência de classe e a convivência ribeirinha, enquanto subcategorias, a fim de compreender as relações políticas, econômicas e sociais que configuram os saberes do trabalho e o modo de vida dos carpinteiros artesanais no contexto regional ribeirinho do Baixo Tocantins.

A expressão política a que este estudo se refere não trata, de forma restrita, do sentido político, relativo ao poder partidário, embora se compreenda que esta seja uma das dimensões que constitui o conjunto de saberes e conhecimentos necessários para o convívio dos trabalhadores artesanais. Refere-se, portanto, mais especificamente ao desenvolvimento dos valores e da atitude humana, “como produto da consciência” (VÁZQUEZ, 1977, p. 189), construída de modo coerente com a realidade social, significando ainda o poder de se tomar decisões, em processo de debate e de interação entre os sujeitos.

No contexto da carpintaria, o conjunto de saberes que configura a dimensão política, do ponto de vista do carpinteiro Jorge Alves, “*se constrói por muitos sujeitos no cotidiano do trabalho artesanal*”, caracterizando-se como produto e processo na articulação do trabalho, sempre vinculado ao universo natural e cultural. Desse modo, com a finalidade atender a necessidades e aspirações do conjunto das pessoas nas relações sociais, “o saber humano em seu conjunto integra-se na dupla e infinita tarefa do homem de transformar a natureza exterior e sua própria natureza.” (VÁZQUEZ, 1977, p. 192).

É o homem, no conjunto de suas relações, unindo-se a outras pessoas, para somar esforços, saberes e práticas sociais, a fim de desenvolver as ações humanas. Disso decorre a dimensão política, enquanto característica profunda e coerente à própria existência do “homem como um ser social” (VÁZQUEZ, 1977, p. 195). Manifestando-se como ato de

negociação entre os sujeitos, relaciona diálogos, discussões, ideais, liberdades, educação, entre outros aspectos da vida, porque, no trabalho da carpintaria,

A negociação política está presente nas formas de organização do trabalho, através dela às vezes se tomam decisões no grupo dos trabalhadores. Também tem decisão mais particular que depende da vontade de cada trabalhador, isso vai da cabeça de cada um. Mesmo assim, com todas as diferenças, a gente sempre busca escolher aquelas decisões que atendem o bem comum da maioria. (JORGE ALVES).

Um dos elementos fundamentais à vida dos sujeitos é a liberdade, que inspira a esperança, a luta, a participação e o engajamento na sociedade, movimentando-os para a mudança. Por isso, tanto o trabalho, dependendo da sua finalidade, pode possibilitar aos sujeitos formação e adequação na sua qualidade de vida e no seu processo de organização social, quanto a educação “pode servir à criação da igualdade entre os homens e à pregação da liberdade...” (BRANDÃO, 2007, p. 103).

Todavia, como “uma das consequências do atual estágio do capitalismo é a perda dos direitos” (BOGO, 2008, p. 16), controlam-se os meios de produção e as ações profissionais refletidas no comportamento dos trabalhadores, dentro e fora do trabalho, o que provoca a restrição da liberdade e leva, por consequência, os sujeitos a situações de precariedade, manifestadas nas formas de produção do trabalho e na vida.

A partir do momento em que o trabalhador percebe a condição social que ele vivencia no âmbito do trabalho, resultante das relações sociais apreendidas pelo capital, como “*a diminuição na atividade artesanal da carpintaria naval no distrito de Carapajó*”, conforme relato feito por Jorge Alves, corrobora-se para que o sujeito se identifique por intermédio de relações de convivência, social e histórica, semelhantes com as dos demais trabalhadores de outras categorias profissionais, porque “[...] é neste sentido que se torna importante compreender e ampliar o conteúdo do conceito de identidade.” (BOGO, 2008, p. 18).

3.3.1 A formação da identidade profissional

O fortalecimento das identidades profissionais possibilita melhor organização do trabalho e contribui para a formação do trabalhador, pois, no momento em que este soma novos saberes e novos conhecimentos às experiências que possui, tem oportunidade de refletir melhor sobre sua condição social e histórica, podendo criar identidades culturais locais que

resistam e defendam os seus interesses “para não se tornarem o seu oposto” (BOGO, 2008, p. 19).

Essa contradição, presente na articulação da relação entre capital e trabalho, permite compreender, por um lado, as estratégias de afirmação de “uma identidade [...] imposta pelo mercado imperial” (BOGO, 2008, p. 19) e, por outro, possibilita as condições necessárias para fortalecer as identidades dos trabalhadores e a sistematização dos seus saberes para se contrapor à realidade que a eles se impõe.

Logo, identidade, segundo Bogo (2008), consiste na relação da luta por resistência com a identidade no projeto de classe, interligado à solução de problemas imediatos à transformação das estruturas políticas, em que todas as carências de todos os que sofrem serão sanadas. A isso se relaciona a análise feita sobre os elementos sociais que negam ou que constituem a formação das identidades políticas e profissionais materializadas no trabalho, articulado, por sua vez, aos saberes dos artesãos da carpintaria naval regional, na relação educativa que esses trabalhadores estabelecem por meio trabalho. Por isso,

As raízes da identidade revolucionária, seguindo a lei da negação da negação, enquanto avança, mantém a mesma resistência contra as raízes da contrarrevolução, embora precisemos retirar-lhes o limo do tempo, fortalecê-la pelo estudo, pela força da juventude organizada e por todas as forças sociais de oposição, que reinventam os próprios meios de luta, dando-lhes características atuais do novo projeto revolucionário (BOGO, 2008, p. 20).

Desse modo, a ressignificação dos saberes e práticas, resultantes das experiências que nascem da ação dos sujeitos com o trabalho, possibilita a construção de identidades, por meio de relações de semelhança, referentes à condição social que muitos vivenciam e, uma vez que o capital não se detém diante de sentimentos ou valores humanitários (BOGO, 2008, p. 101), essa construção pode contribuir para fortalecer um processo de luta e de resistência contra-hegemônica.

Essa identificação também acontece mesmo entre trabalhadores artesanais, que possuem perspectivas profissionais e sociais diferenciadas por se sentirem igualmente afetados pelas ações capitalistas, que impactam as relações desses sujeitos, negando os saberes tradicionais das suas relações no trabalho, na cultura e no modo de vida. Por isso, a construção das identidades, “na atualidade, deve perseguir um projeto, em negação do projeto dominante e, sem ignorá-lo, ultrapassar os limites por ele impostos” (BOGO, 2008, p. 119).

São as experiências resultantes das ações conjuntas dos trabalhadores que, para Arroyo (2002), geram processos de identificação e de ressignificação na formação dos

sujeitos. Esses processos contribuem na formação política dos trabalhadores que, ao agirem conjuntamente, criam e recriam estratégias políticas, cooperando mutuamente para o seu fortalecimento, conforme relata Jorge Alves:

Muito do que é feito pela melhoria do trabalho, também é resultado da discussão que nós fazemos no grupo dos trabalhadores. Isso tem sido importante na carpintaria, porque ajuda na troca de experiências. Aqui na localidade tem carpinteiro que não pratica mais o ofício, uns mudaram de profissão, outros já estão aposentados, mas nós sempre mantemos uma ligação com eles. Esses carpinteiros têm muita experiência, isso tem nos ajudado na formação do carpinteiro mais novo, quando a gente precisa de uma opinião sobre alguma dificuldade que aparece no trabalho, a experiência deles nos ajuda a resolver, com isso, a gente vai ganhando prática e experiência de trabalho.

Portanto, o processo de produção-formação, vinculado ao trabalho da carpintaria, produz identificação profissional, como possibilidade de fortalecimento do trabalhador, pois, na troca das experiências de trabalho, os saberes se somam e dão origem às inovações. Dessa maneira, ao problematizar a contradição nas formas de educação, constituídas como processo de negação ou de afirmação do saber, da identidade e da cultura, Arroyo (2002) defende o direito à educação, enquanto processo de produção-formação na construção da identidade de classe, ou seja,

Defender o direito dos trabalhadores a uma educação é uma proposta mais radical do que apenas defender escola para todos. A distinção entre educação, entendida enquanto instrução, e de educação entendida enquanto produção-formação de homens, na construção de identidade de uma classe é uma discussão que vai além de uma pura diferença nominal e encontra uma longa e tensa tradução teórica e prática. Entre nós a negação da escola ao povo faz parte não apenas de uma negação dos instrumentos básicos transmitidos pela escola, mas da negação do direito das classes trabalhadoras a educação e a formação da cultura e identidade enquanto classe (ARROYO, 2002, p. 77).

Defender o direito à educação entre trabalhadores, enquanto um processo de produção-formação dos homens, visando à afirmação das identidades da classe trabalhadora e da cultura do saber, para além da educação escolar, com vista à sua emancipação social, torna-se, conforme analisa Arroyo (2002, p. 77), uma proposta radical de construção de uma sociedade alternativa, já que “questiona e desafia as práticas e concepções hegemônicas”. Por outro lado,

[...] o direito à educação, o avanço das classes trabalhadoras na formação do saber, da cultura e da identidade de classe continuam sendo sistematicamente negados, reprimidos e, enquanto possível, desestruturados, por serem

radicalmente antagônicos ao movimento do capital [...]. É a esse processo educativo que a burguesia e o seu Estado reagem, tentam negá-lo, desarticulá-lo, confundi-lo. As formas são as mais variadas como a negação de uma base material para uma vida humana, o excesso de trabalho extenuante, as péssimas condições materiais de existência, a negação de tempos e espaços culturais e educativos, a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, a negação do direito a pensar, a articular-se e expressar suas concepções sobre o real e sobre suas formas de transformá-los (ARROYO, 2002, p. 78-79).

A negação do direito à educação, conforme expõe Arroyo (2002), caracteriza a criação de uma barreira à frente de toda e qualquer tomada de atitude dos trabalhadores no sentido contra-hegemônico. Além disso, a negação do direito à formação também tem servido como garantia de prevenção à reprodução do sistema, à medida que contribui para desarticular ou inviabilizar as possibilidades de manifestação de qualquer grupo de sujeitos que questione a dinâmica de desenvolvimento do capital.

Essa estratégia de desarticulação dos saberes, elaborada pelo capital, se manifesta também como processo de negação dos saberes na atividade da carpintaria, conforme observamos no relato a seguir:

Nós da carpintaria naval nos identificamos como uma categoria profissional bem diversificada porque é formada pelos carpinteiros, por calafates, pintores de barco e outros profissionais que aparece pra cuidar da parte elétrica, da mecânica. Só que nesse trabalho, a gente está sempre procurando aprender coisas novas, porque muito do que a gente sabe do trabalho, hoje em dias já não se pratica mais, então a gente procura acompanhar o que a modernidade vai fazendo (JORGE ALVES).

Duas informações importantes referentes à manifestação dos saberes do trabalho na carpintaria podem ser extraídas dessa exposição do carpinteiro Jorge Alves. A primeira informação diz respeito ao processo de negação de determinados saberes e práticas de trabalho, que vão se extinguindo em razão da construção de novos saberes e habilidades acrescentados com os novos conhecimentos e recursos tecnológicos no trabalho.

A segunda informação está relacionada ao processo de formação das identidades profissionais, compreendida por Jorge Alves como categoria resultante de um processo de integração de atividades profissionais diferenciadas. Essa integração dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que possibilita troca de saberes e de experiências profissionais, soma na construção de novos saberes, vinculados ao trabalho e à vida dos carpinteiros.

Por isso, a construção das identidades faz mediação nos processos formativos vinculados ao trabalho, “enquanto atividade transformadora” (VÁSQUEZ, 1997, p. 208),

podendo contribuir na organização de um projeto alternativo de sociedade, que permita a afirmação dos saberes dos trabalhadores, a formação da identidade cultural, “a educação no sentido amplo” e a formação da classe trabalhadora, no sentido de “avançar em direção à emancipação humana” (BOGO, 2008, p. 13), pois,

Na variedade das lutas populares podemos perceber não apenas um movimento em prol da participação nos bens sociais, econômicos e culturais produzidos na sociedade capitalista, mas um movimento social para a construção de uma sociedade alternativa. Esse movimento, enquanto práxis social, traz em si uma revolução no saber, no reconhecer-se, educar-se e formar-se das classes. Essas diferentes lutas educam as classes trabalhadoras, redefinem sua visão do social. No mesmo movimento global no que refazem o social se fazem como sujeitos sociais conscientes com identidade coletiva. Não se trata de um movimento espontâneo, nem de uma relação automática entre pensamento e ser, eles estão diferenciados e ao mesmo tempo em unidade um com o outro, são momentos de um todo único e articulado. A produção do saber e da cultura é um momento dessa práxis social, enquanto fazer humano de classes sociais contraditórias. No permanente movimento social pela construção de uma sociedade alternativa, vão se construindo um conjunto de práticas e de concepções sobre o todo social que questiona e desafia as práticas e concepções hegemônicas (ARROYO, 2002, p. 79).

No trabalho artesanal, vinculado à esfera da carpintaria naval, referente à construção das embarcações há um processo de identificação profissional que se articula envolvendo trabalhadores de diversas atividades, como os carpinteiros, os calafates, os pintores, dentre outros, que, ao interagirem com o trabalho, formam a categoria dos profissionais da carpintaria artesanal regional. O reconhecimento dessa condição social que vivenciam, interligado à dinâmica de formação das identidades profissionais, leva, então, os sujeitos a constituírem perspectivas individuais e coletivas, refletidas tanto no trabalho quanto no social, tendo por finalidade a adequação dos saberes para dar conta da vida.

3.3.2 A formação da consciência de classe

A (res)significação nos saberes no trabalho artesanal da carpintaria naval, resultante do movimento contraditório existente nas formas de articulação do saber profissional, contribui no processo de conscientização e na formação de atitude política do trabalhador. Nesse sentido, Brandão (2007, p. 84) afirma que “nada se faz entre os homens sem a consciência e o trabalho dos homens, e tudo que tem o poder de alterar a qualidade da consciência e do trabalho tem o poder de participar de sua *práxis* e de ser parte dela”.

A consciência, por sua vez, é aqui definida, segundo Iasi (2006), como um movimento, um fluir, no qual encontra diferentes mediações que se expressam em diferentes formas e em constante mutação, para demonstrar como a negação e o consentimento coexistem, enquanto possibilidades concretas para a classe trabalhadora no Brasil. Disso decorre a ideia de consciência de classe, que:

[...] surge inicialmente como “consciência social herdada, inercial, resultante de certa ordem social de relações que se instituíram sob a forma de valores, juízos, concepções de mundo partilhada por aqueles que convivem numa certa época” [...]. A singularidade própria a cada consciência cristaliza-se ainda mais na peculiaridade de seus desdobramentos, no modo como ela age e reage diante da conformação social do mundo. Afinal, os seres humanos [...] não encaram o mundo apenas como uma configuração preexistente, mas como um “projeto” (IASI, 2006, p. 12).

O movimento da consciência está relacionado, de acordo com Iasi (2006), ao modo de organização do poder político econômico na sociedade, mas também reflete o modo pelo qual os sujeitos se percebem e atuam no seu contexto histórico e cultural. Já no contexto político-social, que configura a vivência do conjunto de profissionais que constituem o trabalho na carpintaria regional, percebe-se, entre outros aspectos, um movimento dialético na articulação da “consciência de classe em si na luta pela afirmação de seus direitos e necessidades” (IASI, 200, p. 16-17), conforme o exposto a seguir:

Nós, os trabalhadores aqui na localidade, que temos a carpintaria como profissão há muitos anos, somos cientes das mudanças no trabalho. A gente sabe porque isso acontece, então procuramos continuar o trabalho aqui na localidade e nos outros lugares também, é o que a gente sabe fazer pra se manter (MARÇAL NERY).

Esse grupo de trabalhadores, identificado na exposição do carpinteiro construtor de embarcações Marçal Nery, com 35 anos de experiência profissional, busca adequar os saberes e as práticas profissionais, que tomam como ideal individual e coletivo para dar conta da vida, apresentando, todavia, pouca resistência em contraposição ao “mundo, que a sociedade capitalista continua produzindo.” (IASI, 2006, p. 16).

O capitalismo, aliás, a partir de uma dinâmica de reestruturação econômica, molda os sujeitos pela consciência, controlando suas ações e seu modo de vida. Essas estratégias impõem novas exigências à classe trabalhadora, que a cada momento se vê na condição de refletir sobre o movimento contraditório que envolve o processo de conscientização dos sujeitos nos desafios impostos pelo capital. Logo,

A grande polêmica que envolve esse tema diz respeito à característica da consciência da classe dos trabalhadores como consciência de acomodação à ordem social estabelecida, ou, ao contrário, como negação da ordem, apontando para a transformação social. [...] Desde a formação da consciência nos indivíduos moldados por uma determinada forma social estabelecida, já se manifesta o caráter de síntese de muitas determinações, tanto objetivas como subjetivas, cujo resultado são os diferentes momentos da consciência como senso comum dos indivíduos serializados, como revolta diante das injustiças e contradições que cada um enfrenta no curso de sua vida, como identidade grupal que se forma quando em determinadas situações conseguimos ver no outro nossas próprias dores e esperanças, como consciência de classe em si na luta pela afirmação de seus direitos e necessidades, até a possibilidade de expressão como consciência de classe para si, que afirma um projeto histórico com autonomia e independência (IASI, 2006, p. 16-17).

Como o movimento de tomada da consciência se manifesta de formas diferentes, dependendo da expectativa que cada sujeito ou grupo de sujeitos atribui a ela, a partir de uma perspectiva de vida e de determinada realidade social, ele revela-se dinâmico e marcado por contradições, e, dependendo da maneira como é conduzido, pode servir tanto para emancipar sujeitos, trabalhadores, grupos ou classe de trabalhadores, como pode, contrariamente, ser usado para reprodução e manutenção do sistema, haja vista que:

As mutações da consciência fazem com que muitos considerem cada um de seus momentos como formas definitivas, de maneira que, para alguns, a consciência dos trabalhadores está condenada ao senso comum, ou, para outros, destinada inevitavelmente a expressar uma consciência revolucionária (IASI, 2006, p. 17).

Tal contradição, presente no movimento da consciência dos sujeitos, pode, por um lado, produzir a emancipação política e social, mas, por outro, pode significar possibilidade de alienação dos indivíduos para reprodução e preservação do sistema capitalista. Essa contradição é predominante nas ações capitalistas impostas, de forma unilateralizada sobre a produção artesanal, manifestada também nas atitudes dos trabalhadores da carpintaria naval desenvolvida no distrito de Carapajó, o que reflete na organização do trabalho e no modo de vida daqueles sujeitos, como se percebe no seguinte relato:

Hoje em dias o trabalho da carpintaria naval diminuiu muito aqui pra nós por causa da abertura da estrada (PA-151). Antes os comerciantes abasteciam as embarcações e iam fazendo negócios nos lugares onde dava pra ir viajando de barco. Esses barcos eram feitos nos estaleiros daqui da região. Agora se chega em qualquer cidade por estradas e os barcos perderam a preferência pro transporte nas rodovias. Nós temos aqui também o Porto da Balsa, onde quase toda hora embarca e desembarca os passageiros que viajam nas

empresas de ônibus, por aí também passam os carros que fazem viagens particulares, esse porto liga a Vila de Carapajó à Capital do Estado e leva as pessoas pra todo lugar. Essas empresas de linha de viagem não usam barco de madeira pra fazer a travessia pra Cametá porque a viagem é mais demorada. Elas trabalham com lanchas de alumínio que são mais velozes, isso faz o passageiro viajar mais rápido. Por isso já não se tem mais interesse em fazer embarcação grande em madeira como se fazia antes (JORGE ALVES).

Ora, o aprimoramento no sistema de transporte, tanto rodoviário quanto fluvial, possibilitado pelo avanço tecnológico, tem contribuído para a redução da atividade artesanal da carpintaria naval na microrregião e, de um modo particular, no distrito de Carapajó. Esse fator está diretamente relacionado à articulação do desenvolvimento econômico na região, que prevê, entre outros aspectos, a integração desse distrito ao sistema de rodovias do Estado, e, portanto, submetendo esse espaço ao processo de intervenção do capital.

Um fato decorrente dessa lógica é o de que as empresas de linha de viagem não utilizam embarcações construídas em madeira, devido à demanda de tempo ser maior para os seus viajantes; por isso, essas empresas instaladas na região trabalham com lanchas construídas em alumínio, por serem elas mais velozes, o que torna as viagens mais aceleradas, tanto do ponto de vista da velocidade, quanto do ponto de vista da ordem cronológica, tornando-se, assim, mais atrativas para aqueles que precisam se deslocar por meio de embarcações.

Essas embarcações, por sua vez, são construídas por empresas instaladas fora da região e que dispõem de uma maior diversidade de recursos tecnológicos, como máquinas de corte e soldagem de chapas de metais, além de materiais para revestimentos em madeiras, fibras, vidros, dentre outros, utilizados na construção de certos tipos de embarcação. Isso tem gerado um processo de diminuição da atividade profissional, vinculado à esfera da carpintaria, na medida em que reduz o interesse em se construir embarcações no estilo artesanal, negando, assim, saberes e práticas tradicionais de trabalho.

Nesse processo de negação dos saberes e de práticas do trabalho artesanal, o que é tradicional passa a ser visto como ultrapassado, sob a ótica capitalista, que atualmente configura o aceleramento da produção, tomando como auxílio os recursos tecnológicos e os saberes do trabalho em articulação com os conhecimentos que a ciência dispõe.

O processo de conscientização dos trabalhadores enquanto classe constitui-se, nesse contexto, também em função das determinações políticas, econômicas e culturais, impostas pelo próprio sistema, pois, à medida que as mudanças vão acontecendo no trabalho da

carpintaria, os artesãos, na sua maioria, conforme Jorge Alves, vão “*tomando conhecimentos que tais mudanças são resultantes do processo de modernização do conjunto de aspectos políticos, econômicos e culturais que produzem a vida no contexto social*” (grifo nosso).

Figura 9 – Lancha construída em alumínio para transporte de passageiros.



Fonte: Arquivos da pesquisa (2014).

Completando o seu relato, o carpinteiro Jorge Alves, com 39 anos de profissão, proprietário de estaleiro, afirma que “*isso tem sido aceito pelos trabalhadores da carpintaria artesanal quase que sem questionamentos*”, o que demonstra a existência, entre esses trabalhadores, de uma consciência de que a prática de construção das embarcações tem perdido espaço para outras formas de produção organizadas pelo capital.

Como uma sociedade, segundo Marx e Engels (2013), se molda pelo modo dominante de produção e de suas relações, é compreensível que as ações de muitos carpinteiros busquem adequar seus saberes e práticas, sem manifestar resistência, no sentido contra-hegemônico, mas sim como uma possível forma de construção da vida que levam como sujeitos integrados no interior das relações da produção capitalista.

Então, para que ocorra a resistência e a luta de classe, que são apontadas por Marx (2013), como possíveis elementos de transformação, deve haver esforço próprio e atitude de forma individual e coletiva, para que possam ser tomadas decisões políticas e sociais coerentes com a realidade dos sujeitos. Nesse sentido, o fortalecimento profissional potencializa os saberes daqueles que lutam pela melhoria da sua condição social.

Já o movimento da consciência, resultante das práticas estabelecidas pela relação dos sujeitos com o trabalho, bem como a sistematização dos saberes e dos conhecimentos que tomam como forma de identificação profissional, contribuem para revelar formas de significação de saberes e de experiências, como possibilidades de fortalecimento do trabalhador.

Portanto, o fortalecimento profissional do trabalhador significa, também, o amadurecimento de sua consciência política e são esses aspectos da formação humana, relativos ao trabalho e ao engajamento político e social, quando incorporados pelos trabalhadores, que produzem formação de atitude no processo de luta e de resistência contra-hegemônico.

3.3.3 A convivência ribeirinha

Essa seção apresenta os resultados obtidos na pesquisa de campo de um estudo inicial sobre a carpintaria naval artesanal, a partir dos quais foi feita a reflexão sobre as mudanças políticas e sociais que contribuíram para a alteração no modo de vida e na tradição cultural de grupos ribeirinhos na região do Baixo Tocantins, com impactos nos saberes do trabalho na carpintaria naval. Essas alterações estão relacionadas com os impactos sociais e ambientais, decorrentes da implantação UHE de Tucuruí.

Com o estudo inicial, referente ao trabalho da carpintaria naval na microrregião do Baixo Tocantins, foram feitas entrevistas com três carpinteiros profissionais, todos pertencentes ao ofício da carpintaria naval artesanal no distrito de Carapajó, Cametá-PA. Esses trabalhadores ajudaram a construir um contexto político, social e histórico, a partir do desenvolvimento dos saberes e das experiências construídas por meio do trabalho artesanal. Tal contexto constitui um universo de valores, hábitos e atitudes, diretamente relacionado às atividades ligadas ao rio, ao extrativismo, à produção artesanal, e configura formas de organização específicas, presentes no contexto social comunitário ribeirinho, pois,

[...] o tempo e o espaço que instituem cada *lugar* determinam os termos e o tipo de conhecimentos produzido; os jeitos de organizar, categorizar, explicar, validar e legitimar conhecimentos e, por consequência, contribuir para o protagonismo (ou não) daqueles e daquelas que vivem do trabalho e promove o modo específico de estar no mundo (FISCHER, 2003, p. 65).

Ao tratar da legitimação de saberes de homens e mulheres que vivem do trabalho, enquanto prática de sistematização de conhecimentos, Fischer (2003) considera fundamental compreender como a relação da organização do contexto político-social contribui para

fortalecer o protagonismo dos sujeitos nos espaços onde convivem. Nesse sentido, cada trabalhador relatou, ao ser entrevistado, sua visão de mundo relacionada às práticas sociais e às experiências de trabalho, ou mais especificamente, a aspectos como trabalho, saberes, relação social e modos de vida específica da vivência ribeirinha, que contribuíram para melhor compreensão do sentido dos saberes no trabalho da carpintaria naval artesanal.

Esses trabalhadores nasceram no interior do município de Cametá, região das ilhas, no Baixo Tocantins, onde construíram casas, formaram famílias e sobreviveram por muito tempo praticando a carpintaria naval e desenvolvendo atividades relacionadas à agricultura e à pesca artesanal.

No entanto, muitos desses carpinteiros, ao terem alteradas as formas de produção do trabalho, consequência direta da implantação do projeto energético da UHE, no município de Tucuruí-PA, passaram a ter uma dificuldade significativa para a manutenção da vida de suas famílias nas comunidades ribeirinhas (cf. COSTA, 2006). Dificuldades estas que foram constatadas a partir da análise do relato de trabalhadores que, no decorrer das entrevistas, afirmavam haver redução na geração da renda familiar, no pescado e nas atividades ligadas à carpintaria e à agricultura em seu espaço ribeirinho.

Os relatos das entrevistas possibilitaram, desse modo, a compreensão de que os carpinteiros navais são bem mais do que apenas trabalhadores artesanais construtores de embarcação, pois eles exercem outras atividades que auxiliam a manutenção da vida de suas famílias, tais como: construção de casas em madeira, agricultura, pescaria artesanal com associação em colônias, entre outras profissões.

As mudanças apontadas por Costa (2006) demonstram alterações ocorridas no modo de vida ribeirinho e são indícios dos impactos negativos da UHE de Tucuruí na organização do trabalho desses trabalhadores; e foram, contraditoriamente, essas mesmas mudanças que alimentaram sonhos, objetivos e esperanças de dias melhores para a família de cada um dos sujeitos entrevistados. Ou seja, existia um ideal de mudança para muitas famílias ribeirinhas, que, de alguma forma, tiveram seu modo de vida afetado pelas alterações decorrentes do avanço tecnológico, representado, no contexto local, pelo projeto energético de Tucuruí-PA, o que tem gerado desarticulação social, política, econômica e cultural para essa população, sendo que “[...] isso aparece de forma clara no caso do Baixo Tocantins” (COSTA, 2006, p. 168).

O primeiro entrevistado, o senhor Francisco Lopes, 75 anos, trabalhou como carpinteiro naval durante as décadas de 1960 e 1970, na vila de Carapajó, Cametá-PA,

período em que concluiu a construção da sua própria embarcação e passou a viajar por conta própria, transportando fretes e passageiros, num trecho do rio Tocantins que interligava o município de Cametá a cidade de Marabá.

Atualmente, como ex-viajante fluvial, habilitado como condutor de embarcação de médio porte na região do Baixo Tocantins, Francisco Lopes relatou as mudanças culturais ocorridas desde o período antecedente até o momento posterior em que se deu a conclusão das etapas do projeto de construção da Hidrelétrica de Tucuruí, relacionando as alterações no trabalho da carpintaria no contexto dos dias de hoje.

Nessa dinâmica do trabalho, configuram-se processos de produção de saberes e experiências mediados por relações sociais humanas, de forma local e universalizada, porque, segundo Marx (2013, p. 258), “No processo de trabalho, [...] a atividade do homem opera uma transformação do objeto do trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início”.

Quando sistematizados, de modo coerente com a realidade social, os saberes e as experiências podem, assim, contribuir para o fortalecimento profissional e político dos sujeitos, pois, “[...] é possível realizar processos de sistematização de experiências mais localizadas [...] com um impacto social potencialmente maior” (FISCHER, 2003, p. 66), para que os trabalhadores possam dar conta do aprimoramento, de modo permanente da sua existência.

Conforme discussão anterior, a relação social e histórica que configura a convivência profissional na carpintaria naval artesanal produz uma dinâmica educativa, articulada ao trabalho, por meio da qual os trabalhadores podem adquirir fortalecimento profissional e político, socializando suas experiências e reconstruindo seus saberes.

Eles podem ainda potencializar suas práticas sociais, dando consistência na dinâmica de sistematização das experiências e na ressignificação do saberes sociais que constroem, como possibilidade de “[...] apoderamento por aqueles e aquelas que ‘vivem do trabalho’ no sentido de reforçar o seu *protagonismo* em todas as esferas em que atuam e vivem e... sobrevivem” (FISCHER, 2003, p. 64), porque:

Homens e mulheres produzem a existência, situados, contextualizados. No entanto, na árdua luta por se tornarem mais sujeitos, necessitam reconhecer-se e identifica-se como sujeitos de práxis. E, nesse movimento vivo, travam uma luta no processo cotidiano de coisificação, na dolorosa experiência de aprofundamento de universalização da mercantilização de tudo e de todos. No entanto, ao mesmo tempo, a capacidade humana de se desacomodar e fazer frente ao assujeitamento, manifestar-se, embora também se esconda, na sua relação com o trabalho e, mais amplamente, nos *processos de produção*

da existência [...]. Acredito que estamos todas e todos envolvidos de diferentes formas num momento crítico no que diz respeito à produção e uso dos conhecimentos e dos saberes em que os territórios e as fronteiras, onde se movem os sujeitos, não estão claros [...]. A clareza e o reconhecimento dessas determinações legitimam e permitem a interlocução e a negociação entre os sujeitos identificados e identificáveis. E, acredito, permitem também a validação e a legitimação de saberes que impliquem a constituição do protagonismo dos sujeitos (FISCHER, 2003, p. 72).

Para tratar da produção da existência dos homens e das mulheres, Fischer (2003) acredita ser necessário haver identificação e reconhecimento dos trabalhadores e trabalhadoras como sujeitos de práxis, mas também que a sistematização dos saberes e experiências, desenvolvidas por meio do trabalho, contribuam para intensificar a interlocução das identidades dos trabalhadores e trabalhadoras, permitindo-lhes legitimar os saberes e potencializar a possibilidade de construção do protagonismo de modo contextualizado.

Dessa maneira, os trabalhadores da carpintaria naval são protagonistas de uma história de legitimação de saberes e práticas de trabalho, que, mesmo estando interligada à organização do sistema produtivo capitalista, segundo Francisco Lopes,

Também atente aos interesses políticos e sociais dos artesãos, visto que, é uma atividade profissional que tem contribuído no desenvolvimento do distrito e na microrregião se fazendo presente na vida de muitos trabalhadores transcendendo diversas gerações e consubstanciando a sobrevivência das famílias (Grifos nossos).

Até mesmo as contradições geradas pela imposição do sistema capitalista podem, segundo Costa (2006), contribuir para o fortalecimento profissional e político dos trabalhadores, pois, à medida que esses sujeitos refletem sobre a condição social que vivenciam, podem criar novas formas de organização e de sistematização dos seus saberes e práticas, de acordo com suas perspectivas, para que possam dar conta de sua realidade.

No entanto, ao refletir sobre a influência política e econômica do sistema capitalista, articulada no interior das relações sociais construídas pelos grupos ribeirinhos, Francisco Lopes considera que, no trabalho de construção das embarcações, “os carpinteiros reconhecem que são afetados com a diminuição do trabalho, mas não existe entre os trabalhadores, uma organização política” em termos de mudança social, somente aquela impulsionada pelo próprio capital:

A carpintaria era um trabalho muito praticado no interior cametaense, tinha estaleiro grande em muitas comunidades. A construção dos barcos foi maior durante da década de 1950, até a virada do século XX. Durante os anos de 60, 70, até a década de 80, as localidades onde mais trabalhavam com esse

tipo de atividade foi os estaleiros que tinha no distrito de Carapajó, da cidade de Cametá, porque lá tinha estaleiro registrado como firma. E o estaleiro de Santana, uma comunidade ribeirinha que pertence pra cidade de Mocajuba. Lá se fazia todo tipo de embarcação, muito iate, muito marabaense. Isso ajudou muito no desenvolvimento da região e das famílias que dependiam desse trabalho. Depois, as coisas foram mudando, o trabalho com os barcos também foi mudando (FRANCISCO LOPES).

A partir desse relato, é possível constatar que o trabalho da carpintaria naval foi mais intenso e diversificado em função do tipo de crescimento político e econômico construído nas últimas décadas, como forma de desenvolvimento na microrregião, porém a mudança gerada pelo aprimoramento da lógica capitalista (cf. COSTA, 2006) retirou as bases da necessidade de produção de certos tipos de embarcações na região.

Assim, desde a década de 1950, na vila de Carapajó, já existia estaleiro registrado como firma construtora de embarcações, com uma demanda bastante diversificada de produção das embarcações nos estaleiros, o que demonstra a importância da carpintaria artesanal como contribuição para o desenvolvimento no contexto regional. No entanto, o trabalho se destacava em dois tipos de construção principais, para atender os interesses políticos e econômicos na região: os marabaenses e os iates. Sobre esse assunto, Francisco Lopes relata que:

O marabaense era um tipo de barco próprio pro transporte de passageiros e cargas. Na navegação fluvial do Baixo Tocantins, o marabaense era usado pra transportar produtos da região, levava cacau, azeite de andiroba, castanhas do Pará e outros produtos que eram comercializados na região. Tudo isso era levado pelos barcos pra cidade de Tucuruí, de lá seguia viagem pela Estrada de Ferro Tocantins (EFT), que ligava o porto da cidade ao porto de Jatobal (pequeno povoado da cidade de São Miguel no Estado do Tocantins), para seguir viagem fluvial novamente até chegar ao destino final. (FRANCISCO LOPES).

Dentre os fatores que contribuíram para o desenvolvimento político, econômico e social em diversas localidades ribeirinhas, nas quais o trabalho da carpintaria sempre possibilitou reconhecimento aos trabalhadores sobre a importância da sua atividade para o desenvolvimento local, está a comercialização de produtos regionais e industrializados realizada nos rios e afluentes na microrregião do Baixo Tocantins, na região amazônica. Assim, o transporte possibilitado pelas embarcações não só intensificou o comércio, como também promoveu a interligação política, econômica, cultural e social entre povoados, vilas e os municípios da microrregião do Baixo Tocantins.

A imagem a seguir demonstra uma embarcação do tipo marabaense nas águas do rio Tocantins, próximo à sede do município de Tucuruí-PA. Construído nos estaleiros da região, o marabaense já foi muito utilizado para o transporte de passageiros e de produtos regionais, no período anterior, mas também durante a abertura das estradas na região do Baixo Tocantins.

Figura 10 – Marabaense, embarcação típica do estilo regional ribeirinho, bastante utilizada no transporte de cargas e passageiros na região do Baixo Tocantins, durante a segunda metade do século XX.



Fonte: Museu Virtual de Tucuruí. Disponível em: <<http://www.museuvirtualtucurui.com.br/historia-do-comercio>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

Essa dinâmica de interlocução cultural e histórica da população ribeirinha demonstra a importância do trabalho da carpintaria naval artesanal responsável pela construção das embarcações que ajudaram a construir a história do desenvolvimento político, econômico e social nos contextos comunitários ribeirinhos da microrregião no Baixo Tocantins. Para essa construção, conforme Costa (2006), a condição natural do rio Tocantins assumiu importância fundamental durante o período histórico em que predominou a interação política, social e cultural, que constitui a realidade da população ribeirinha interligada ao percurso dos rios e de seus afluentes. Nesse sentido, Francisco Lopes diz que:

O rio Tocantins é compreendido pelos ribeirinhos que ali convivem como uma fonte de geração da vida. Sua importância consiste na disponibilidade de um conjunto de recursos naturais e culturais responsáveis pela produção da existência humana de maneira particular que, dentre outras, estão

presentes nas formas de organização da educação, do trabalho e na produção de saberes *que os sujeitos desenvolvem* (Grifo nosso).

A construção desse conjunto de aspectos políticos e sociais, que configuram as realidades ribeirinhas na microrregião do Baixo Tocantins, acrescenta importante contribuição na dinâmica de significação e sistematização dos saberes no trabalho da carpintaria, pois, à medida em que os sujeitos refletem sobre suas práticas, adquirem maior compreensão sobre as mudanças decorrentes nas relações do trabalho, e, assim, elaboram novas possibilidades de aprimoramento da sua atividade profissional.

O segundo entrevistado durante a pesquisa foi o senhor Valdemar Assunção, 65 anos, morador da ilha de Itabatinga no distrito de Carapajó. Trabalhador artesanal, exerceu durante muitos anos a profissão de carpinteiro na construção de embarcações na localidade onde morava e nos estaleiros da referida vila. Atualmente, com um pouco mais de 45 anos de profissão como carpinteiro naval, o senhor Valdemar estabeleceu uma relação sobre a organização do trabalho, no período em que se deu o auge da carpintaria naval regional no município de Cametá, referente à utilização dos iates, e as mudanças do trabalho artesanal no contexto atual.

Os iates, no contexto do Baixo Tocantins, são embarcações de grande porte que ainda se constroem com estruturas reforçadas, máquinas potentes e com todos os equipamentos necessários para fazer viagens de longa distância. No distrito de Carapajó, eles eram projetados para realizar viagens oceânicas com bastante frequência, por esse motivo deveriam dispor de uma reserva de equipamentos de segurança para substituição, quando necessário, durante a viagem.

A construção dessas embarcações tinha um caráter teleológico⁴⁴ e, geralmente, eram usadas para praticar o comércio clandestino de produtos regionais e industrializados entre comunidades,⁴⁵ municípios da região amazônica e localidades estrangeiras, como a Guiana Inglesa, a Guiana Francesa e o Suriname, situadas na fronteira entre Brasil e Venezuela, no litoral atlântico. Nesse sentido, Valdemar Assunção relata que:

Depois de 1950, com as viagens que era feita pra fora, pelo oceano, (Atlântico), algumas famílias enriqueceram na região fazendo contrabando

⁴⁴ Teleológico, “adjetivo com que a filosofia se refere a argumento, conhecimento ou explicação que relaciona um fato a sua causa final”. (*Dicionário online*. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/teleologico>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

⁴⁵ “As famílias mais abastadas eram geralmente mais detentoras de casas comerciais, possuíam barcos cargueiros de grandes calados, [...] faziam viagens extensas comercializando com as regiões do Baixo Amazonas, Zona costeira Bragantina, região das ilhas do Marajó e Amapá, chegando até transacionar com os países fronteiriços como o Suriname e as Guianas.” (COSTA, 2006, p. 151).

(praticando tráfico clandestino de produtos regionais e industrializados), que só chegava pra cá pras comunidades ribeirinhas por meio da clandestinidade e as embarcações que eram construídas nos estaleiros das comunidades, tinham diversas utilidades de trabalho, mas também servia pra fazer a distribuição dos artigos contrabandeados nas comunidades, povoados e vilas do município.

Valdemar Assunção destaca ainda uma relação muito importante: a da construção de saberes com o uso das embarcações e a economia local, quando afirma que os iates possibilitavam o transporte de diversos produtos regionais e industrializados, como:

Café em grãos, sementes de cacau, pimenta do reino, borracha de seringa e de maçanduba (uma espécie de óleo vegetal processada em formato de borracha para uso industrial), entre outros, para comercialização no mercado externo na fronteira do país, de onde os iates traziam diversos tipos de produtos industrializados como caixas de uísque, em maior quantidade, calçados de diversos tipos, confecções, dentre outros para serem distribuídos e vendidos no comércio local, nos municípios e, no caso de alguns produtos mais específicos como os tipos uísque, também eram vendidos na capital do Estado. (VALDEMAR ASSUNÇÃO).

A ilustração a seguir demonstra a imagem de um iate construído em madeira e no estilo regional. Trata-se de um modelo de embarcação característico da produção artesanal, utilizado com bastante frequência para o transporte de cargas e de passageiros, porém na microrregião do Baixo Tocantins vem perdendo sua funcionalidade, porque parte considerável das viagens passou a ser realizada pelas estradas.

Conforme o exposto, constata-se também que as embarcações construídas nos estaleiros do distrito de Carapajó possibilitavam um intercâmbio econômico, político e cultural, de forma bastante ampla e consistente, interligando, de modo geralmente irregular, o comércio local ao comércio da Capital do Estado e ao mercado externo. Demonstra ainda que as transações comerciais eram mais lucrativas quando realizadas na fronteira do país, em algumas cidades estrangeiras com maior desenvolvimento comercial e industrial, de onde as embarcações retornavam com artigos industrializados para abastecer o comércio regional e local.

O terceiro entrevistado foi o senhor Raimundo Pinto Pereira, alcunha Seu Bebê, de 65 anos de idade, carpinteiro e pescador artesanal, residente na ilha Mutuacá, distrito de Juaba, Cametá-PA. Sua sobrevivência dependia da produção da carpintaria e do pescado. Antes de mudar com sua família para Tucuruí, tinha a carpintaria naval como principal fonte de renda para a manutenção da sua família. Durante anos, ele viajou para trabalhar nos

estaleiros da vila de Carapajó, e também para o estaleiro da ilha de Santana, no município de Mocajuba-PA, onde trabalhou por longo período na construção de embarcações.

Figura 11 – Iate amazônico, embarcação típica da região amazônica.



Fonte: Reprodução do *Jornal Novo Amapá*, republicada no blog PORTA-RETRATO - Macapá/Amapá de outrora, com a legenda: “Ano 1968 - Iate Marcílio Dias - Viagem inaugural.” Disponível em: <<http://3.bp.blogspot.com/-bydSyhv9mfk/T5SiWMgIRLI/AAAAAAAAAphs/1i8tNxG9QCs/s1600/Iate+Marcílio+Dias+1968.jpg>>. Acesso em: ago. 2014.

No que diz respeito ao processo de modificação nos saberes do trabalho na carpintaria naval artesanal e no modo de vida da população ribeirinha, decorrentes das contradições do capitalismo, geradas pela construção da UHE de Tucuruí, Raimundo Pinto Pereira relata aspectos da vivência dos pescadores que tiveram que modificar seus saberes, adequando suas práticas de trabalho e seu modo de vida, em função de novas realidades, ocasionadas pela construção da barragem no rio Tocantins (cf. COSTA, 2006).

Além disso, o carpinteiro e pescador artesanal destacou a importância da carpintaria naval regional para a microrregião do Baixo Tocantins, estabelecendo uma relação entre o trabalho dos carpinteiros com a produção do pescado artesanal, impactados pela instalação da UHE de Tucuruí:

O trabalho da pesca, na região é feito mais dentro lago da represa (extensão territorial da microrregião ligada ao rio Tocantins que ficou submersa pelo

volume de água represada com a construção da UHE de Tucuruí), onde a reprodução do pescado é maior. O nosso trabalho de pesca também depende de outras coisas, precisa de um bom material de pesca, da boa produção do pescado, das canoas pra pescar, dos barcos pra gelar o peixe e pra se agasalhar do tempo quando não tá bom pra pesca. O trabalho da carpintaria, no lago é muito importante porque ajuda o carpinteiro e ajuda o pescador também. (RAIMUNDO PEREIRA).

Raimundo Pereira é conhecedor da realidade social que relata, porque teve oportunidade de conviver no interior do município de Cametá, na região das ilhas, localizada no interior do rio Tocantins. Como morador ribeirinho, desenvolveu atividades como carpinteiro e pescador artesanal no período anterior e posterior à construção da barragem. Decidiu mudar com sua família para a cidade Tucuruí, segundo ele próprio, “*devido aos impactos decorrentes da construção da hidrelétrica de Tucuruí na microrregião, que gerou a escassez no pescado e a redução da carpintaria naval artesanal na sua localidade de origem*”.

Quando Raimundo Pereira afirma que o trabalho da pesca, dentro do lago formado pelo volume de água represada com a construção da UHE Tucuruí, é maior, devido aos processos de produção e de reprodução do pescado se concentrarem no referido lago, ele revela um processo de transformação da realidade, que interferiu no modo de vida dos pescadores da microrregião, visto que essa concentração gerou escassez do pescado para a população ribeirinha, nas margens de grande parte do rio Tocantins, que, conforme Costa (2006), depende das condições naturais do rio para sobreviver.

Ele ressalta ainda que o trabalho da pesca depende, dentre outras coisas, da construção de canoas e barcos de pesca, revelando uma dinâmica de resignificação dos saberes no trabalho da carpintaria naval artesanal, engendrada no interior das relações sociais, a fim de atender a outras finalidades de trabalho, pois, a maioria dos pescadores que trabalham e residem, atualmente, no lago represado, exercem outras profissões nas suas localidades de origem, como é o caso de Raimundo Pereira, segundo seu próprio relato:

Nesse lago tem 1552 ilhas, onde moram mais de 15000 pessoas. Agora são tudo pescador, a maioria veio do interior de Cametá, Mocajuba e Baião que mudaram pro lago depois da construção da barragem que dificultou a vida deles. Com a pesca aí no lago, dá pra viver, não pra enricar porque não enrica mesmo, mas passa menos dificuldade do que lá onde eles moravam.

Esse mesmo trabalhador relata que o trabalho da pesca artesanal no lago represado tem atraído o interesse de outras famílias que, ao se sentirem igualmente afetadas pelo processo de reestruturação capitalista e sem alternativas de trabalho, mudam para as ilhas que

se formaram no lago represado. Trabalhando como pescadores artesanais, essas pessoas buscam adequar seus saberes e práticas de trabalho ao seu modo de vida, em função das novas realidades ocasionadas pela construção da barragem no rio Tocantins (COSTA, 2006). Percebe-se, então, que o processo de adequação dos saberes, entre esses sujeitos se dá impulsionado pela dinâmica de mudança da perspectiva do capital na região e não em função de uma tomada de consciência, no sentido de organização política.

Logo, essa investigação sobre a produção dos saberes no trabalho da carpintaria naval artesanal contribuiu para revelar aspectos políticos e sociais importantes como a produção dos saberes relacionada à vivência dos trabalhadores que, mesmo atuando em funções diversificadas no contexto regional, estão, de alguma forma, vinculados ao trabalho da carpintaria naval artesanal, ressignificando seus saberes por se sentirem, a partir da atividade que desenvolvem, igualmente afetados pelas ações de desenvolvimento econômico, impostas pelo capitalismo sobre o modo de vida da população ribeirinha.

Por fim, refletir sobre as dimensões políticas no estudo dos saberes no trabalho da carpintaria naval regional ajudou de modo significativo na compreensão do movimento dialético presente no universo das relações políticas, econômicas, sociais e culturais, configuradas no contexto profissional e comunitário ribeirinho.

3.4 DIMENSÃO ÉTICA

Esta seção contém a reflexão acerca da construção dos valores culturais que configuram bases para a materialização das relações que se estabelecem no contexto profissional e social, em articulação com os saberes, práticas e conhecimentos construídos historicamente no interior das relações humanas, interligadas à natureza e à realidade social universal. Trata ainda das mudanças mais recentes ocorridas no contexto do trabalho artesanal, a partir do qual é analisado o interesse dos jovens referente às perspectivas que possuem em relação às modificações que ocorrem atualmente na organização do trabalho na carpintaria naval.

3.4.1 A construção dos valores, hábitos e atitudes

Para garantir o convívio de modo condizente com a realidade social e histórica, é necessário criar um conjunto de valores, hábitos e atitudes de maneira coerente para atender adequadamente às necessidades e aos ideais dos sujeitos. Esse conjunto de valores sociais e morais constitui a dimensão ética no relacionamento humano e deve estar presente no

relacionamento político e social, possibilitando o respeito, a garantia dos direitos e a adequação do comportamento dos homens na sociedade.

Já a atribuição dos significados aos saberes são procedimentos muito relativos, por serem elementos pertencentes à dinâmica de construção da história dos homens. Esses saberes “estão [...] inseridos na história que se faz no dia-a-dia eles não podem se descrever na sua naturalidade, assim, como nós não podemos ser neutros quando fazemos nossa própria história” (SCHWARTZ, 2003, p. 27).

A formação dos valores está, desse modo, relacionada às finalidades da vida, que produz sua história a partir da forma como transforma os saberes e os conhecimentos em razão da própria existência, como se percebe no exposto por Marçal Nery:

Muito do que se produz pelo trabalho na carpintaria atende às necessidades de vida das famílias, até o próprio trabalho é uma necessidade da vida, hoje em dia é preciso saber escolher uma profissão que possa garantir aquilo que a gente precisa. Eu tenho um filho que tem vontade de ser carpinteiro, mas a mãe dele não quer porque ela acha que ele pode estudar e aprender uma profissão mais fácil que não seja igual à do pai dele por causa da vida que nós levamos.

A construção dos valores éticos se efetiva na relação dos sujeitos com o trabalho, mediada por modelos próprios de educação que, no âmbito geral, “se caracteriza como resultado das experiências humanas, empregadas nas diferentes relações sociais e de trabalho, objetivando, com isso, suprir as necessidades de vida em tempo e épocas diversas” (ARANHA, 1996, p. 4).

Essa construção de saberes no trabalho produz um valor que, intrinsecamente, está relacionado com a própria história do homem, caracterizada por relações e processos, cujos efeitos, a priori, não podem ser concebidos, porque não estão determinados pela existência da ação humana e que só se processam mediante a ação que pode ser desenvolvida. Então, o valor do trabalho está relativamente associado à ética profissional, pois toda:

Aplicação de princípios técnico-científicos é sempre, em parte uma reinvenção local, e toda atividade de trabalho é sempre, mais ou menos uma “dramática do uso de si” situadas entre estas normas antecedentes e necessidade de dar-se a si mesmo normas, aí onde as primeiras são “inacabadas” (SCHWARTZ, 2003, p. 26).

Esse “inacabamento” da capacidade e dos saberes do homem permite sempre que ele busque refletir suas ações a partir não somente dos valores sociais constituídos, mas também de objetos relativos ao desenvolvimento da prática de trabalho, realizada no seu cotidiano; os

princípios técnico-científicos, como diz Schwartz (2003), são sempre uma reinvenção local, nascidas da necessidade dos sujeitos, porém, atreladas ao tempo e ao espaço em que estão inseridos, no local da realização de diversas atividades profissionais, que são materializadas nos contextos históricos.

Além de manifestar aquilo que o homem pensa, o trabalho determina, antes, o que poderá ocorrer, posto que é um processo circunstancial construído na base de relações de valores expressos tanto pelo pensamento, quanto pela linguagem. Estes são elementos necessários na construção da ética, relacionada com a ação relativa do trabalho, hábitos,⁴⁶ atitudes e comportamentos do homem integrados com os outros nos seus atos históricos sociais.

Na materialização do trabalho na carpintaria configura-se, portanto, formação de hábitos, de maneiras distintas que são manifestadas nas relações construídas por sujeitos nas atividades que praticam, conforme afirma Marçal Nery, “[...] *nós procuramos dividir as tarefas de trabalho de acordo com aquilo que a gente tá mais acostumado a fazer, a vantagem disso é que o trabalho rende mais quando cada qual pode fazer aquilo é de costume*”.

Pelo exposto, observa-se também a existência do diálogo no que diz respeito à preferência pela execução de determinadas atividades por aqueles que possuem maiores destrezas para o trabalho, configurando formas de decisão individual e coletivas que caracterizam tomadas de atitudes, e que visam, em última instância, ao aprimoramento produtivo. Isso coloca em evidência, segundo Schwartz (2003), no campo da reapropriação produtiva, encontros entre normas e valores, na medida em que permite ao trabalhador desenvolver atividades com as quais possui maiores afinidades na produção do trabalho.

Nesse caso, os encontros entre normas, valores e projetos de vida consolidam-se nos diversos contextos, onde estão inseridas as populações que, de modo diverso, expressam culturas que se transformam de forma permanente. Assim, a construção ética configura-se como um movimento dialético, manifestado nas ações humanas, que pode produzir seus efeitos por meio do desenvolvimento de trajetórias de saberes, priorizando sua relevância para a sociedade.

⁴⁶ O conceito de *habitus* consiste, de acordo com Bourdieu (1989), em um conjunto de condicionantes comuns em relação à atuação no cotidiano produz experiências comuns internalizadas que não cessam de agir sobre os indivíduos mesmo após o término da ação que os levou a agir de determinada forma. Em Bourdieu o *habitus* forma-se não apenas nos locais de trabalho, mas na vida cotidiana em geral.

Como os saberes históricos possuem sempre, segundo Schwartz (2003), uma vocação a socializar-se, a transmitir-se, dependendo do modo como a significação do saber viabiliza a dinâmica do trabalho que o homem realiza, esse mesmo homem determina princípios e valores correspondentes às suas necessidades, desejos e utopias, como observa Marçal Nery, no interior das relações profissionais e sociais presentes no exercício da carpintaria:

Estes trabalhadores fazem, de maneira simples práticas de trabalho que são complicadas, tudo isso é resultado das experiências do trabalho e da vida, é aprendizado que acontece muito entre as famílias, os parentes. Também vai se passando de uma geração pra outra, essa prática é importante pra vida de muita gente quer ter uma profissão (MARÇAL NERY).

As preferências, os valores e as formas de comportamento individual ou coletivo dos grupos humanos exploram, de acordo com Schwartz (2003), os recursos técnicos, científicos e sociais existentes, a partir de um processo permanente de inovação dos saberes e das experiências, para contribuir na ação produtiva. Contudo, é necessária a identificação de novas formas de produção de valores, hábitos e atitudes que estejam a serviço do desenvolvimento de todos os sujeitos dentro de seus respectivos contextos sociais e históricos.

3.4.2 A juventude e a negação dos valores

Para muitos jovens, as experiências tradicionais de trabalho não são bem sucedidas por diversas razões, entre elas está a do valor, enquanto princípio ético, que obtém as múltiplas relações de produção das atividades de trabalho, que não se consolidam de modo absoluto, mais relativo, justamente por não “*haver certo interesse por parte dos profissionais da carpintaria naval pelos mais jovens*”, o que fica evidente na fala do senhor José Pantoja, que exerce a profissão há muitos anos.

Por conseguinte, a transformação ocorrida na relação de trabalho exige um processo de reflexão constante e um olhar crítico que possibilite mudança de atitude. Essa dinâmica de configuração e transformação de valores se faz presente com bastante frequência na relação profissional vinculada à carpintaria, conforme expõe José Pantoja:

São negados saberes e valores que não mais correspondem com o momento e assim, o modelo de trabalho estabelecido nem sempre são considerados pelas gerações mais novas por entender que não existe mais certo reconhecimento e interesses por parte dos jovens que vivenciam a realidade da sociedade contemporânea (Grifos nossos).

No campo das atividades humanas, a deriva consiste, de acordo com Schwartz (2003), em pensar as “regularidades” sociais ou gerir as atividades numa relação de modelos de organização hierárquica, como as relações de poder, gerencialmente, com definição de competências e critérios de avaliação do trabalho, ou melhor, o ato de repensar não implica totalmente deixar de lado as estruturas que mantêm os saberes, os valores e as normas, mas sim haver a necessidade constante de se renovar para que o trabalho não perca a sua finalidade essencial. No entanto, para José Pantoja:

Mesmo ocorrendo mudanças nos saberes e práticas que facilitam o trabalho na carpintaria naval, *permaneceu um movimento de desarticulação econômica vinculada* à construção de barcos na região. *Esta desarticulação implica* na falta de interesse, por parte do capital em explorar este modelo de trabalho artesanal, devido à preferência por lancha moderna que já chega pronta para fazer as viagens na região. *Neste sentido*, o trabalho da carpintaria nem sempre é compreendido como uma aprendizagem importante para muitos jovens. (Grifo nosso).

Contudo, é necessário que se esclareça a importância de uma atividade profissional para a construção dos valores na vida dos jovens, haja vista que, pelo exercício de uma profissão, são produzidos processos formativos que contribuem para a formação da personalidade humana. Assim, a materialização do trabalho pode possibilitar aos jovens uma reflexão crítica e profunda sobre a “dimensão política da produção e da legitimação de saberes” (SCHWARTZ, 2003, p. 27) e práticas manifestadas como valores e atitudes na dinâmica profissional.

Para maior compreensão do sentido das relações dos valores vinculados ao trabalho, é preciso não somente entender a construção dos saberes no exercício das atividades profissionais, mas, sobretudo, na sua reconfiguração mediante as mudanças que se constroem para responder às necessidades de vida. Além disso, evidencia que:

[...] no campo da reapropriação produtiva, no campo entre normas, valores, projetos de vida de populações e de culturas diferentes, encontro cuja saída, absolutamente não-antecipável, pode conduzir a desenvolver trajetórias de saberes prodigiosas (SCHWARTZ, 2003, p. 28).

Partindo da dinâmica de reflexão e ação que doravante se entrelaçam numa relação constante para atribuir um novo significado aos anseios da vida, onde não aparece, de modo absoluto, mas relativo, a circunstância do tempo e espaço, na qual o homem está inserido, saberes e práticas tradicionais de trabalho, como os da carpintaria artesanal, são negados pelos mais jovens em decorrência de um conjunto de novas relações construídas paulatinamente, a fim de corresponder a novas perspectivas de vida.

3.5 DIMENSÃO PEDAGÓGICA

Esta seção reflete sobre a transmissão dos saberes no trabalho, a partir de algumas concepções de educação que tomam o trabalho como princípio educativo, para compreender a formação profissional dos artesãos da carpintaria naval regional. Esses sujeitos constroem valores sociais diversificados que revelam experiências e culturas distintas, manifestadas nas relações que praticam e é isso, segundo Brandão (2007, p. 15), “[...] o que educa o sujeito, característica da ação do trabalho e dinâmica social de seu contexto político e histórico”.

3.5.1 A configuração do princípio educativo na carpintaria

O processo educativo, tomado pelos trabalhadores como dinâmica de significação dos saberes e conhecimentos, constitui-se como elemento fundamental para que os homens se organizem em função dos interesses que consideram importantes para o convívio social, pois, “[...] na espécie humana, a educação [...] se instala dentro de um domínio [...] de trocas: de símbolos, de interações, de padrões de cultura e de relações de poder” (BRANDÃO, 2007, p. 14).

Por sua vez, o trabalho, dinamizado enquanto princípio educativo, estabelece coerência entre o aprendizado e a prática social e profissional, condizendo com a realidade dos sujeitos e, assim, contribuindo para manter os saberes e os conhecimentos como “resultados das inter-relações de uma dada sociedade, conseqüentemente com [...] as contradições” (SILVA, 2006, p. 75), presentes no interior dos grupos sociais.

Desse modo, pensar acerca da dinâmica educativa, presente no trabalho artesanal da carpintaria naval regional, “significa refletir sobre as condições capazes de gerar o desenvolvimento pessoal subjetivo nos espaços para que seja significativa a vida dos sujeitos que estão inseridos na comunidade” (ARROYO, 1991, p. 166).

Ao problematizar estratégia educativa vinculada ao trabalho, Arroyo (1991) destaca dois posicionamentos referentes ao processo de produção/formação, interligado à educação dos trabalhadores. O primeiro está relacionado à perspectiva de reprodução do sistema, no qual a educação caracteriza-se como preparação da classe trabalhadora, passando a “fazer parte da própria sociedade capitalista” (ARROYO, 1991, p. 76).

O segundo posicionamento consiste no reconhecimento do “direito à educação, entendida no seu sentido amplo” como processo de “produção-formação de homens, construção da identidade de uma classe” (ARROYO, 1991, p. 76). Esse caráter contraditório presente na relação do poder entre classes leva à compreensão de que:

A história da educação burguesa para o povo comum gira em torno desse binômio: permitir sua instrução e reprimir sua educação-formação, ou seja, “libertar e reprimir, libertar” o povo dos preconceitos da velha ordem através de um mínimo de modernidade e reprimir o saber e o poder de classe (ARROYO, 2002, p. 76, grifo nosso).

Os ensinamentos processados no interior do trabalho na carpintaria naval se manifestam por meio dos valores, atitudes, na construção das experiências individuais e coletivas de trabalho e no conjunto das relações sociais desses sujeitos, pois, tudo que se aprende pela relação com o trabalho envolve referências externas, que são tomadas na construção de outros saberes, como observado no relato de Jorge Alves:

Depois que eu acabei da aprender e passei a trabalhar por conta própria é que eu fui descobrir que a gente tem que arrumar um jeito de lidar com cada tipo de trabalho que aparece pra se fazer. Mesmo planejando o trabalho desde o começo, é na frente dele que a gente percebe o que precisa ser feito, mas a gente vai juntando um pouco do que se aprendia com o mestre, um pouco do via na escola, isso vai ajudando a resolver certos trabalhos.

Existe, segundo esse relato, uma articulação conjunta de diversas formas educativas, que interagem e originam saberes e práticas vinculadas ao trabalho e à vida dos carpinteiros. Nessa dinâmica, quando o carpinteiro afirma associar as experiências educativas que recebia na escola às práticas do trabalho, está presente o caráter educativo, de que fala Arroyo (2002), como instrução para o trabalho. Trata-se de um processo de produção-formação no e pelo trabalho, configurando-o como princípio educativo.

O mesmo relato demonstra também processos de formação do trabalhador, possibilitados pela ação reflexiva referente às práticas do trabalho e relativas à carpintaria naval, refletidas na resolução dos problemas que surgem, como desafios no decorrer da materialização do trabalho. Essa reflexão sobre as práticas do trabalho pode contribuir para fortalecer o trabalhador, enquanto possibilidade de formação, de atuação política e de tomada de atitude coerente à realidade social que se impõe.

A educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores tem se dado a fim de habilitá-los, de modo técnico, social e ideológico para o trabalho; e é isso o que demonstra a análise feita por Frigotto (1999) da relação histórica entre educação e poder político e econômico, existente entre classes. Segundo o autor, o poder político-ideológico do sistema, materializado nas ações de domínio e controle dos sujeitos na sociedade, constitui-se pela “necessidade de conservar a natureza excludente nas relações sociais” (FRIGOTTO, 1999, p. 19).

Por outro lado, os procedimentos formativos vinculados ao trabalho, quando adotados na “[...] perspectiva dos grupos sociais que constituem especialmente a classe trabalhadora, a educação é antes de mais nada desenvolvimento de potencialidades e a apropriação do ‘saber social’.” (FRIGOTTO, 1994).

A formação dos artesãos na carpintaria naval, na perspectiva atual, segundo Jorge Alves, consiste na “[...] *preparação profissional do trabalhador para dar conta de sua existência a partir da adequação dos seus saberes e práticas de trabalho realizando pouca resistência no contraponto à imposição do capitalismo no contexto social*”. Essa formação profissional se configura acrescentando, de modo permanente, novos significados aos saberes, experiências e práticas profissionais vinculados ao trabalho.

Sobre essa relação estabelecida no processo educativo, envolvendo profissionais e aprendizes, segundo o trabalhador João Pompeu, duas observações merecem destaque no contexto atual. A primeira diz respeito à ausência de interesse dos jovens em aprender a profissão:

O jovem de hoje em dia não quer mais saber de trabalho pesado. A carpintaria é um ofício bom de se aprender, agora tem muito equipamento que facilita o trabalho, mas ainda exige do trabalhador um grande esforço físico, no uso das ferramentas, pra lidar com a madeira, é uma profissão que se praticava mais na juventude do nosso tempo, quando não se tinha oportunidade de aprender uma profissão mais leve, naquele tempo a gente aprendia um pouco de leitura e escrita, as quatro operações da matemática e ia logo aprender um ofício. Agora os jovens têm oportunidade de estudar mais e escolher um trabalho mais fácil (JOÃO POMPEU).

Segundo o carpinteiro João Pompeu, a juventude prefere outras alternativas de trabalho, por entender que a carpintaria é uma atividade profissional considerada um pouco rudimentar, mesmo considerando o acréscimo de conhecimentos incorporados no trabalho artesanal, como o uso de novas técnicas e novos equipamentos que facilitam as operações e aceleram a produção.

A outra observação que merece destaque diz respeito ao aprimoramento da legislação que garante os direitos do trabalhador, ideia esta também compartilhada por Jorge Alves. Ambos relatam a dificuldade em manter o aprendiz durante algum tempo no local de trabalho, por se tratar, segundo seu ponto de vista, de uma atividade artesanal, desenvolvida de maneira informal, que geralmente não segue, a rigor, o estabelecido na lei dos direitos trabalhistas: “*o que constantemente tem resultado em questões judiciais envolvendo mestres e aprendizes do ofício*”. A isso, João Pompeu acrescenta que:

Quando o jovem chega no trabalho, mesmo na condição de aprendiz do ofício, ele já tem uma noção bastante clara dos seus direitos e deveres dele como trabalhador e, dependendo do acordo e do tempo que leva aprendendo e ajudando no trabalho, ele passa a exigir aquilo que tem por direito.

Desse modo, os carpinteiros mestres,⁴⁷ que são responsáveis pela administração do trabalho nos estaleiros, procuram gratificar financeiramente o jovem aprendiz, de acordo com a habilidade que ele vai adquirindo, bem como pela contribuição que cada jovem acrescenta à produção, possibilitando, com isso, o começo do assalariamento garantido pelo seu trabalho.

Ademais, o trabalhador responsável pela administração da carpintaria naval artesanal, segundo João Pompeu, reconhece a importância da formação dos aprendizes para o trabalho, bem como sabe da importância da preparação integral do jovem para lidar de forma positiva com a sua realidade. Assim, os trabalhadores e os aprendizes do ofício buscam, por meio do processo de produção de saberes e da formação profissional, adequar seus saberes e práticas de trabalho para garantir a manutenção da vida em decorrência da “realidade pós-barragem que vivenciam” (COSTA, 2006).

Nesse sentido, o carpinteiro oficial também contribui com ensino do aprendiz articulando práticas educativas através do diálogo, da transmissão de experiência de vida e por ações profissionais desenvolvidas na relação do trabalho, para que o jovem possa desenvolver seu potencial crítico, reflexivo e poder agir, de forma adequada na sua realidade. Assim, o processo formativo que dá por meio do trabalho possibilita inovação, transmissão dos saberes e coerência nas relações sociais de modo contextualizado. No entanto,

A atividade artesanal, exercida como prática profissional não regulamentada legalmente tem dificultado a relação do carpinteiro mestre com seu aprendiz, visto que, ao mesmo tempo em que o jovem por meio de processos educativos adquire habilidades para o trabalho, também recebe formação política para atuar como sujeito que reconhece e sabe exigir seus direitos. (JOÃO POMPEU; grifos nossos).

Educação e trabalho interagem, enquanto procedimentos de significação de saberes e de práticas no interior das relações sociais e formativas, e é essa dinâmica que configura o homem como ser social, representando processos de reciprocidade humana na sua totalidade, pois “o ato de experimentar está ligado ao desenvolvimento do pensamento que se articula com as habilidades através das práticas sociais” (ARANHA, 1996, p. 23).

⁴⁷ O uso da expressão carpinteiro mestre, empregada neste trabalho faz referência aos trabalhadores com maior domínio de conhecimentos administrativos e que possui ampla experiência profissional na área da carpintaria naval artesanal. Rugiu (1998) emprega os termos “mestre e aprendiz projetando no imaginário de professores e alunos como algo referido a Idade Média que, na forma do trabalho artesanal, teve na continuidade a tradição popular”.

Logo, ao refletir sobre o processo de apropriação das habilidades e experiências do trabalho na carpintaria naval a que está submetido o jovem aprendiz, conforme observa João Pompeu, ele associa sua aprendizagem profissional às outras práticas sociais, que constituem o conjunto dos seus saberes, passando a exigir do seu mestre de ofício, melhores condições de trabalho e garantia dos direitos trabalhistas que, outrora, não apareciam na relação do aprendiz estabelecida entre os mestres e seus aprendizes.

No processo educativo vinculado ao trabalho na carpintaria, existe, entre outros aspectos, uma dinâmica de significação dos saberes, desenvolvida pelos trabalhadores, isto é, quando o trabalho está associado ao conhecimento sistematizado, educativo, representa novas possibilidades de organização das experiências profissionais. Essa possibilidade de organização do saber profissional, associada a outras práticas sociais, contribuem para o fortalecimento político do trabalhador, que luta de forma coletiva e articulada por melhores condições de sobrevivência.

A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. Formas de educação que se produzem e praticam, para que elas reproduzam, entre todos os que ensinam-e-aprendem, o saber que atravessa as palavras da tribo, os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, e os segredos da arte ou da religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer povo precisa para reinventar, todos os dias, a vida do grupo e a de cada um de seus sujeitos, por meio de trocas sem fim com a natureza e entre os homens, trocas que existem dentro do mundo social onde a própria educação habita, e desde onde ajuda a explicar – às vezes – ocultar, às vezes a inculcar –, de geração a geração a necessidade da existência de sua ordem (BRANDÃO, 2007, p. 11).

À medida que a escolaridade dada aos trabalhadores não considera os seus saberes, vai consolidando, segundo Arroyo (2002), uma política que silencia os sujeitos, enquanto classe e enquanto capacidade organizativa. Assim:

Frente a essa visão depreciativa para com o povo comum e com os trabalhadores encontramos uma história de pressões do povo e dos educadores pelo direito não apenas a ser instruído, mas a ser esclarecido, a ser reconhecida sua capacidade de pensar, decidir sua sorte, ser sujeito de saber e de cultura. Esse conjunto de lutas faz parte de uma luta maior pelo direito à educação entendida em sentido amplo (ARROYO, 2002, p. 77).

Percebe-se que a educação assume uma função fundamental no processo de formação dos trabalhadores, levando em consideração os saberes construídos no contexto social e político onde convivem, o qual revela formas específicas de manifestação da cultura

humana e social. Desse modo, a educação possui uma abrangência muito ampla no campo das experiências transformando ideias e conhecimentos em novas culturas que constituem a vida de cada sujeito.

Nesta perspectiva, Gramsci (1988) defende uma organização educacional que ligue organicamente a formação humanística concreta e a atividade prática, preparando os homens para o exercício autônomo e criador de suas funções sociais, pois a organização educativa deve estar ajustada à realidade histórica dos indivíduos para poder dar conta da produção do saber necessário para sua existência.

O trabalho artesanal da carpintaria, apesar de não ser sistematicamente organizado em articulação com o sistema educacional, conforme propõe Gramsci (1988), existe uma diversidade de procedimentos educativos que estão para além das relações profissionais, como trata o carpinteiro Jorge Alves:

Na carpintaria a gente nunca acaba de aprender, porque o trabalho vai mudando. Também porque é um tipo de profissão que se aprende praticando. Na prática, o trabalhado vai se inovando, todo trabalho apresenta alguma coisa diferente daquilo que já foi feito. Isso também é resultado da troca de experiências de trabalho, na hora que a gente vai ensinando, também vai aprendendo com o que o outro sabe, é dessa maneira que o trabalhador tá sempre se formando e levando a vida.

A educação, enquanto princípio educativo, toma os homens na totalidade de suas relações, compreendendo-os como sujeitos históricos capazes de produzir a própria existência, numa dinâmica permanente de reconstrução das suas relações com o trabalho, a natureza e o mundo. “Nesse processo inacabado que se firma a integridade humana, apresentando-se fielmente em sua incompletude” (SILVA, 2006, p. 78).

Desde sua origem, o homem construiu trajetória de vida baseada no desenvolvimento de suas práticas de trabalho, no significado que atribui ao seu procedimento educativo e aos princípios de sociabilidade que toma como construção da sua vivência. Essa dinâmica de produção da existência humana constitui maneiras distintas de organização no modo de vida dos sujeitos, e é responsável pelo aprimoramento do pensamento político e social, necessário para o fortalecimento do homem no seu meio social. Por isso, conforme Gramsci (1988, p. 3):

[...] cada grupo social cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico e no trabalho, mas também no social e no político.

Ou ainda conforme o trabalhador Jorge Alves:

Nós sabemos que a possibilidade de mudança pelo trabalho da carpintaria é um desafio pra todos nós, por mais que a carpintaria seja importante na vida de muitas famílias, na realidade que estamos vivendo hoje em dias na região, se torna difícil até pra se manter dependendo só da profissão. Agora se vê carpinteiro que sai pra trabalhar pra outras cidades, têm aqueles que mudaram de profissão, outros estão associados em colônia, cooperativa de agricultores e outros.

O indivíduo, compreendido como um ser social e histórico, de acordo com Silva (2009), orienta-se por regulamentos definidos pelo seu próprio contexto político-social e cultural. Assim, os processos educativos vinculados ao trabalho que nele se desenvolve definem a forma como os sujeitos se organizam e o modo como constroem sua realidade. A convivência conjunta implica, pois, responsabilidades individuais e coletivas, redefine as relações sociais, atribui novos significados à educação, ao trabalho, mas também preserva a cultura e a história dos sujeitos no seu contexto, porque:

O trabalho como princípio educativo deriva do fato de que todos os seres humanos são seres da natureza e, portanto têm a necessidade (GRAMSCI, 1988, p. 3) de se alimentar, proteger-se das intempéries e criar seus meios de vida. É fundamental socializar, desde a infância, o princípio de que a tarefa de prover a subsistência, e outras tarefas da vida pelo trabalho, é comum a todos os seres humanos, evitando-se desta forma, criar indivíduos ou grupos de indivíduos que exploram e vivem do trabalho dos outros. Estes na expressão de Gramsci podem ser considerados mamíferos de luxo, são seres de outras espécies que acham natural explorar outros seres (FRIGOTTO; FRANCO, 2005, p. 60).

Tratando o trabalho como “princípio educativo”, Frigotto e Franco (2005) defendem a formação de uma força de trabalho, livre da exploração de grupos sociais que dominam e exploram sujeitos de outros segmentos da sociedade. Dessa maneira, não considera o trabalho somente como um instrumento responsável por promover a existência humana, mas também compreende-o como elemento capaz de potencializar e fortalecer os saberes do trabalhador, contribuindo para transformar a realidade social e histórica desses sujeitos.

Além disso, o trabalho e a educação, associados aos aspectos políticos, históricos e culturais, produzem as formas de convivência, sobre a qual os homens refletem e agem, conforme os valores sociais e humanos, que tomam como ideais para conviver; revelam-se também os sentimentos, os ideais e o modo como os sujeitos (res)significam os saberes, numa “perspectiva que afirma o protagonismo de homens e mulheres na produção integral de sua existência” (FISCHER, 2003, p. 68).

A educação é, segundo Freire (2005), um processo que humaniza o homem, dando condições para reconhecer suas habilidades e capacidades de refletir sua vida, sua ação e realidade histórica, buscando transformá-la pela práxis social do trabalho. Por isso, destaca-se a importância do trabalho artesanal, vinculado à carpintaria naval, para a vida dos sujeitos no contexto regional amazônico, pois, considera-se que a educação e o trabalho, além de contribuir para a formação humana, também produzem e potencializam a existência do homem como ser social profissional e político, no contexto onde convive.

O processo educativo vinculado ao trabalho possui singularidades que se efetivam por meio do engajamento pessoal, subjetivo e objetivo, que se dá nas relações sociais e profissionais que os seres humanos constroem. Essa interação dos saberes, mediada pelas ações dos sujeitos com o trabalho, desenvolve e fortalece as potencialidades físicas e cognitivas humanas, interligando as práticas sociais e profissionais e produzindo, portanto, a realidade social e histórica de cada sujeito.

3.6 DIMENSÃO ORGANIZACIONAL

Esta seção, ao tratar da organização do trabalho, analisa as contradições existentes no interior da articulação política capitalista, vinculada a um conjunto de elementos culturais, como os conhecimentos históricos que interligam, pela política, os segmentos sociais e constituem a dinâmica de dominação, segundo a lógica do mercado, no contexto atual. Por outro lado, também são analisados elementos que permitem compreender o movimento de articulação dos trabalhadores no processo de luta e de resistência contra-hegemônico.

Há ainda uma discussão sobre os aspectos políticos, sociais e históricos, relacionados aos saberes dos trabalhadores, que tem contribuído para o desenvolvimento da organização do trabalho na carpintaria naval artesanal no distrito de Carapajó. Esses aspectos configuram o modo de vida dos carpinteiros, manifestados em forma de ações, atitudes e práticas sociais, articulados com a produção dos saberes no trabalho artesanal.

3.6.1 As formas de organização dos saberes do trabalho

O homem, nas suas múltiplas relações históricas e culturais, busca lançar sua experiência como requisito básico para expressar as formas de organização dos saberes do trabalho, relativo às distintas atividades, dentre estas a carpintaria naval no distrito de Carapajó. Esses saberes e conhecimentos, fruto das relações de trabalho de grupos de trabalhadores artesanais ribeirinhos, convivem no interior da região amazônica.

Caracteriza-se como um processo de acúmulo de experiências sistematizadas enquanto organização profissional política, tratando de ideais voltados para o desenvolvimento do trabalho numa visão que integra determinado grupo social para tal finalidade, como trata João Pompeu,

Desta atividade, gera uma economia voltada para os interesses locais, *onde os trabalhadores por meio de seus saberes conseguem desenvolver a ação concreta nos estaleiros*, construindo diferentes tipos de embarcação *das quais* têm uma utilidade prática na movimentação de pessoas, produtos, serviços, etc. (Grifos nossos).

Em se tratando da atribuição de sentido e significado para o trabalho artesanal na carpintaria naval, particularmente no aspecto social, são constituídas vivências e experiências que contribuem para formação de valores e identidades culturais da própria comunidade que, a partir da organização e do trabalho, afirma sua origem. Sendo assim, vale dizer que as formas de organização de saberes são variadas, por revelarem situações e realidades diversas em que o homem vê-se obrigado a reformular seus saberes e prover o atendimento de suas necessidades sociais:

O acúmulo das experiências produzidas pelas populações tradicionais é, em parte, resultado dos conhecimentos gerados pelo sistema econômico atual, mas também é resultado de processos de sociabilidade locais, originados a partir das descobertas realizadas pela sabedoria dos povos milenares, que neste estágio de desenvolvimento produzido e humanizado se diferenciam e se destacam dos demais pela forma como se relacionavam com a natureza (PANTOJA; PINTO, 2012, p. 90).

Para entender melhor essa questão, é necessário compreender as experiências humanas como resultados das ações dos sujeitos no mundo. Esse vínculo de valores, que fundamenta e alimenta as tradições, embora sejam voláteis nas relações dos homens, permite a aquisição de saberes e conhecimentos que se voltam para o sistema econômico atual, conforme pode ser percebido nas palavras de João Pompeu: “[o trabalho] *gera determinada produção como mercadorias, móveis, construção de barcos, casas e outros, que de certo modo exigem organização de saberes e práticas de trabalho para que haja um resultado esperado*”.

Ademais, a sociabilidade, caracterizada como significação, discussão e socialização de saberes, é compartilhada entre os sujeitos, a partir de novas descobertas advindas do saber dos trabalhadores, como destaca João Pompeu: “*vem de um tempo remoto*”, porém, renovado e atualizado, procurando, de maneira adequada, atender às necessidades dos sujeitos, frente às realidades que estão inseridas.

Não se pode ignorar que essa sociabilidade é um processo de desenvolvimento da produção de saberes, contribuindo para as formas de organização dos trabalhadores no espaço e tempo, em que os homens situam suas relações sociais, visando, com isso, à melhoria das práticas destes no mundo, uma vez que tais formas de organização e de saberes se diferenciam de outros, ganhando determinada dimensão na realidade e complexidade em relação à própria natureza, pois, o homem, por meio da significação dos seus saberes, trabalha e reinventa sua prática, de acordo com o seu momento histórico como se observa no seguinte relato.

Na carpintaria, nós somos muito organizados pro trabalho, nessa parte da organização, nós somos até bem cuidadosos por causa da segurança no trabalho. Isso é uma das primeiras coisas que aprendemos no trabalho, nós temos cuidado com o lugar onde ficam as embarcações, cuidamos com as máquinas, ferramentas, com as práticas do trabalho e com outras coisas que fazem parte do ofício (JORGE ALVES).

Destarte, as formas pelas quais os sujeitos se organizam e interagem com o trabalho, vinculadas a processos educativos para adequar as relações vivenciadas no seu contexto histórico, garantem que os saberes, frutos de tal renovação, tenham relevância política, econômica e social para a comunidade. Por isso, “[...] *ainda sobrevive em grande parte de atividade artesanal relacionada à construção de embarcação*” (JOÃO POMPEU).

No interior desse conjunto de relações profissionais e sociais, estão diversos grupos de sujeitos que potencializam seus saberes e conhecimentos caracterizados como projetos de desenvolvimento social, refletidos nas formas de trabalho, na educação e cultura, nos valores sociais e humanos, nas crenças e demais relações que os sujeitos tomam como forma de produção da sua existência.

3.6.2 A organização das práticas de trabalho

Ao refletir sobre as habilidades operacionais que se desenvolvem na atividade artesanal da carpintaria naval, referente às formas de construção das embarcações, José Pantoja destaca que, no município de Cameté, o trabalho nos estaleiros geralmente tem sido organizado do seguinte modo:

Na administração do trabalho está um carpinteiro mestre (um senhor de maior experiência profissional e com boa habilidade administrativa direcionando o trabalho), responsável por administrar todo o trabalho e decidir, de acordo com a habilidade dos carpinteiros, a tarefa de cada trabalhador na sua atividade diária (JOSÉ PANTOJA).

Na comparação com o trabalho no contexto atual, José Pantoja relata o seguinte:

O trabalho no estaleiro tem um carpinteiro mestre que, sempre é o dono do negócio. Ele acerta o preço dos serviços, o ordenado do trabalhador, compra material. Quando começa o serviço, ele diz o que tem que ser feito e escolhe quem vai fazer mostrando tudo como é pra fazer. Dá pra fazer o trabalho junto, então o mestre escolhe um carpinteiro experiente mais um ou dois ajudantes pra ajudar a preparar as primeiras peças pra armar o barco, e ajudando os novatos vão aprendendo a cortar a madeira, aparelhar as peças, sustentar na posição certa que é pra ficar. Os outros trabalhadores já vão fazendo outras peças. Assim, o trabalho sai mais rápido, onde cada qual faz uma parte, de tarde, a gente ver como o trabalho rende. No outro dia, o mestre vai mandando fazer outras, porque construir barco, é uma montagem, cada dia a gente vai colocando uma peça num lugar, outro dia na outra e, assim vai (JOSÉ PANTOJA).

Essa descrição de como acontecem as práticas de trabalho tanto de forma individual quanto coletiva, referente à construção das embarcações, é exposto por José Pantoja em seu relato, cujos elementos revelam, mesmo que de forma moderada, a divisão técnica do trabalho, presente na produção artesanal da carpintaria naval. Já para Braverman (1974, p. 72), “a divisão pormenorizada do trabalho destrói ocupações consideradas neste sentido, e torna o trabalhador inapto a acompanhar qualquer processo completo de produção”.

Por outro lado, percebe-se também, no exposto por José Pantoja, a possibilidade de domínio do saber necessário para o trabalhador realizar todas as etapas da construção das embarcações, quando afirma a existência do carpinteiro mestre no ofício da carpintaria, responsável pela execução e garantia do trabalho completo, pois, a carpintaria é uma atividade profissional que também permite ao trabalhador possuir o domínio completo dos saberes para a realização do trabalho em todas as suas partes constitutivas e de forma especializada.

Portanto, a materialização da organização do trabalho em articulação com os saberes tradicionais vinculado à esfera profissional da carpintaria naval, no distrito de Carapajó, possui amplo processo de organização profissional, política e cultural, que, apesar de fazer pouca resistência às contradições do capital no contexto social e histórico, conseguem adequar seus saberes e práticas para dar conta da realidade social e da vida.

Todavia, quando os trabalhadores percebem que, profissionalmente, estão sendo afetados pela articulação do capital, procuram alterar as condições tradicionais do trabalho artesanal, para garantir seu modo de vida, porque esses sujeitos estão inseridos num contexto onde circulam saberes, conhecimentos e valores sociais, os quais são discutidos e (res)significados sempre. Com isso, mantém-se o ritmo de desenvolvimento social de acordo com o tempo e espaço onde estão inseridos, pois o trabalho como atividade humana é “[...]”

uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade” (MARX, 1988 apud ARAÚJO, 1999, p. 7).

Desse modo, o trabalho na carpintaria se desenvolveu no decorrer de diferentes relações sociais. Isso configurou um conjunto de atividades profissionais, ligadas umas com as outras em termos profissionais e culturais, dando origem à identidade nacional brasileira, constituindo riquezas e criatividade aos seus componentes éticos, técnicos e antropológicos, e formando várias formas artesanais de caráter popular, dinamizado por longos contextos das relações humanas na dinâmica do trabalho.

Na atualidade, a carpintaria consiste em um processo permanente de (res)significação de saberes e práticas, interligado à incorporação de recursos tecnológicos e aos conhecimentos da ciência, caracterizando processos de fragmentação dos saberes e de intensificação da divisão técnica no trabalho artesanal, o que demanda novos processos de qualificação profissional. Por outro lado, possibilita ainda um domínio do saber necessário para a realização de todas as etapas da construção das embarcações.

Com a formação das identidades, resultante da união de trabalhadores de diferentes atividades ou categorias profissionais, contribui para o fortalecimento profissional e político dos trabalhadores, porém, a tomada de atitude, referente à condição social que se vivencia, depende muito da forma como os sujeitos se apropriam dos saberes e dos conhecimentos construídos no interior das relações que, conjuntamente, produzem.

Esse fortalecimento profissional do trabalhador significa também o amadurecimento de sua consciência política e revela formas de significação de saberes e experiências. Por isso, os aspectos relativos ao trabalho e ao engajamento político e social, quando incorporados pelos trabalhadores, produzem formação de atitude e adequação dos significados, que tomam como forma de produção da existência.

Do mesmo modo, o procedimento educativo, resultante da interação dos saberes e dos conhecimentos mediados pela ação do homem em articulação com o trabalho, possui singularidades na vida dos sujeitos, exigindo engajamento subjetivo e objetivo para que se desenvolvam e fortaleçam as potencialidades físicas e cognitivas humanas, interligadas às práticas sociais e profissionais, produzindo, assim, a realidade social e histórica de cada sujeito.

Nesse contexto da organização dos saberes do trabalho na carpintaria, também se desenvolvem práticas sociais comunitárias ligadas à preservação de valores específicos, que são materializados nas ações dos sujeitos; porém, é interessante identificar as contradições

advindas de tais processos, como elemento inovador e renovador dos significados nos saberes, o que permite a intervenção sobre o mundo, tanto na ordem natural, quanto social.

Portanto, refletir sobre as formas de organização, como a sistematização dos saberes e práticas profissionais e sociais, bem como as condições de trabalho, tanto na perspectiva do capital, quanto na do interesse dos trabalhadores, torna-se fundamental para o fortalecimento profissional no trabalho da carpintaria, à medida que possibilitam formas de comparação e de resolução entre situações semelhantes no trabalho e na vida desses sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a presente pesquisa se propôs analisar os saberes do trabalho, presentes na atividade produtiva da carpintaria naval artesanal no distrito de Carapajó, município de Cametá-PA, a partir das dimensões técnica, política, ética, pedagógica e organizacional, e como elas se configuram em termos de saberes, conseguimos alcançar os resultados pretendidos.

As mudanças ocorridas no contexto político, social, cultural e geográfico na microrregião do Baixo Tocantins são resultantes da política de reestruturação do capitalismo internacional, no contexto posterior à Segunda Guerra Mundial. No país, essa política foi efetivada por meio do Plano de Integração Nacional (PIN), desenvolvido pelo governo militar a partir da década de 1970, como uma dinâmica de integração para fortalecer as economias regionais.

Essa estratégia do capital refletiu-se, de forma negativa, na vida daqueles que precisavam das condições naturais do rio para sobreviver, configurando formas de descaracterização do trabalho, como a retirada das bases da necessidade de certos tipos de embarcações regionais, o que impacta diretamente no modo de vida dos carpinteiros, à medida em que reduz o espaço de trabalho e, conseqüentemente, da produção artesanal.

Sobre a “dimensão técnica dos saberes no trabalho na carpintaria naval”, foi possível identificar uma tipologia de produção, baseada nas necessidades econômico-sociais da região, como, por exemplo, um saber técnico que classifica as embarcações, conforme as necessidades, e pressupõe um conjunto de saberes no sentido de incorporar os resultados do trabalho humano ao exercício da profissão. Trata-se de uma estratégia que surge para maximizar a necessidade da urgência do capital com produtos, a partir da qual mudanças são impostas à dinâmica do trabalho artesanal, em decorrência do desenvolvimento da economia, segundo a perspectiva da produção capitalista.

Já na carpintaria, produz-se um conjunto de saberes técnicos de ordem tipológica, em termos de embarcação, os quais são também de ordem profissional, na determinação dos ofícios. É um trabalho que segue uma lógica de tempo, de forma mais natural, diferenciada do trabalho na perspectiva cronológica do capital que, atualmente, passa por um processo permanente de transformação nos saberes e práticas profissionais, a fim de atender a demandas econômicas no contexto regional.

Esses saberes, por um lado, permitem aos trabalhadores adquirir domínio do ofício para o exercício do trabalho em todas as suas etapas constitutivas, caracterizando uma

dinâmica produtiva própria do trabalho artesanal; por outro lado, configura a divisão técnica do trabalho, na qual os trabalhadores são submetidos à assimilação dos saberes e práticas profissionais, de forma fragmentada, o que leva à perda do domínio do saber necessário para execução do trabalho completo. Isso caracteriza um processo permanente de qualificação e de desqualificação no trabalho, impulsionado pela ação do capital.

Nesse contexto da carpintaria naval, o trabalhador se qualifica à medida que ele, na relação com os seus pares, vai aprendendo com o ofício e aumentando a qualidade do seu trabalho. No entanto, com o advento do capitalismo na região, o trabalhador se desqualifica, deixando de possuir as qualidades do ofício da carpintaria para assumir outras qualidades profissionais, adequando saberes e práticas para produzir novas oportunidades de trabalho e, conseqüentemente, dar conta da sua existência.

Em relação à “dimensão política presente nos saberes do trabalho na carpintaria artesanal”, foi identificado um saber constatativo, ou seja, constata-se que existe um processo de redução do trabalho, devido à imposição do capital, que retirou as bases da necessidade de certos tipos de embarcações na região.

Existe ainda uma consciência de classe em si, que reconhece o sofrimento dos trabalhadores referente à perda de espaço de trabalho, em decorrência da reestruturação do capitalismo na região, mas não há uma consciência de classe, no sentido de organização, em termos de emancipação política. Com isso, os artesãos vão tomando consciência de que não dá para sobreviver apenas do trabalho da carpintaria e, por isso, buscam adaptar saberes e práticas sociais para adequar seu modo de vida à lógica do sistema.

Há, além disso, um saber de identidade em transformação, impulsionado pelo sistema que impõe outras lógicas aos saberes dos artesãos, que vão se consolidando à medida que estes aderem a ofícios de outras categorias profissionais. Assim, com a desqualificação no exercício da carpintaria, eles vão se qualificando em outras profissões, como agricultura e pesca, dentre outras, o que revela formas distintas de adequação nos saberes e práticas profissionais e sociais, articulados em função da construção da própria existência.

Na “dimensão ética dos saberes no trabalho da carpintaria”, foi constatado um saber sobre o processo de perpetuação desse trabalho, no qual a lógica da juventude não se enquadra, devido à sua entrada num processo de assalariamento, coisa que outrora não havia na referida atividade profissional. Esse assalariamento dos jovens que ainda estão interligados à esfera profissional da carpintaria naval artesanal, referente à construção das embarcações, vem ocorrendo devido ao avanço na conquista dos direitos trabalhistas que, formalmente,

determinam ao exercício da profissão a garantia dos princípios éticos e morais, assegurados por leis trabalhistas.

Vinculado às necessidades cotidianas e construído nas práticas desses sujeitos, o saber social, também reconhecido neste trabalho, denuncia que a profissão vem perdendo espaço no mundo do trabalho. No entanto, esses trabalhadores não se propuseram a um processo de organização que transcendesse a esfera do ofício, no sentido de sistematização dos saberes e das práticas, que visasse ao seu fortalecimento político-social, enquanto classe trabalhadora.

Identificamos, por outro lado, que os artesãos possuem uma identidade múltipla; pois, buscam outros processos organizativos, como associações, colônias e cooperativas, que, em tese, não lutam pelos interesses da categoria, mas revelam a forma como esses sujeitos se apropriam de práticas sociais e históricas, interligadas a outras experiências profissionais, para que possam construir um conjunto de relações e dar conta da própria existência.

A “dimensão pedagógica presente nos saberes do trabalho na carpintaria” refere-se a uma formação profissional, processada no cotidiano da carpintaria naval artesanal, que percebe a formação do sujeito, articulada às práticas do trabalho, e se caracteriza como dinâmica educativa, que atribui novos significados à prática social e profissional dos trabalhadores. Essa formação produz um movimento dialético na construção dos saberes desenvolvidos pelos sujeitos, pois, ao mesmo tempo em que permite assimilação de significados à vida dos artesãos, também transfere significação ao conjunto das relações que constituem a realidade social de cada trabalhador.

Com relação ao processo pedagógico dinamizado nas atividades da carpintaria, ele se configura como um princípio educativo, vinculado ao trabalho, porque, à medida que o trabalhador assume o ofício como prática profissional, também assume a cultura daquele ofício na construção de suas relações sociais cotidianas.

A outra dimensão estudada, a organizacional, relacionada aos saberes no trabalho da carpintaria naval, revela uma formação integral do sujeito no domínio do trabalho. Esse saber é uma construção que se dá em interação entre os sujeitos, a natureza e o universo, e possibilita formas distintas de organização dos próprios saberes na dinâmica do trabalho e da vida.

Há ainda uma organização interna do trabalho na carpintaria naval que produz significados distintos na formação e no modo de vida dos carpinteiros, configurando práticas profissionais específicas da cultura regional, articulada ao conjunto de relações políticas,

sociais, históricas e universais, pela forma como organizam os saberes do trabalho, sem haver, contudo, uma organização política, no sentido de luta e resistência, que se contrapusesse ao sistema capitalista.

Essa dinâmica de relações sociais e históricas, no processo de organização no trabalho artesanal, que está para além das relações profissionais, é resultante de um conjunto de aspectos políticos, econômicos e sociais da cultura capitalista universal, interligada às práticas produtivas e sociais no contexto político regional.

Portanto, a construção dos saberes e das práticas operacionais e culturais dos trabalhadores artesanais, vinculados à esfera profissional da carpintaria naval artesanal, no distrito de Carapajó, município de Cametá-PA, constitui-se de um conjunto de relações sociais e históricas que estão para além dos saberes necessários para o trabalho; pois, são saberes que produzem processos educativos e formas de organização que permitem formação para o exercício profissional, porém, falta a esses sujeitos a formação de consciência de classe para a sistematização dos saberes, no sentido de potencialização de sua organização profissional e política. Todos esses aspectos da formação humana, relativos ao trabalho e ao engajamento político e social, quando incorporados pelos trabalhadores, potencializam os seus saberes e lhes permitem tomar atitudes no processo da luta e da resistência contra-hegemônica.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O Método nas Ciências Naturais e Sociais*. Pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

_____. *O Método nas Ciências Naturais e Sociais*. Pesquisa quantitativa e qualitativa. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

ARANHA, Antônia Vitória Soares. O conhecimento tácito e a qualificação do trabalhador. *Trabalho & Educação*, n. 2, p. 12-29, ago./dez. 1997. Belo Horizonte.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Filosofia da Educação*. 2.ed. São Paulo: Moderna, 1996.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. A respeito da centralidade do trabalho. *Ver a Educação*, v. 5, n. 1-2, p. 7-23, 1999. Belém, UFPA.

_____. O marxismo e a pesquisa qualitativa como referência para investigação sobre Educação Profissional. In: _____; RODRIGUES, Doriedson S. (Orgs.). *A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais*. Campinas, SP: Alínea, 2012.

ARROYO, Miguel G. (Org.). *Da escola carente à escola possível*. São Paulo: Edições Loyola, 1991. (Coleção Educação Popular; 8)

_____. O direito do trabalhador à Educação. In: GOMES, C. M. et al. *Trabalho e conhecimento: Dilemas na Educação do Trabalhador*. São Paulo: Cortez, 2002.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Tradução de L. de A. Rego e A. Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2006 [1977].

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994.

BOGO, Ademar. *Identidade e luta de classes*. São Paulo: Expressão Popular 2008.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989. (Coleção Memória e Sociedade)

BRANDÃO Carlos Rodrigues. *O que é educação*. 49.^a reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2007. [1981] (Coleção Primeiros Passos; 20)

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.

BRASIL. IBGE. *Contagem da População 2010*. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150210>>. Acesso em: 30 set. 2013.

BRASIL. IBGE. *Histórico de Tucuruí*. Brasília, DF: IBGE, 2014. Disponível em: <http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?codmun=150810&search=para|tucuru|inphographics:-history&lang=_ES>. Acesso em: 30 ago. 2014.

CAMETÁ: Terra dos Romualdos e de muitos notáveis. *Revista Ver-o-Pará*, n. 31, set./out. 2005.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

COOTRACONAI. Arquivos da Coordenação da Cooperativa de Trabalhadores da Construção Naval Artesanal de Igarapé-Miri. Igarapé-Miri, PA, 2014. mimeo.

COSTA, Gilson da Silva. *Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da agroecologia*. Belém: UFPA/NAEA, 2006.

DICIONÁRIO da língua portuguesa. Porto: Porto Editora, 2015.

DUBAR, Claude. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. Tradução de Anette Pierrette R. Botelho e Estela Pinto R. Lamas. Porto, Portugal: Porto Editora, 1997.

FARTES, Vera Lúcia Bueno. Da qualificação formal às qualificações tácitas: aprendendo a ser operador de processo em uma indústria de refino de petróleo. *Trabalho & Educação*, n. 9, p. 148-172, jul./dez. 2001. Belo Horizonte.

_____. Trabalhando e aprendendo: adquirindo qualificação em uma indústria de refino de petróleo. *Trabalho & Educação*, n. 78, p. 225-254, abr. 2002. Campinas, SP.

FISCHER, Maria Clara Bueno. Uma outra produção, validação e legitimação de saberes é possível... e necessária. *Trabalho & Educação*, v. 12, n. 1, p. 63-72, jan./jun. 2003. Belo Horizonte.

FRANCO, Maria Laura P. B. *Análise de conteúdo*. Brasília, DF: Líber Livro, 2007.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 43.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (Org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1994. (Biblioteca da Educação, Série I, Escola; 11)

_____. *Educação e a crise do capitalismo real*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio; FRANCO, Maria Ciavatta; Ramos (Org.). *Ensino Médio Integrado: concepções e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais orgânicos e a organização da cultura*. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1988.

_____. Para a Investigação do Princípio Educativo. In: _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 8.ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Cortez, 1991. p. 129-139.

GRZYBOWSKI, Cândido. Esboço de uma alternativa para pensar a educação no meio rural. *Contexto e educação*, n. 4, p. 47-59, out./dez. 1986.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução de Adail Ubirajara e Maria Stela Gonçalves. 5.ed. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HIRAOKA, Mário. Mudanças nos padrões econômicos de uma população ribeirinha do estuário do Amazonas. In: FURTADO, Lourdes Gonçalves (Org.); LEITÃO, Wilma Marques; MELLO, Alex Fiúza de. *Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia*. Belém: MPEG, 1993.

IASI, Mauro Luis. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

KONDER, Leandro. *O que é dialética*. 28.ed. São Paulo: Brasiliense, 2000. (Coleção Primeiros Passos; 23)

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. O mundo da pseudoconcreticidade e a sua destruição. In: _____. *Dialética do concreto*. 6.ed. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

KUENZER, Acácia Zeneida. *Pedagogia da fábrica*. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Tradução de Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LINS, Nadja Vanessa Miranda; RODRIGUES, Luzia Raquel Queiroz; BARREIROS Nilson Rodrigues; MACHADO, Waltair Vieira Machado. *Construção naval no Amazonas: proposições para o mercado*. Manaus: UFAM, 2008.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. *Cultura amazônica: uma poética do imaginário*. Belém: Cejup, 1995.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Qualificação do trabalho e formação Social. In: FIDALGO, Fernando Selmar (Org.). *Gestão do trabalho e formação do trabalhador*. Belo Horizonte: Movimento de Cultura Marxista, 1996.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: Livro: I: o processo de produção do capital*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução de Frank Müller. São Paulo: Martin Claret, 2007.

MATERIALISMO HISTÓRICO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2015. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Materialismo_histórico&oldid=MATERIALISMO_HISTÓRICO_42843969>. Acesso em: 12 nov. 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8.ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

OLIVEIRA, Patrícia Whebber Souza de. Construção de identidades profissionais: da formação profissional à vivência da inserção no mercado de trabalho. *Revista Labor*, n. 6, v. 1, p. 344-362, 2011.

PANTOJA, Pedro Ladinilson do Rosário; PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Educação e desenvolvimento regional: um estudo sobre o trabalho artesanal e a sustentabilidade na Vila de Carapajó, Cameté-PA. In: SEIBT, Cezar Luís; OLIVEIRA, José Pedro Garcia; RODRIGUES,

Doriedson do Socorro (Orgs.). *Educação e Desenvolvimento Regional: desafios e perspectivas*. Cametá, PA: CUNTINS, 2012. V. 1. p. 22-30.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Amazônia Tocantina: o nome de uma região forjado no viés de agruras, lutas e resistência de sua gente. In: MOMENTO DE DIÁLOGOS CIENTÍFICOS DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ, 2, 2010, Cametá, PA. *Texto base da palestra*. Cametá, PA: CUNTINS, 2010. Mimeo.

RAMOS, Carlos Romano. *Mapa da Região do Baixo-Tocantins*. Belém: UFPA/NAEA/LAENA, 2014.

RAMOS, Valdirene Estumano. “*Olha o carnaval de Carapajó na avenida!*”: Um estudo com a memória e a representação cultural do carnaval na vila de Carapajó/Cametá. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Linguagem, Universidade Federal do Pará, 2015.

RODRIGUES, Doriedson do Socorro. *Saberes sociais e luta de classe: um estudo a partir da colônia de pescadores artesanais Z-16 – Cametá/Pará*. 2012. 335f. Tese (Doutorado em Educação), sob a orientação de Ronaldo Marcos de Lima Araújo, Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

RUGIU, Antônio Santoni. *Nostalgia do mestre artesão*. Tradução de Maria de Lurdes Menon. Campinas, SP: Autores Associados, 1998. (Coleção Memória da Educação)

SANTOS, Eloísa Helena. Ciência e cultura: uma outra relação entre saber e trabalho. *Trabalho & Educação*, n. 7, p. 119-130, jul./dez. 2000. Belo Horizonte.

SANTOS, Lucíola L. Pluralidade de saberes em processos educativos. In: CANDAU, V. M. et al. (Orgs.). *Didática, currículos e saberes escolares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SCHWARTZ, Yves. Trabalho e saber. *Trabalho & Educação*, v. 12, n. 1, p. 21-34, jan./jun. 2003. Belo Horizonte.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Pós-Graduação e Pesquisa: o processo de produção e sistematização do conhecimento no campo educacional. In: BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto (Orgs.). *A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações*. 2.ed. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Amarílis Farias da. *Saberes cotidianos e azeite de andiroba: A presença da mulher extrativista no contexto histórico, das práticas sócio-culturais dos sujeitos da ilha de Juba, Cametá-PA*. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia), Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

SILVA, Gilmar Pereira da. Trabalho e Educação: em busca de uma síntese, *Trabalho & Educação*, v. 15, n. 2, jul./dez. 2006.

SOUSA, Rainer Gonçalves. *Brasil Colônia: as sesmarias*. Disponível em: <<http://www.mundoeducacao.com/historiadobrasil/as-sesmarias.htm>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

TEIXEIRA, Elizabeth. *As três metodologias: acadêmica da ciência e da pesquisa*. Belém: Unama, 2001.

TONET, Ivo. *Método científico: uma abordagem ontológica*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2015. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Usina_Hidrelétrica_de_Tucuruí>. Acesso em: 8 ago. 2015.

VÁSQUES, Adolfo Sánchez. *Filosofia da práxis*. Tradução de Luiz Fernando Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. *Filosofia da práxis*. 2.ed. Tradução de María Encarnación Moya. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências sociales – Clacso; São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2011.

VERDADE SUFOCADA. Disponível em: <<http://verdadesufocada.comunidades.net/index.pfp/pagina=126857086>>. Acesso em: out. 2014

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e método*. 2.ed. Tradução de Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu, _____, declaro ter concordado em participar, de forma livre e espontânea, como sujeito entrevistado na Pesquisa “**Saberes do trabalho na carpintaria naval artesanal no distrito de Carapajó – município de Cametá-PA: Um estudo de caso**”, sob a responsabilidade de **Pedro Ladinilson do Rosário Pantoja**, portador do **RG: 2961714** e do **CPF: 64958728287**, discente do Mestrado em Educação, da linha de pesquisa Políticas Públicas Educacionais da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Declaro ter esclarecimento dos objetivos e do procedimento metodológico empregado na pesquisa, tendo conhecimento do comprometimento ético e social que a pesquisa científica proporciona. Assim como tenho clareza de que as informações que forneço, como contribuição a este estudo, não representam risco à integridade física ou moral de nenhuma pessoa.

Tenho clareza da liberdade ao direito de consentimento e de retirada de minha participação na pesquisa independente do período ou motivo e sem nenhum prejuízo à minha pessoa. Também sou ciente que não terei nenhuma despesa, bem como não receberei remuneração pelas informações prestadas nas entrevistas.

Sou ciente de que as informações que forneço, de forma oral, poderão ser usadas pelo pesquisador em sua pesquisa. Para tanto, deverá ser preservada a minha identidade como sujeito entrevistado. Fica reservada a minha concessão por escrito ao direito de sua divulgação para outras finalidades.

Assim, finalizo este termo de participação na pesquisa, como sujeito entrevistado, afirmando que concordo com a forma e conteúdo contido na presente redação que ficará redigida em duas cópias: uma para o sujeito entrevistado e a outra para o pesquisador.

Cametá / PA, _____ de _____ de 2014.

CPF:

Assinatura do participante.

Assinatura do pesquisador responsável.

QUESTIONÁRIO UTILIZADO NA PESQUISA

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS CARPINTEIROS NAVAIS ARTESANAIS DA VILA DE CARAPAJÓ – CAMETÁ-PA

I. INFORMAÇÕES SOBRE OS ENTREVISTADOS.

1. Qual é o seu nome completo?
2. Casado ou solteiro?
3. O senhor pode me dizer sua idade?
4. Qual a sua escolaridade?
5. Como o trabalho na carpintaria naval contribui com sua vida?
6. Como seus filhos estão envolvidos na carpintaria naval?

II. COMO SE FOI APRENDENDO A FAZER BARCOS AQUI NO SEU TRABALHO? POR QUÊ?

7. Há quanto tempo o senhor trabalha construindo embarcações?
8. O senhor tem este trabalho como uma profissão principal? Ou também exerce outras atividades profissionais?
9. Alguém mais, na sua família, trabalha ou já trabalhou como carpinteiro naval?

III. O QUE É PRECISO SABER PARA SE CONSTRUIR EMBARCAÇÕES?

10. É preciso possuir escolaridade?
11. É necessário algum saber imediato?
12. Quanto tempo é necessário para se aprender esse ofício?
13. Como se dá a relação do aprendiz com o mestre do ofício referente ao trabalho?
14. Qual a relação do aprendiz com os outros trabalhadores?
15. Como se aprende a praticar o trabalho da carpintaria?

IV O QUE LEVA OU LEVAVA A PEDIREM CONSTRUÇÃO DE BARCOS NA REGIÃO?

16. Que dificuldades você enfrenta atualmente para exercer sua profissão?
17. Como você vê o trabalho artesanal da carpintaria naval no momento atual?
18. Com que frequência aparecem as encomendas de construção de barcos no seu estaleiro?

19. Como o trabalho da construção de barcos contribui na vida dos carpinteiros?
20. Este trabalho ainda é realizado com bastante frequência aqui no distrito de Carapajó?

V. COMO O TRABALHO DA CARPINTRIA ARTESANAL CONTRIBUI NA CONSTRUÇÃO DOS VALORES?

21. Qual a importância da carpintaria para o desenvolvimento local?
22. Como se dá o envolvimento dos jovens com o ofício da carpintaria naval?
23. Qual a perspectiva dos jovens referente ao trabalho da carpintaria artesanal na atualidade? E para o futuro?

VI. OS TRABALHADORES DA CARPINTARIA NAVAL SÃO ORGANIZADOS EM TORNO DE ALGUMA INSTITUIÇÃO REPRESENTATIVA?

24. A carpintaria naval possibilita formação profissional aos trabalhadores?
25. Como a carpintaria artesanal pode contribuir na formação política do trabalhador?
26. Como os artesãos utilizam, no seu dia a dia, os saberes que adquirem no trabalho?
27. Como se dá a produção dos saberes no trabalho da carpintaria artesanal em decorrência das mudanças ocasionados pela construção da UHE de Tucuruí?

VII. COMO TEM SE ORGANIZADO O TRABALHO DA CARPINTARIA AQUI NA VILA?

28. Como os trabalhadores organizam este trabalho?
29. Como tem se organizado a carpintaria naval artesanal ao longo de sua história?
30. Os trabalhadores se têm mobilizado em função de seu fortalecimento profissional e político?
31. Como se constrói o fortalecimento da identidade profissional entre os trabalhadores da carpintaria naval?
32. Como se dá o processo de conscientização dos sujeitos por meio do trabalho artesanal da carpintaria naval?

Cametá / PA, _____ de _____ de 2014.